

# 2014

## Relatório & Contas

*Serviços de Acessibilidade e Mobilidade*  
*24 horas, 365 dias por ano*  
*Estradas que não dormem e que nos ligam ao futuro*

**Designação comercial:**

EP – Estradas de Portugal, S.A.

Sede:

Praça da Portagem

2809-013 Almada

Tel.: +351 212 879 000

Fax: +351 212 951 997

Email: [ep@estradas.pt](mailto:ep@estradas.pt)

[www.estradasdeportugal.pt](http://www.estradasdeportugal.pt)

Capital Social: 1.994.585.000 euros

NIPC: 504598686

*Portugal*

## *Melhor rede rodoviária de estradas da Europa e a segunda melhor do mundo*

(Classificação atribuída pelo fórum Económico Mundial no Relatório Global de Competitividade 2014-2015)

[http://www3.weforum.org/docs/WEF\\_GlobalCompetitivenessReport\\_2014-15.pdf](http://www3.weforum.org/docs/WEF_GlobalCompetitivenessReport_2014-15.pdf)

**Concessionária Geral da Rede Rodoviária Nacional:** rede consistente e de excelência (com 20% de estradas de alta prestação).

**Líderes na conceção, construção e operação de infraestruturas rodoviárias em Portugal,** com cerca de 14.000 km de vias construídas diretamente e mais de 1.700 km através de Parcerias Público-Privadas.

### **Empresa multidisciplinar e de multiserviços:**

- Planeamento e programação de infraestruturas rodoviárias;
- Projetos rodoviários de construção nova e de beneficiações;
- Estudos ambientais e monitorização ambiental;
- Coordenação e fiscalização de obras de construção e conservação;
- SGOA – Sistema de Gestão de Obras de Arte e Inspeções Subaquáticas;
- Segurança rodoviária: inspeções, auditorias e análise de sinistralidade;
- Centro de competências de tráfego: sistemas de inteligência em transporte e mobilidade;
- Centro de competências de topografia;
- SGPAV – Sistema de Gestão de Pavimentos;
- Vigilância de tráfego e assistência a clientes;
- Centro de competências em SIG – Sistema de Informação Geográfica de nível empresarial;
- Assessoria de Parcerias Público-Privadas.

## Rede e Operação:

- 13.664 km:** Rede sob gestão direta
- 1.589 km:** Rede subconcessionada
- 3.796 km:** Estradas Desclassificadas pelo PRN2000
- 3.500 km:** Canal técnico rodoviário
- 5.202:** Obras de arte
- 420.000:** Sinais de trânsito
- 4.400:** Semáforos
- 60:** Painéis de mensagem variável
- 254:** Câmaras de vigilância
- 31:** Brigadas de Intervenção
- 44:** Unidades Móveis de Inspeção e Apoio
- 12:** Limpa neves
- 6:** Áreas de serviço
- 74 km:** Dispositivos de proteção acústica

## Ambiente:

- 4:** Sistemas de tratamento de águas de escorrência
- 56.020:** Árvores isoladas
- 64:** Árvores de interesse público
- 1.747 km:** Alinhamentos arbóreos
- 1.988 ha:** Manchas arbóreas arbustivas
- 145:** Pontos de água (minas, fontanários, bicas...)

## Financeiro:

- 17M€:** Resultado líquido marginalmente positivo
- 488M€:** EBITDA (i), com recuo de 3%
- 800M€:** Rendimentos (excluindo construção e subsídios à construção), com destaque para o acréscimo de **23M€** com **Contribuição de Serviço Rodoviário (CSR)** (5%) e **22M€** de **Portagens** (9%)
- 356M€:** Resultados operacionais
- 941M€:** Volume de negócios
- 238M€:** Início dos pagamentos do programa de subconcessões lançado em 2007, com crescimento da despesa

(i) EBITDA=Resultados antes de ganhos e perdas financeiras, impostos, amortizações e subsídios

## Capital Humano:

- 1.022:** Colaboradores
- 20.164 h:** Horas de formação

# Índice

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>7</b>	7.2. Gastos Operacionais	53
1.1. Mensagem do Presidente	7	7.2.1. Custos com Pessoal	53
1.2. A Empresa	8	7.2.2. Outros Fornecimentos e Serviços de Terceiros	53
1.3. Destaques do Ano	11	7.2.3. Contratação	54
1.4. O Ano em Revista	13	7.2.4. Publicidade Institucional	55
<b>2. ENQUADRAMENTO EXTERNO</b>	<b>22</b>	<b>8. SUSTENTABILIDADE</b>	<b>56</b>
2.1. Aspetos Políticos	22	8.1. Ambiente	56
2.2. Aspetos Económicos	22	8.2. Capital Humano	58
2.3. Aspetos Socioculturais	24	<b>9. POLÍTICA DE GESTÃO DO RISCO</b>	<b>59</b>
2.4. Aspetos Legais	25	9.1. Riscos Relevantes	60
<b>3. OBJETIVOS DE GESTÃO</b>	<b>26</b>	9.2. Distribuição de Riscos Relevantes	62
3.1. Enquadramento	26	9.3. Gestão de Capital	62
3.2. Indicadores do Acionista	26	<b>10. COMPLIANCE</b>	<b>63</b>
3.3. Indicadores de Empresa	26	<b>11. EVENTOS SUBSEQUENTES</b>	<b>64</b>
<b>4. PRINCIPAIS INDICADORES</b>	<b>28</b>	<b>12. APLICAÇÃO DE RESULTADOS</b>	<b>65</b>
4.1. Indicadores Financeiros	28	<b>13. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS</b>	<b>66</b>
4.2. Indicadores Operacionais	29	13.1. Objetivos de Gestão	66
4.3. Indicadores Ambientais	29	13.2. Gestão do Risco Financ. e Limites do Endividamento	66
4.4. Indicadores Sociais	29	13.3. Prazo Médio de Pagamentos e Atrasos nos Pagamentos	66
<b>5. SEGURANÇA RODOVIÁRIA</b>	<b>30</b>	13.4. Recomendações do Acionista	66
5.1. Plano de Segurança Rodoviária	31	13.5. Remunerações	67
5.2. Investimento em Segurança Rodoviária	31	13.6. Aplicação do Artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público	71
5.3. Inspeções de Segurança Rodoviária Realizadas	32	13.7. Contratação Pública	71
5.4. Cumprimento das Obrig. do Cont. de Concessão	32	13.8. Sistema Nacional de Compras Públicas	71
<b>6. GESTÃO DE INFRAESTRUTURAS</b>	<b>33</b>	13.9. Parque de Veículos do Estado	71
6.1. Execução do Plano de Investimentos	33	13.10. Medidas de Redução de Gastos Operacionais	72
6.2. Estudos e Projectos em Emp. de Const. e Conservação	34	13.11. Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado	72
6.3. Construção e Requalificação	34	13.12. Recomendações do Tribunal de Contas	73
6.4. Expropriações	35	13.13. Informação Disponível no <i>Site</i> do SEE	73
6.4.1. Investimento	35	13.14. Quadro Resumo de Cump. das Orientações Legais	74
6.4.2. Atividade	36	<b>14. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVÍDUAIS</b>	<b>76</b>
6.5. Gestão de Conservação de Estradas	36	<b>15. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVÍDUAIS</b>	<b>80</b>
6.5.1. Gestão de Conservação Corrente	36	<b>16. PARECERES</b>	<b>127</b>
6.5.2. Gestão de Conservação de Vias	38	<b>RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL</b>	
6.5.3. Gestão de Obras de Arte	40	<b>CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS</b>	
6.5.4. Gestão de Obras de Contenção e Hidráulicas	43	<b>RELATÓRIO DE AUDITORIA</b>	
6.5.5. Gestão da Arborização Rodoviária	43		
6.6. Operação e Manutenção da Rede de Alta Prestação	44		
6.7. Subconcessões	46		
6.8. Renegociações das Parcerias Público-Privadas	47		
6.9. Ponte 25 de Abril	48		
<b>7. DESEMPENHO ECONÓMICO</b>	<b>50</b>		
7.1. Rendimentos	50		
7.1.1. Contribuição do Serviço Rodoviário	50		
7.1.2. Portagens	50		
7.1.3. Negócios Assentes na Infraestrutura	51		
7.1.4. Gestão de Imobiliário	52		





## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1. Mensagem do Presidente

Caros *Stakeholders*,

O ano de 2014 encerra um ciclo relevante na vida da empresa que se havia iniciado em 2012.

Desde esse exercício, foi destinado às Estradas de Portugal, a desafiante tarefa de reduzir os riscos de insustentabilidade que o seu modelo de negócio comportava. A responsabilidade de pagamento dos custos com as subconcessões no exercício de 2014, colocavam a empresa na direção do endividamento descontrolado com o pico da dívida a acontecer em 2035 cujo montante máximo acumulado atingiria 19 vezes EBITDA, rácio impossível de financiar.

Foi perante este desafio que a empresa se lançou no Plano K16, centrado na sustentabilidade, serviço e *stakeholders*, que envolveu os seus colaboradores nessa missão “quase impossível”.

Nestes três anos, quatro grandes assuntos foram corajosamente endereçados.

Primeiro, tivemos do acionista, uma colaboração essencial no reforço de capitais próprios por contrapartida de dívida presente e corrente. Este apoio permitiu que a dívida da empresa seja 6,5% inferior à dívida existente em dezembro de 2011.

Segundo, assegurámos reduções consistentes dos modelos operacionais que nos permitem reduzir os custos imputados à conservação periódica e os custos reais da conservação corrente que tornam os custos da estrutura muito mais comportáveis preservando a qualidade e segurança das nossas vias.

Terceiro, alterámos os padrões da receita das Estradas de Portugal, antes de mais dando prioridade ao utilizador/pagador através da maior eficácia na cobrança de portagens, mas também alterando a parcela a pagar pelos beneficiários da mobilidade através do progressivo ajustamento da contribuição do serviço rodoviário.

E finalmente, em quarto lugar, agimos decisivamente sob a coordenação da UTAP na renegociação dos contratos de con-

cessão e subconcessão visando a redução dos encargos para o Estado e para a EP de uma forma definitiva e apostando no alinhamento de incentivos que nos permitam partilhar benefícios futuros.

Este esforço de todos os colaboradores da EP, do seu acionista e dos múltiplos *stakeholders*, permitiu que, no final de 2014, a vossa empresa tenha antecipado o pico da dívida para 2029, que esse pico pouco ultrapasse as 7,5 vezes EBITDA, aproximando a empresa da zona de sustentabilidade que há 3 anos atrás ninguém poderia prever.

Foi esse enorme esforço que permite hoje à EP, olhar estrategicamente o futuro, não na esperança de sobreviver mas sim no desejo de contribuir para a consolidação do modelo de gestão da mobilidade terrestre em Portugal, assegurando um modelo de cooperação entre modos que torne sustentável não só financeira mas económica e socialmente a gestão da infraestrutura de transportes terrestres de Portugal.

### Fusão REFER / EP

Tal como previsto no Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas (PETI3+), aprovado em Conselho de Ministros a 03 de abril, iniciou-se no dia 6 de agosto de 2014 o processo de fusão entre a REFER e a EP com a criação da Comissão de Planeamento que assegurou, até 31 de dezembro, a preparação dos trâmites necessários.

Em 31 de dezembro, e por Resolução de Conselho de Ministros, foi nomeado o novo Conselho de Administração da REFER e através de decisão unânime da Assembleia-Geral aprovado o Conselho de Administração da Estradas de Portugal, tendo sido assim designado um Conselho de Administração conjunto da REFER e da EP.

A Infraestruturas de Portugal, empresa que surgirá resultante da Fusão da REFER e da EP, será responsável pela gestão de 13.515 quilómetros de rodovia e 2.794 quilómetros de ferrovia. Este processo permitirá não só obter ganhos de eficiência muito relevantes como também criar a maior empresa nacional em volume de ativos.

## 1.2. A Empresa

### Quem Somos

A EP – Estradas de Portugal, S.A. (EP) é uma sociedade anónima de capitais públicos, criada a 7 de novembro de 2007, através do Decreto-Lei n.º 374/2007. O capital social, no valor de 1.994.585.000€, é detido na sua totalidade pelo Estado Português, que exerce os seus direitos como acionista através da Direcção-Geral do Tesouro e das Finanças.

### Concessão EP

Em 23 de novembro de 2007, o Estado celebrou com a EP um contrato de concessão por um período de 75 anos, cujas bases foram aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 380/2007, de 13 de novembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 13/2008, de 29 de fevereiro, pelo Decreto-Lei n.º 110/2009, de 18 de maio e pelo Decreto-Lei n.º 44-A/2010, de 5 de maio.

A concessão visa o financiamento, conservação, exploração, requalificação e alargamento das vias que integram a Rede Rodoviária Nacional (RRN), e conceção, projeto, construção, financiamento, conservação, exploração, requalificação e alargamento das vias que integram a Rede Rodoviária Nacional Futura.

### Missão

Prestação de um serviço público de qualidade, que contribua para o desenvolvimento nacional e para a coesão territorial. Esta prestação, em moldes empresariais, visa proporcionar uma melhor qualidade de vida às populações, ao mesmo tempo que promove a acessibilidade e a proximidade dos utilizadores das estradas.

## Modelo de Governo

Cargo	Órgãos Sociais	Eleição	Mandato
<b>Assembleia Geral</b>			
Presidente	Paulo Manuel Marques Fernandes	DUE de 17 de julho de 2012	2012-2014
Vice-Presidente	Paulo Miguel Garcês Ventura		
Secretária	Maria Fernanda Joanaz Silva Martins		

<b>Conselho de Administração</b>			
Presidente	António Manuel Palma Ramalho	Até 31 de dezembro de 2014	2012-2014
Vice-Presidente Vogal	José Serrano Gordo		
Vogal	Vanda Cristina Loureiro Soares Nogueira	DUE de 17 de julho de 2012	
Vogal	João Albino Correia Grade (*)		

(\*) Cessação de funções de membro do CA, por motivo de renúncia, com efeito a 1 de março de 2014.

<b>Conselho de Administração</b>			
Presidente	António Manuel Palma Ramalho	Após 1 de janeiro de 2015	Artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 160/2014, de 29 de outubro
Vice-Presidente Vogal	José Serrano Gordo		
Vogal	José Luís Ribeiro dos Santos		
Vogal	Alberto Manuel de Almeida Diogo		
Vogal	Vanda Cristina Loureiro Soares Nogueira		
Vogal	José Carlos de Abreu e Couto Osório		
Vogal	Adriano Rafael de Sousa Moreira	DUE de 31 de dezembro de 2014	

<b>Conselho Fiscal</b>			
Presidente	Elsa Maria Roncon Santos (*)	DUE de 17 de julho 2012	2012-2014
Vogal	William Hall Woolston		
Vogal	Bernardo Xavier Alabaça (**)		
Suplente	Teresa Isabel Carvalho Costa		

(\*) Nomeada em substituição de Graça Maria Valente Montalvão, por Assembleia Geral de 25 de julho de 2014.

(\*\*) Nomeado através da DUE de 31 de outubro de 2013.

<b>Revisor Oficial de Contas</b>	Esteves, Pinho & Associados, SROC, Lda. Membro independente da BKR Internacional	DUE de 27 de janeiro de 2013	2012-2014
	Representada por Rui Manuel Correia de Pinho Luís Manuel Moura Esteves, ROC Suplente		

## Tráfego - Aumento de 2,5% face a 2013

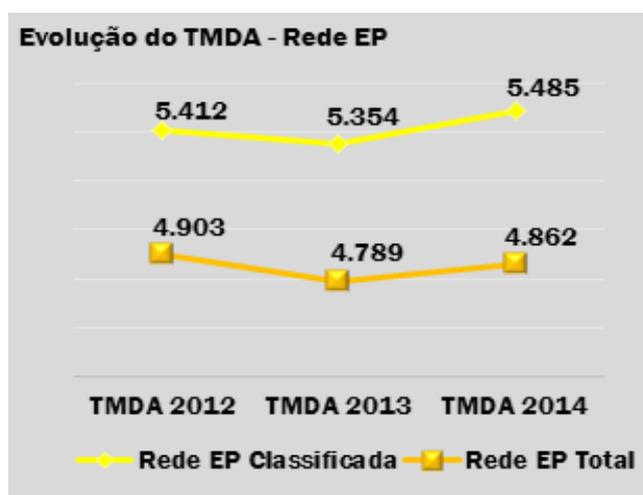
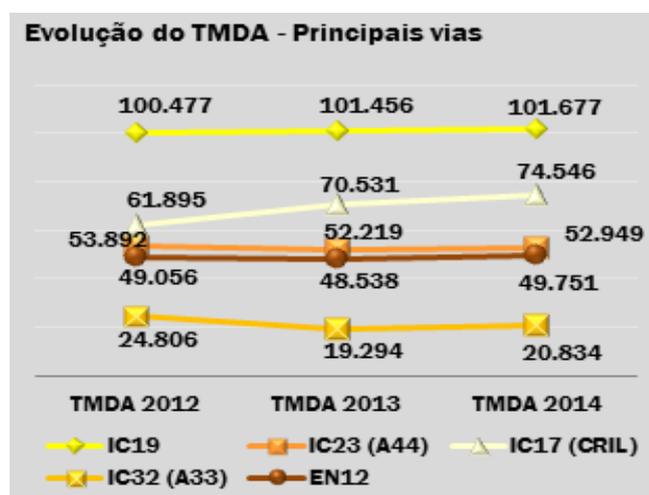
### Características da Rede da EP

Quadro sucinto da extensão quilométrica por distrito da rede rodoviária da EP:

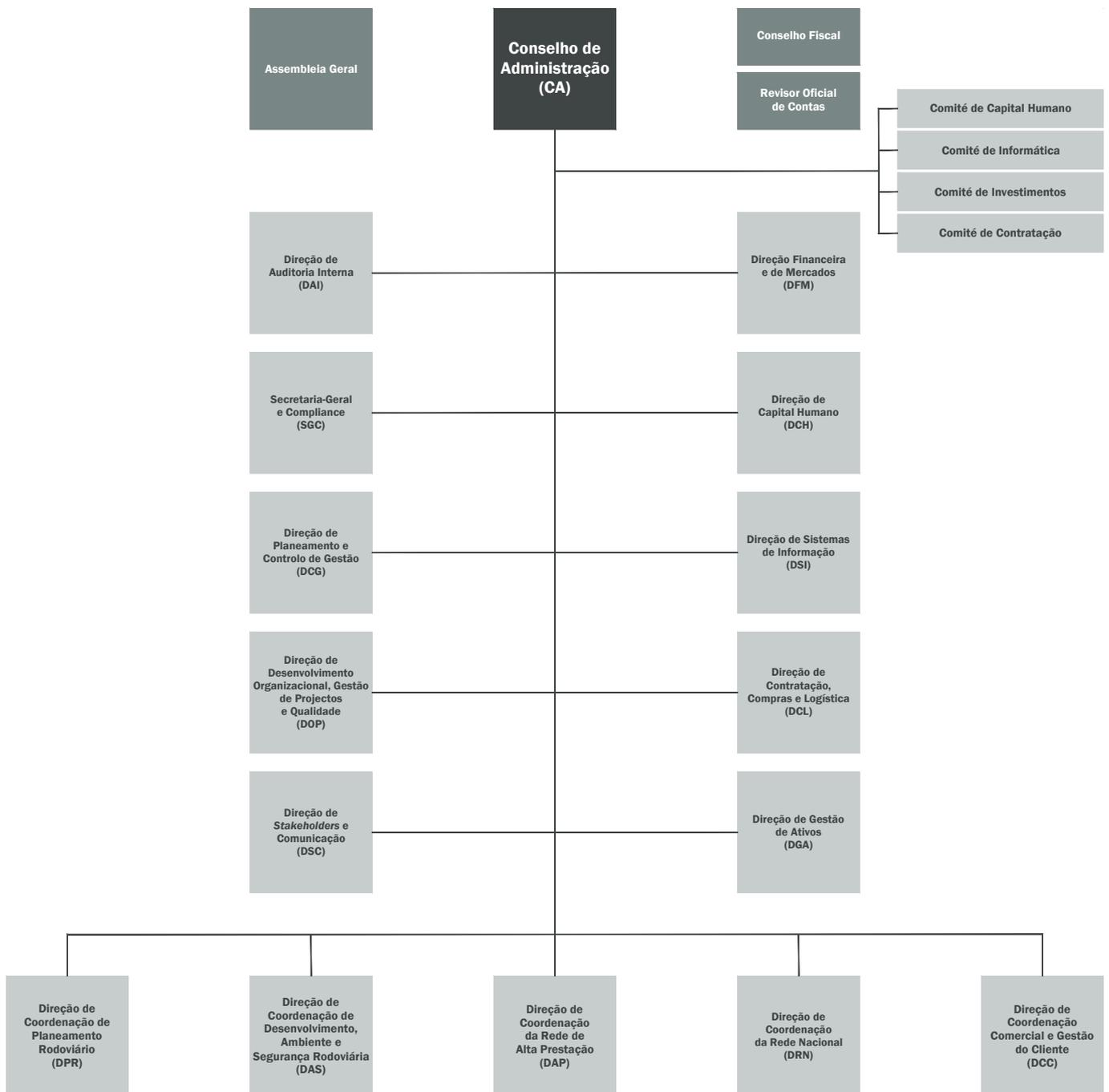
Rede direta da EP							
Distrito	Rede direta EP (classificada)						Total Geral
	IP - Itinerário Principal	IC - Itinerário Complementar	Estradas desclassificadas a assegurar corredor de IP e de IC	EN - Estrada Nacional	ER - Estrada Regional	ED - Estrada Desclassificada	
Aveiro		15	126	172	129	241	683
Beja		58	213	257	438	241	1.207
Braga			0	427	206	121	753
Bragança			45	279	244	401	968
Castelo Branco			79	71	177	280	606
Coimbra	31	52	57	160	136	178	614
Évora	3		72	357	314	188	933
Faro	3	58	43	56	71	102	334
Guarda	2		116	317	247	104	786
Leiria	18	4	68	157	70	236	553
Lisboa	12	61	48	412	103	228	862
Portalegre		29	154	289	168	111	751
Porto	18	32	34	259	192	315	850
Santarém	37	32	182	303	116	299	969
Setúbal		33	35	244	260	220	792
Viana do Castelo	6	14	42	214	115	190	579
Vila Real			37	235	156	190	619
Viseu	53	22	90	318	166	154	803
<b>Total Geral</b>	<b>183</b>	<b>409</b>	<b>1.440</b>	<b>4.527</b>	<b>3.309</b>	<b>3.796</b>	<b>13.664</b>

### Tráfego

A evolução do tráfego médio diário anual (TMDA) nas principais vias sob responsabilidade da EP e na totalidade da rede da EP consta nos gráficos seguintes:



# Modelo Organizacional





### 1.3. Destaques do Ano

#### *Principais Benefícios*

##### *Acessibilidade*

- Fecho da última radial de Lisboa, em perfil de autoestrada, com reorganização dos fluxos de tráfego nas restantes artérias;
- Diminuição do tempo médio de viagem e aumento da velocidade média de circulação para deslocações urbanas e interurbanas.

##### *Mobilidade*

- Descongestionamento da rede de distribuição com alívio de importantes artérias da cidade.

##### *Ambiente*

- Redução de emissões de poluentes e de emissões sonoras, proporcionando a melhoria da qualidade de vida das populações circundantes;
- Requalificação e construção de espaços verdes.

**Adjudicatário:** Consórcio Armando Cunha/Arouconstrói

**Valor adjudicação:** 4,259M€

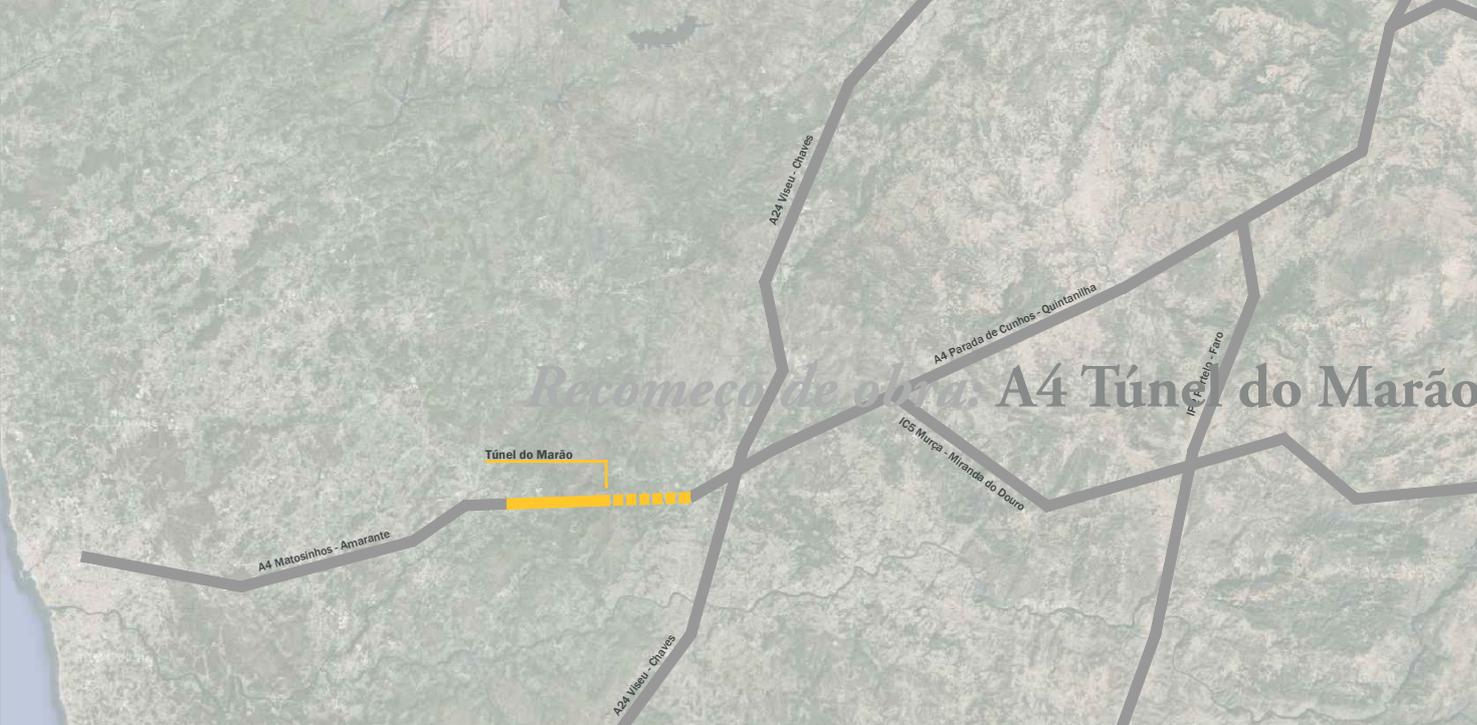
**Extensão:** 1,700 km

**Prazo de execução:** 210 dias

**Inauguração:** 21 de novembro de 2014

100% financiamento comunitário





### **Ligações**

O Túnel do Marão faz parte da A4, ligação de Matosinhos a Quintanilha (fronteira) e da Rede Transeuropeia de Transportes (E82). Permite ligação à A24, IP2 e IC5 importantes corredores de exportações.

### **Principais Benefícios**

- Melhoria da acessibilidade e competitividade do interior norte;
- Redução dos tempos de percurso entre Porto e Espanha (Quintanilha);
- Redução dos elevados índices de sinistralidade;
- Redução de emissões de poluentes e de emissões sonoras, proporcionando a melhoria da qualidade de vida das populações circundantes.

### **Caraterísticas**

Extensão total: 29,3 km;  
Cinco nós de ligação, sendo em parte portajada;  
Túnel: 5,6 km, o maior da Península Ibérica.

### **Concursos**

Lançamento de três concursos públicos para execução das respetivas empreitadas, com previsão de conclusão para dezembro de 2015:

- Nó de Ligação ao IP4 (Gondar) – Túnel do Marão;
- Túnel do Marão (em regime de conceção/construção);
- Túnel do Marão – Nó de Parada de Cunhos;

Preço base total dos concursos: 201,5M€.

Valor de adjudicação: 146,4M€ (cerca de 75% do preço base).

Cofinanciamento: candidatura por fundos comunitários.

### **Historial**

A obra foi suspensa 3 vezes por ordem judicial e parou em 2011 por falta de financiamento. Em julho de 2013, o Estado resgatou a concessão, transferindo para a EP a responsabilidade de concluir a obra e operação da via. Cabe ao IMT a representação do Estado nos processos judiciais em curso.



#### 1.4. O Ano em Revista

## janeiro

**N3-2, Ponte do Reguengo sobre a Vala da Azambuja** (km 4,260): consignação da empreitada no valor de 1,0M€.

Apresentação de renúncia ao cargo de vogal do Conselho de Administração do CA da EP, do Eng.º João Grade.

Protocolo de colaboração entre a **GNR** e a **EP** para agilizar procedimentos e reforçar a cooperação na supervisão de estradas sob jurisdição da empresa.

**Ponte 25 de Abril:** elaboração do Programa Anual de Segurança 2014. Início do contrato plurianual de serviços integrados de inspeção da estrutura, operação e manutenção de equipamentos no valor de 3,0M€.

## fevereiro

**A4 Túnel do Marão** - Lançamento dos concursos das empreitadas: sublanço de Ligação ao IP4 - Túnel do Marão, sublanço Túnel do Marão e sublanço Túnel do Marão - Nó de Parada de Cunhos, num total de 201,5M€.

**Deliberação social unânime por escrito, de aumento de capital:**

- de 27 de fevereiro, em 318.060.000€, através da emissão de 63.612 novas ações nominativas, no valor de 5.000€ cada, totalmente subscrito e realizado pelo Estado até 30 de abril de 2014.

**Visita do Ministro das Obras Públicas e Habitação de Moçambique** à EP, com o objetivo de aprofundar o reforço da cooperação bilateral no domínio das infraestruturas rodoviárias, bem como promover todo o trabalho desenvolvido diariamente pela empresa na gestão do seu vasto património rodoviário nacional, o qual se sustenta em mais de 80 anos de experiência e

conhecimento técnico, únicos no país.

Implementação do plano de Gestão do Risco.

## março

**Ponte 25 de Abril:**

- Transferência do posto de transformação de energia, lado norte, da LUSOPONTE para a EP, após separação dos respetivos circuitos elétricos de alimentação da iluminação de segurança, decorativa, obstrução aérea e rodoviária;
- Apresentação do projeto "**P50. Bridge Experience. 50 Anos da Ponte 25 de Abril. Lisboa**" à Secretaria de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações.

## abril

**Marcação Rodoviária 2014:** lançamento do concurso das empreitadas, a nível nacional, num total de 1,6M€.

**Conservação Corrente por Contrato 2013/2016:** assinatura de 12 contratos de empreitadas de Conservação dos distritos de Beja, Braga, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Faro, Leiria, Lisboa, Portalegre, Porto, Setúbal e Viana do Castelo, no montante de 69,6M€.

**N10, Ponte de Sacavém sobre o rio Trancão:** assinatura do contrato para substituição da obra de arte no valor de 2,5M€.

**N258-1,** beneficiação entre Vila Ruiva e Cuba (km 0,000 e km 9,300) e Cuba e IP2 (km 10,747 ao km 16,350): conclusão da empreitada no valor de 1,3M€.

**Abertura ao tráfego:**

**A13 (Pinhal Interior)** sublanço Condeixa - Coimbra Sul: sublanço portajado.

Adjudicada à EP a primeira prestação de serviços de inspeção de Obras de Arte na rede municipal pelo Município de Monforte,



no âmbito de proposta de valor, que o centro de competências de Obras de Arte da EP desenvolveu e que está a potenciar para o exterior.

## maio

**Conservação Corrente por Contrato 2013/2016:** assinatura de 2 contratos de empreitadas de Conservação dos distritos de Vila Real e Viseu, no montante de 11,5M€.

**Conservação Corrente por Contrato 2010/2013:** conclusão das empreitadas de Conservação dos distritos de Braga, Bragança, Leiria e Viana do Castelo, no montante de 35,5M€.

**Subconcessões Baixo Alentejo e Algarve Litoral:** assinatura dos acordos preliminares entre os representantes da Comissão de Negociações e das subconcessionárias.

Visita da Delegação da Assembleia Nacional de **S. Tomé e Príncipe**, com o objetivo de conhecer a empresa nas suas diferentes facetas, com enfoque nas temáticas do modelo de planeamento, gestão e financiamento do setor rodoviário e da conservação de pavimentos e de obras de arte.

Visita de um grupo de 13 engenheiros civis da **Turquia**, promovida pela Câmara de Comércio, Indústria e Turismo Luso-Turca (CCITLT), no âmbito do programa europeu de aprendizagem Leonardo Da Vinci.

Presidente da EP recebe o prémio **Best Leader Awards 2014**, na categoria de Melhor Líder na Gestão de Empresa Pública.

## junho

**IC16, Nó da Pontinha - Rotunda de Benfica:** consignação da empreitada no valor de 4,3M€.

**N2, Ponte Metálica de Abrantes sobre o Rio Tejo** (km 404,920): consignação da empreitada de reabilitação da obra

de arte. Adjudicação e assinatura do contrato em janeiro de 2014 no valor de 3M€.

**Conservação Corrente por Contrato 2010/2013:** conclusão das empreitadas de Conservação dos distritos de Faro, Portalegre e Porto, no montante de 22,7M€.

**Conservação Corrente por Contrato 2013/2016:** assinatura do contrato de empreitada de Conservação do distrito de Santarém, no montante de 7,7M€.

**Segurança rodoviária, eliminação de ponto negro:** N1 (km 113,444), construção da rotunda de ligação à EN356 (IC2-Variante da Batalha), investimento de obra na ordem dos 0,3M€.

**Deliberação social unânime por escrito, de aumento de capital:**

- de 24 de junho, em 370.585.000€, através da emissão de 74.117 novas ações nominativas, no valor de 5.000€ cada, totalmente subscrito e realizado pelo Estado, pela conversão de créditos detidos por este, resultantes do serviço da dívida, cujo vencimento ocorreu em 31 de maio de 2014;
- de 27 de junho, em 267.600.000€, através da emissão de 53.520 novas ações nominativas, no valor de 5.000€ cada, totalmente subscrito e realizado pelo Estado até 15 de setembro de 2014.

**Visita de comitiva brasileira**, com elementos do Ministério dos Transportes do Brasil.

Centro Rodoviário Português em parceria com a EP organizaram “**Ciclo de Debates sobre Infraestruturas de Transporte-Rentabilização dos Ativos**”, com os seguintes tópicos: funções da tarifação, a atribuição inicial e a renegociação das concessões, regulação, riscos e incentivos.

## julho

**A4 Túnel do Marão:** adjudicação das empreitadas: sublanço de ligação ao IP4 - Túnel do Marão, sublanço Túnel do Marão e sublanço Túnel do Marão - Nó de Parada de Cunhos, num



total de 146,4M€.

**Conservação Corrente por Contrato 2014/2015 – Rede de Autoestradas da Grande Lisboa:** lançamento da empreitada, no montante de 3,9M€.

**Conservação Corrente por Contrato 2013/2016:** assinatura do contrato de empreitada de Conservação do distrito da Guarda, no montante de 4,7M€.

**Conservação Corrente por Contrato 2010/2013:** conclusão das empreitadas de Conservação dos distritos de Beja, Coimbra, Castelo Branco, Lisboa, Aveiro, Santarém, Setúbal, Vila Real e Viseu, no montante de 85,0M€.

**Conservação Corrente da Rede da Grande Lisboa - 2013:** conclusão da empreitada de Conservação da Grande Lisboa, no montante de 2,3M€.

Presidente da EP, António Ramalho, nomeado **Presidente do Conselho Geral da Prevenção Rodoviária Portuguesa**, sucedendo a Carlos Barbosa, Presidente do ACP.

**Nomeação da Presidente do Conselho Fiscal da EP**, Elsa Maria Roncon Santos, por Assembleia Geral de 25 de julho, em substituição de Graça Maria Valente Montalvão.

**Comissão de Renegociação das PPP**, liderada pelo Presidente da EP chegou a um acordo com a EUROSCUT, Concessões do Algarve e Norte Litoral. A sua implementação possibilitou uma poupança de 14,5M€ em 2014, com impacto direto no Orçamento Geral do Estado.

## agosto

**Conservação Corrente por Contrato 2013/2016:** assinatura do contrato de empreitada de Conservação do distrito de Aveiro, no montante de 6,2M€.

Nomeada, por Despacho do Governo, a **Comissão de Planeamento** com o objetivo de assegurar, de forma sustentada, a preparação dos trâmites necessários ao processo de fusão da REFER e da EP.

**A21, nó da Malveira:** conclusão, dentro do prazo, da empreitada de estabilização de talude de escavação, no valor de 0,25M€. Projeto piloto e pioneiro de estabilização de um talude recorrendo a técnicas de engenharia natural. Consignação em fevereiro de 2014.

## setembro

**Investimento de 1,2M€ no reforço da marcação rodoviária:** contribuindo para assegurar níveis de segurança adequados na utilização das infraestruturas rodoviárias.

**Reabertura ao tráfego da EN115-3**, em Alenquer.

**Conservação Corrente por Contrato 2013/2016:** assinatura do contrato de empreitada de Conservação do distrito de Évora, no montante de 5,6M€.

**N13, limite de concelho da Maia - Vila do Conde (km 9,680) e ligação à A28/IC1 (km 18,200):** assinatura do contrato de empreitada, no montante de 1,6M€. Adjudicação em janeiro 2014.

**Conservação Corrente por Contrato 2010/2013:** conclusão das empreitadas de Conservação dos distritos de Évora e Guarda, no valor de 18,2M€.

A EP em parceria com a Comissão Técnica CT153 – Ligantes Betuminosos - realizou em Almada, o **Seminário “Emulsões Betuminosas Catiónicas – Nova Abordagem”**. Esta iniciativa destinou-se a divulgar a EN13808:2013 e a sensibilizar a comunidade técnico-científica para as alterações relativamente à versão de 2005 e consequentes implicações práticas no mercado



nacional de emulsões betuminosas, bem como a adequação do Caderno de Encargos Tipo de Obra da EP à nova Norma.

**Fusão REFER/EP** - Conselho de Ministros aprova o regime de acumulação de funções dos membros executivos dos conselhos de administração da EP e da REFER.

Criação de um sítio na internet para acompanhamento da fusão REFER/EP: [www.infraestruturasdeportugal.pt](http://www.infraestruturasdeportugal.pt).

## outubro

**Conclusão das empreitadas:** IC6 (EM17) - Nó de Tábua (km 64,8) e EN230 (Venda de Galizes) (km 71,410) e IC7 (EM17) - Venda de Galizes (km 71,410) limite dos distritos Coimbra e Guarda (km 81,983), investimento da ordem dos 3M€.

**ER385**, reabilitação entre Safara (km 37,070) e Vila Verde de Ficalho (km 56,510): assinatura do contrato de empreitada, no montante de 3,1M€.

**“Apostar na Otimização das Infraestruturas de Mobilidade Nacionais”** - Presidente da EP no Fórum Empresarial do Algarve, defendeu que Portugal tem um nível de infraestruturas adequado e por isso deve agora centrar o investimento na manutenção e melhoria da eficiência das infraestruturas existentes.

**OCDE destacou os progressos alcançados na renegociação das PPP**, considerando que a decisão de iniciar o processo negocial foi a mais correta e “...adequada para lidar com as dívidas herdadas com as PPP e os resultados alcançados com as renegociações são consideráveis.” As estimativas apontam para uma redução dos encargos para os contribuintes com o setor rodoviário.

**Visita da Agência de Infraestruturas Rodoviárias da Bulgária**, no âmbito de um programa de visitas a operadores e reguladores de infraestruturas de transporte promovido pelo Instituto Nacional da Administração (INA).

## novembro

**Abertura ao tráfego: IC16, Radial da Pontinha, Nó da Pontinha – Rotunda de Benfica.**

**Conclusão de inspeção subaquática aos pilares da Ponte Metálica de Portimão:** primeira inspeção subaquática realizada exclusivamente por técnicos especializados da EP, incluindo a atividade de mergulho.

**IC10, Ponte Salgueiro Maia sobre o Rio Tejo:** conclusão, dentro do prazo, da empreitada de correção altimétrica do tabuleiro, no valor de 1,2M€. Consignação em junho de 2014.

**ER393 Ponte de Vila Nova de Milfontes:** conclusão da empreitada de reabilitação e reforço da obra de arte, no valor de 1,4M€.

**Sinalização Vertical 2015:** lançamento do concurso das empreitadas, a nível nacional, num total de 6,0M€.

**Ponte 25 de Abril:** comprovada a sustentabilidade económica/financeira do projeto “**P50. Bridge Experience. 50 Anos da Ponte 25 de Abril. Lisboa**” e potencial para integrar a lista das 10 principais atrações turísticas de Lisboa, após realização de estudo de mercado.

**Subconcessão Algarve Litoral:** reinício dos trabalhos de construção.

**A4 Túnel do Marão:** início da escavação do túnel.

**Deliberação social unânime por escrito, de aumento de capital:**

- de 26 de novembro, em 357.800.000€, através da emissão de 71.560 novas ações nominativas, no valor de 5.000€ cada, a subscrever ao par, pelo acionista Estado, integralmente realizadas pela conversão de créditos detidos pelo Estado, resultantes do serviço da dívida, cujo vencimento ocorreu a 28 de novembro de 2014.



## dezembro

A EP em parceria com a ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, realizou em Almada, o Evento “**Centro de Competências de Obras de Arte e de Vias da Estradas de Portugal**”. Esta iniciativa destinou-se a apresentar os Centros de Competências de Obras de Arte e de Vias e a divulgar a sua capacidade e disponibilidade para assegurar junto dos municípios portugueses a realização de Prestações de Serviços no âmbito do Sistema de Gestão de Obras de Arte e do Sistema de Gestão de Pavimentos.

**Publicação do Plano de Proximidade/Médio Prazo 2015-2019:** lançamento de 677 empreitadas, representando um investimento global de 1.554,2€ num horizonte de 5 anos.

Celebração de **Protocolo entre a EP e o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil**, com vista à promoção da segurança através de ações de formação e sensibilização que serão realizadas regularmente ao longo de todo o período do Empreendimento do Túnel do Marão.

### **Ponte 25 de Abril:**

- Início do novo contrato de serviços de monitorização estrutural, celebrado com o LNEC, no valor de 325m€;
- Conclusão da receção provisória da empreitada de trabalhos de reparação e conservação, no valor de 9,2M€;
- Realização de exercício “*Command Post Exercises – CPX 2014*” para teste do Plano de Emergência Integrado, vertentes *safety* e *security*, com envolvimento de 10 entidades distintas;

### **Deliberação social unânime por escrito, de aumento de capital:**

- de 19 de dezembro, em 207.550.000€, através da emissão de 41.510 novas ações nominativas, no valor de 5.000€ cada, totalmente subscrito e realizado pelo Estado.

### **Aprovação em Conselho de Ministros da proposta de lei do novo regime do Estatuto da Rede Rodoviária Nacional.**

## plano estratégico K16

### PLANO ESTRATÉGICO K 16

Conceito estratégico, que define como vetores 3S's:

#### | sustentabilidade |

Assegurar a sustentabilidade financeira:  
1) Gestão do ativo;  
2) Planeamento do investimento;  
3) Eficiência de execução;  
4) Sistema de monitorização.

#### | serviço - mercado |

Alargamento do âmbito de serviços (complementares de receita).

#### | stakeholders |

Promover a orientação ao cliente e restantes stakeholders da rede rodoviária nacional.

No âmbito do Plano Estratégico K16, foram promovidos 10 projetos chave, com objetivos e responsáveis autónomos:

Vertente de Sustentabilidade	Vertente Stakeholders
<i>K Rede</i>	<i>K Regulação</i>
<i>K Proximidade</i>	<i>K Cliente 360</i>
Vertente de Serviço	Vertente de Enablers
<i>K Portagens</i>	<i>K Performance</i>
<i>K Portfólio</i>	<i>K Organização</i>
<i>K Inovação</i>	<i>K Instalações</i>

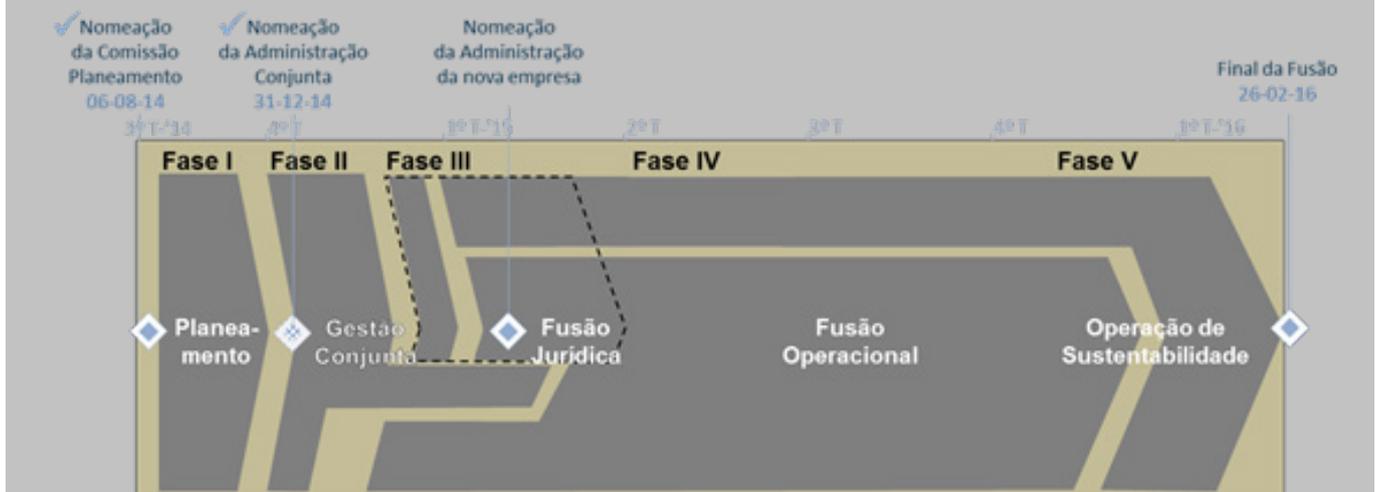
## *fusão* REFER/EP

Em 6 de agosto de 2014 foi publicado o Despacho (extrato) n.º 10145-A/2014 dos Gabinetes da Secretária de Estado do Tesouro e do Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações dos Ministérios das Finanças e da Economia procedendo à nomeação de uma Comissão de Planeamento com o objetivo de assegurar, de forma sustentada, a preparação dos trâmites necessários ao processo de fusão da REFER - Rede Ferroviária Nacional, E.P.E. e da EP - Estradas de Portugal, S.A. com a seguinte composição:

- a) Dr. António Manuel Palma Ramalho (Coordenador);
- b) Dr. José Serrano Gordo;
- c) Eng.º José Luís Ribeiro dos Santos;
- d) Dr. Alberto Manuel de Almeida Diogo;
- e) Eng.ª Vanda Cristina Loureiro Soares Nogueira;
- f) Dr. José Carlos de Abreu e Couto Osório.

Desde a sua constituição, e com vista à prossecução de todas as iniciativas tendentes ao processo de fusão das duas entidades, a Comissão recorreu à colaboração e procedeu à consulta das direções e demais estruturas intermédias da EP – Estradas de Portugal, S.A. e da REFER — Rede Ferroviária Nacional, E.P.E. que entendeu necessárias e relevantes.

No âmbito das suas atribuições, a Comissão de Planeamento identificou cinco fases fundamentais para a concretização, com sucesso, do processo de fusão, designadamente:



**Fase 1 – Planeamento:** fase já concluída, durante a qual foi desenvolvido o planeamento de todo o processo de fusão pela Comissão de Planeamento designada para o efeito;

**Fase 2 – Gestão Conjunta:** iniciou-se com a nomeação da administração conjunta da REFER e EP a 31 de dezembro de 2014 e termina com a Fase 3. Esta fase pretende entregar: i) organização e “assessment” dos quadros das duas empresas, ii) Plano Estratégico, iii) diagnóstico de sistemas de informação, iv) “quick wins” e v) apresentação de um orçamento consolidado para 2015;

**Fase 3 – Fusão Jurídica:** esta fase corresponde à constituição formal da sociedade que resultará da fusão, a Infraestruturas de Portugal, S.A. (doravante designada por “IP, S.A.” ou “IP”), e será concluída com a publicação do Decreto-Lei da fusão, dos estatutos da IP e da portaria que irá determinar o seu capital social;

**Fase 4 – Fusão Operacional:** iniciou-se em simultâneo com a fase 2 e pretende-se terminada em 2015, com a entrega dos seguintes elementos: i) Plano de Negócios da IP a 5 anos totalmente analisado com o acionista e ii) Uma fusão de serviços corporativos e serviços partilhados e uma otimização dos serviços operacionais para obtenção dos benefícios decorrentes da fusão;

**Fase 5 – Sustentabilidade:** iniciar-se-á após a conclusão da fase 3 e visa criar condições para entregar: i) uma significativa redução do deficit estrutural de gestão das infraestruturas, ii) uma redução da dependência do Orçamento Geral do Estado de forma a assegurar a sua progressiva autossustentação financeira e iii) a eventual possibilidade de capturar capital privado para apoio à gestão sustentável das infraestruturas ferroviárias e rodoviárias de Portugal. De notar que para a concretização destes princípios será ainda necessário implementar, entre o Estado e a IP, um contrato de concessão da rede ferroviária e, eventualmente, alterar o contrato de concessão da rede rodoviária atualmente em vigor, este já celebrado entre o Estado e a EP.

A Comissão cessou as suas funções na data de nomeação do Conselho de Administração conjunto para a EP – Estradas de Portugal, S.A. e para a REFER — Rede Ferroviária Nacional, E.P.E. que ocorreu a 31 de dezembro de 2014.

Neste contexto, e no seguimento do amplo trabalho desenvolvido pela Comissão de Planeamento, as Administrações da REFER e da EP entendem que a fusão que se pretende realizar é plenamente justificada porque permitirá obter um conjunto de objetivos relevantes:

1. Planeamento e investimento integrado
2. Maior eficiência
3. Economias de escala no aprovisionamento
4. Alcançar a sustentabilidade financeira
5. Posicionamento estratégico dos programas energéticos europeus / globais.

Em traços gerais, os referidos objetivos consubstanciam-se nos seguintes termos:

#### **Planeamento e investimentos integrados**

Ambas as empresas têm determinações similares, nomeadamente, a gestão de um conjunto de infraestruturas nos termos da lei. A REFER gere a infraestrutura ferroviária nacional e por outro, a EP gere a infraestrutura rodoviária nacional. A IP irá

olhar para esta missão de uma forma integrada, contrariando uma perspectiva de concorrência entre os dois modos. A mobilidade de pessoas e bens no território nacional, que determina os investimentos em ferrovia ou em rodovia, será o principal impulsionador de investimentos futuros. A IP deverá procurar os aspetos complementares dos dois modos privilegiando a mobilidade de pessoas e bens e harmonizando os programas de investimentos.

#### **Maior eficiência**

Sendo as duas empresas autónomas do ponto de vista jurídico, administrativo e financeiro, existe uma sobreposição de áreas funcionais. A junção das melhores práticas de cada empresa deverá produzir um centro corporativo melhorado, com poupanças significativas. Da mesma forma, a presença regional combinada das duas empresas deverá gerar reduções de custos adicionais. Finalmente, o conhecimento acumulado numa só empresa poderá ser útil em situações futuras. Um exemplo é a experiência da EP na gestão de contratos de concessão que poderá ser utilizada em futuras concessões ferroviárias e, no caso da REFER, o “know-how” existente na disciplina de gestão de ativos.

#### **Economias de escala no aprovisionamento**

Existe igualmente uma sobreposição no que respeita às compras e logística. Muitos contratos têm elementos análogos e uma gestão conjunta poderá resultar em poupanças consideráveis.

#### **Alcançar a sustentabilidade financeira**

A combinação das diferentes iniciativas aludidas nos parágrafos anteriores com ações críticas, relacionadas, por exemplo, com a remuneração do serviço ferroviário prestado (redefinição das tarifas de utilização da infraestrutura, programa de investimento com o governo, etc.), com a renegociação das atuais parcerias público-privadas (PPP) rodoviárias e a conversão da dívida histórica em capital, deverá permitir a entrada da IP numa rota financeiramente sustentável.

#### **Posicionamento estratégico dos programas energéticos europeus / globais**

A definição de concessões de longo prazo concedidas pelo Estado à IP para as infraestruturas rodoviárias e também para as ferroviárias deverá permitir à empresa alinhar os seus investimentos com as diretivas da UE. A mobilidade gera desperdício. No momento presente é possível que as políticas energéticas, nomeadamente os seus aspetos ambientais, favoreçam uma tendência de investimento no setor ferroviário. Gerir de uma forma integrada as duas componentes da mobilidade terrestre deverá funcionar como uma cobertura de longo prazo para a aplicação destas políticas.

#### **Aprovação em Conselho de Ministros**

De acordo com o Comunicado do Conselho de Ministros de 9 de abril de 2015, foi aprovado o “diploma que procede à fusão, por incorporação, da EP - Estradas de Portugal, S.A., na REFER - Rede Ferroviária Nacional, E.P.E., denominando a nova empresa Infraestruturas de Portugal, S.A. (IP, S.A.).”





## 2. ENQUADRAMENTO EXTERNO

### 2.1. Aspetos Políticos

#### Livro Branco dos Transportes 2050

A política rodoviária definida pela Comissão Europeia para os próximos anos encontra-se no “Livro Branco dos Transportes 2050”, cuja estratégia define como medidas principais, as seguintes:

- Criação de um enquadramento financeiro equitativo: nova abordagem das tarifas de transporte, as quais devem ser reestruturadas no sentido de uma aplicação mais ampla do princípio do «poluidor-pagador» e do «utilizador-pagador»;
- Publicação de orientações para a aplicação dos custos de infraestrutura aos veículos automóveis de passageiros;
- Criação de um quadro para a internalização dos custos aplicável a todos os veículos de transporte rodoviário e que abranja os custos de infraestrutura, bem como os custos sociais do congestionamento, a poluição local causada pelas emissões de CO<sub>2</sub>, o ruído e os acidentes;
- Introdução progressiva de sistemas europeus de portagem eletrónica, nomeadamente o serviço europeu de portagem eletrónica para camiões e para todos os tipos de veículos, dois anos mais tarde;
- Garantia de um financiamento estável dos transportes, aplicação do princípio que consiste em atribuir receitas provenientes da utilização dos transportes ao desenvolvimento de uma rede integrada e eficiente (ou seja, uma percentagem das receitas cobradas pelo transporte devem ser reinvestidas no sector, constituindo o financiamento necessário para uma infraestrutura de transporte de alta qualidade);
- A investigação e implantação efetiva de novas tecnologias serão essenciais para reduzir as emissões provenientes do transporte urbano, interurbano e de longo curso;
- Será concedida prioridade à produção de veículos ecológicos, seguros e silenciosos para todos os modos de transporte;
- Os setores-chave serão os seguintes: combustíveis alternativos, novos materiais, instrumentos de IT e de gestão do tráfego destinados a gerir e integrar sistemas de transporte complexos. A política definida pela Comissão Europeia pode trazer vantagens à EP no sentido de construir uma tarifa mais justa para os

contribuintes, considerando o conceito poluidor-pagador e utilizador-pagador, e de carácter mercantil, situação que permitirá à EP reduzir a sua dependência do Estado.

#### Plano Estratégico de Transportes (PETI)

O Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas – Mobilidade Sustentável (PETI), aprovado em abril de 2014, estabelece as linhas de orientação prioritárias para o horizonte 2014-2020. Foram definidos para o setor rodoviário projetos prioritários que ascendem a 898M€ de investimento, dos quais se estima que dois terços possam ser financiados através de fundos privados e 24% através de fundos comunitários.

O Plano identificou um conjunto de projetos, maioritariamente, inseridos na Rede Transeuropeia de Transportes (RTE-T), que contribuem para a concretização do Plano Rodoviário Nacional, objeto do contrato de concessão da EP, situação que poderá ser considerada uma oportunidade, na medida em que estes investimentos permitirão a conclusão da rede rodoviária com menor esforço.

### 2.2. Aspetos Económicos

#### Principais indicadores

	Variação anual (%)		
	2013	2014	2015 (p)
<b>1. Despesas e PIB (variação em volume)</b>			
Consumo Privado	-1,4	2,2	2,1
Consumo Público	-1,9	-0,5	-0,5
Investimento (FBCF)	-6,3	2,2	4,2
Procura Interna	-2,4	2,3	1,1
Exportações	6,4	2,6	4,2
Importações	-2,7	6,3	3,1
PIB	-1,4	0,9	1,5
<b>2. Preços (taxas de variação)</b>			
Deflator do PIB	2,3	2,3	2,3
Taxa de Inflação (a)	0,4	-0,1	0,7

(a) Medida pela variação média anual do índice Harmonizado de Preços no Consumidor.

(p) Previsão.

Fonte: Ministério da Economia.

## Emprego e desemprego

	Variação Anual (%)		
	2013	2014	2015 (p)
Emprego Total (taxa de variação)	-2,6	1,9	-
Taxa de desemprego	16,2	14,2	13,4

(p) Previsão.

Fonte: Ministério da Economia; Banco de Portugal.

## Preço dos combustíveis

### Cotações Médias Internacionais do Petróleo Bruto – BRENT

2012	2013	2014	$\Delta$ (%) 2013/2012	$\Delta$ (%) 2014/2013
86,79	81,79	74,32	-5,8	-9,1

Unidade: Euro/barril.

Fonte: DGEG.

### Evolução do Preço Médio Anual dos Combustíveis em Portugal 2012 – 2014

Tipo	2012	2013	2014	$\Delta$ (%) 2013/2012	$\Delta$ (%) 2014/2013
Gasolina 95	1,64	1,579	1,524	-3,8	-3,5
Gasóleo	1,45	1,388	1,303	-4,3	-6,1

Unidade: Euro/litro.

Fonte: DGEG.

## Consumo dos combustíveis

### Evolução dos Consumos das Gasolinas e dos Gasóleos

Tipo	2012	2013	2014 (*)	$\Delta$ (%) 2013/2012	$\Delta$ (%) 2014/2013
Gasolina	1.129.957	1.092.747	1.069.207	-3,3	-2,2
Gasóleo	4.182.969	4.088.449	4.129.698	-2,3	1,0

(\*) Valor estimado.

Unidade: Ton.

Fonte: DGEG.

## Parque automóvel

### Evolução Anual da Venda de Veículos Novos

Tipo	2012	2013	2014 (*)	$\Delta$ (%) 2013/2012	$\Delta$ (%) 2014/2013
Automóveis Ligeiros de Passageiros	95.309	105 921	142 827	11,1	34,8
Comerciais Ligeiros	16.011	18 202	26.199	13,7	43,9
Pesados de Mercadorias	1.892	2 392	3.126	26,4	30,7
Autocarros	223	174	238	-22,0	36,8
<b>Total</b>	<b>113.435</b>	<b>126.689</b>	<b>172.390</b>	<b>11,7</b>	<b>36,1</b>

Fonte: ACAP.

### Evolução da Tipologia de Veículos Adquiridos

	Ligeiros		Pesados	
	Automóveis Ligeiros de Passageiros	Comerciais Ligeiros	Pesados de Mercadorias	Autocarros
2012	84,0%	14,1%	1,7%	0,2%
2013	83,6%	14,4%	1,9%	0,1%
2014	82,9%	15,2%	1,8%	0,1%

Fonte: ACAP.

### Parque de Veículos Motorizados de Passageiros por Escalões de Idade, em 2013

Idade dos Veículos	Veículos de Passageiros			
	Ligeiros		Pesados	
	N.º	Idade Média	N.º	Idade Média
<2 anos	194.719	0,5	487	0,5
2 a <5 anos	555.184	3,0	1.032	3,2
5 a <10 anos	975.432	7,0	2.830	7,1
10 anos ou mais	2.602.143	15,9	7.762	16,2
<b>Total</b>	<b>4.327.478</b>	<b>11,5</b>	<b>12.111</b>	<b>12,3</b>

Fonte: IMT.

### Distribuição Percentual do Parque Automóvel Seguro por escalões de idade, em 2012 e 2013

Ano	Menos de 1 ano	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	Entre 5 e 10 anos	Mais de 10 anos
2012	1,9	3,0	4,4	3,5	4,6	27,3	55,3
2013	2,0	2,0	3,1	4,4	3,5	26,7	58,3

Fonte: ISP.

## 2.3. Aspetos Socioculturais

### Mobilidade da População

O sistema de infraestruturas rodoviárias portuguesas deve ir ao encontro da satisfação das necessidades dos portugueses. A rede rodoviária nacional deve assegurar a mobilidade e acessibilidade a pessoas e bens, de forma eficiente e adequada às necessidades, promovendo a coesão social.

O Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) é um instrumento de desenvolvimento territorial de natureza estratégica que estabelece as grandes opções com relevância para a organização do território nacional, consubstancia o quadro de referência a considerar na elaboração dos demais instrumentos de gestão territorial, como é o PRN, e cons-

titui um instrumento de cooperação com os demais Estados Membros para a organização do território da União Europeia.

O PNPOT estabeleceu 3 grandes corredores internacionais de acessibilidade e conectividade em Portugal Continental, a concretizar, através dos modos ferroviário, rodoviário, marítimo-portuário e aeroportuário, em função da distribuição geográfica de pessoas e bens:

- Corredor da fachada Atlântica: corredor vertical ligando a Galiza, o arco metropolitano do Porto, o sistema metropolitano do centro litoral, o arco metropolitano de Lisboa e o arco metropolitano do Algarve;
- Corredor internacional norte: corredor horizontal ligando o arco metropolitano do Porto e o sistema metropolitano do centro litoral a Salamanca e ao resto da Europa;

- Corredor internacional sul: corredor horizontal ligando o arco metropolitano de Lisboa a Madrid e ao resto da Europa.

Os principais impactos na atividade da EP verificam-se ao nível do planeamento dos investimentos, do desenvolvimento de soluções e da alocação de meios operacionais, que deverão ser capazes de dar uma resposta diferenciada, de acordo com as necessidades de cada uma das regiões, assegurando a mobilidade e acessibilidade a pessoas e bens.

#### **2.4. Aspetos Legais**

##### **Novo Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional**

Foi aprovado em Conselho de Ministros, no dia 4 de dezembro de 2014, a proposta de lei do novo regime do Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional (EERRN), e remetido à Assembleia da República para apreciação e aprovação.

Esta proposta de lei procede à sistematização e reorganização numa só lei de várias legislações dispersa por mais de quinze diplomas. A longa vigência de 65 anos do atual Estatuto tem como resultado uma profunda inadequação da maioria das suas disposições à realidade atual.

O novo estatuto assenta em duas dimensões fundamentais, o uso público viário da infraestrutura rodoviária, e o uso privativo do domínio público. Pretende-se, desta forma, proteger a infraestrutura rodoviária e a sua utilização dos interesses e comportamentos de terceiros, regulando a interação que se estabelece entre a estrada, a sua gestão, e as pessoas singulares ou coletivas, públicas ou privadas.

##### **Áreas de Serviço**

A publicação do Decreto-Lei n.º 87/2014, de 29 de maio, teve subjacente as medidas de otimização dos níveis de serviço da rede rodoviária nacional e o modelo regulatório do setor rodoviário, no sentido de harmonizar quanto a esta matéria o quadro legal aplicável, definindo as regras gerais de exploração das áreas de serviço e de licenciamento para implantação dos postos de abastecimento de combustíveis marginais às estradas, revogando expressamente a alínea l) do n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 13/71, de 23 de janeiro, na sua redação atual, e o Despacho SEOP 37-XII/92, de 27 de novembro. Previu-se no diploma a regulamentação, por portaria, das condições de localização, classificação, composição, exploração, funcionamento e taxação do licenciamento dos postos de abastecimento de combustíveis.

O diploma veio trazer uma maior clarificação e eficiência na gestão deste setor de atividade, melhorando aspetos, como a otimização e flexibilização dos níveis de serviço dos contratos de concessão de áreas de serviço e a amplificação do processo de licenciamento dos postos de abastecimento de combustíveis, adaptando à realidade atual do mercado de venda de combustíveis.

A alteração possibilita a introdução de fatores de justiça na política de taxas a aplicar, tendo em conta os diferentes impactos que os postos de abastecimento de combustíveis provocam na infraestrutura rodoviária, utilizando como critério a aplicação de uma taxa pela utilização privativa de acesso à estrada.

### 3. OBJETIVOS DE GESTÃO

#### 3.1. Enquadramento

Os objetivos de gestão para 2014 foram definidos tendo por base os objetivos estratégicos do Plano Estratégico K 16, a prosseguir no horizonte 2013/2016.

Os objetivos de gestão integram os “Indicadores de Acionista”, através dos quais são definidas as metas que a empresa se compromete a atingir perante o seu Acionista, e os “Indicadores de Empresa”, complementares aos primeiros e que, no seu conjunto, envolvem transversalmente a atividade da empresa e permitem controlar, ao longo do ano e no âmbito do Sistema de Controlo de Gestão implementado, a performance da empresa.

#### 3.2. Indicadores do Acionista

	UNID.	Meta 2014	Valor Real	Desvio (%)
Custos Operacionais (Cash)	M€	227	165	-27
Free Cash Flow	M€	-890	-729	-18
Receita total (Cash)	M€	805	799	-1
Receitas com serviços complementares	M€	8,9	7,9	-11
Índice de Segurança Rodoviária	N.º	118	n.d.	n.d.

*n.d.: não disponível – dependente da divulgação pela ANSR dos indicadores oficiais de segurança rodoviária.*

#### Custos Operacionais (Cash)

Houve em 2014 uma redução de 27% nos custos operacionais face à meta estabelecida, destacando-se a redução de gastos com as atividades de construção e requalificação (-62%), de estudos e projetos (-66%) e de conservação periódica (-38%).

A redução dos custos operacionais, conjugado com a melhoria global do nível de qualidade da rede, consubstanciado na estabilização do índice de Qualidade de Pavimentos e na melhoria do Estado de Conservação de Obras de Arte, é demonstrativo do modelo de eficiência que norteia a atividade da EP, designadamente no que respeita à conservação dos seus ativos.

#### Free Cash Flow

O resultado deste indicador superou em 18% a meta estabelecida, o que representa um balanço positivo de 161M€. Tal deve-se à forte redução dos gastos operacionais (-27%), dos gastos com juros e encargos financeiros (-18%) e dos gastos com outras atividades de investimento - expropriações, equipamentos e instalações (-55%), mas também ao desempenho muito positivo das receitas *core* da empresa, designadamente da CSR com +4% e das receitas de portagens com +12%.

Contribuiu ainda para este resultado a redução em 1% do



valor previsto em orçamento para o pagamento das Parcerias Público-Privadas, e que por si só já constituía um objetivo ambicioso, visto representar uma forte redução face ao previsto nos respetivos Casos Base.

Em síntese, o resultado deste indicador demonstra claramente o exercício positivo da EP em 2014, que permitiu diminuir o esforço financeiro do Estado, num ano particularmente difícil em que se iniciaram os pagamentos das subconcessões rodoviárias (AE Transmontana, Douro Interior, Litoral Oeste e Baixo Tejo), no valor de 293M€ (com IVA), e ao pagamento da A21 no valor de 245M€.

#### Receita Total (Cash)

Não foi atingida a receita total de 805M€ (IVA não incluído) face à não concretização da receita prevista com a concessão da A23, no valor de 65M€.

Ainda assim, verificou-se um desvio de apenas 0,8%, o que se deveu, conforme já referido, ao comportamento positivo das receitas *core* - portagens e CSR, que no seu conjunto alcançaram uma receita de 62M€ superior ao previsto em orçamento.

#### Receita com Serviços Complementares (Cash)

A receita com serviços complementares em 2014 foi de 7,9M€, não se tendo atingido o objetivo anual de 8,9M€.

O não cumprimento deste objetivo deveu-se fundamentalmente ao facto de a publicidade à margem das estradas ter deixado de constituir uma fonte de receita significativa, na sequência de recomendação do Provedor de Justiça para que a EP não se posicionasse como entidade licenciadora e dos reflexos da entrada em vigor do denominado “licenciamento zero”.

#### Índice de Segurança Rodoviária

O cálculo deste indicador está dependente dos resultados oficiais publicados pela Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR), relativos a 2014.

### 3.3. Indicadores de Empresa

	UNID.	Meta 2014	Valor Real	Desvio (%)
Custos Operacionais (Cash) - Custos FSE's	M€	155	117	-25
Custos Operacionais (Cash) - Custos RH	M€	35,8	34,8	-3
Total de investimento (Cash)	M€	1.186	1.129	-5
Total de encargos financeiros (Cash)	M€	82,2	67	-19
Receita CSR (Cash)	M€	507	527	+4
Receitas de portagens totais, sem IVA (Cash)	M€	230	257	+12
Receitas de serviços assentes na infraestrutura (Cash)	M€	9	8,1	-10
Receitas com serviços a terceiros (Cash)	k€	100	133	+33
EBITDA cash ajustado	M€	578	634	+10
Margem EBITDA cash ajustado	%	72	79	+10
Dívida líquida	M€	2.489	2.459	-1
Rácio dívida líquida/EBITDA ajustado		4,3x	3,9x	-9
Indicador agregado de execução do plano de proximidade	%	90	81	-10
Desconformidades ambientais	k€	100	44,6	-55

Não se atingiram as metas em dois indicadores:

#### Receitas de Serviços Assentes na Infraestrutura

O objetivo anual não foi cumprido devido à significativa perda de receitas com o licenciamento de publicidade, conforme já referido em ponto anterior.

#### Indicador Agregado da Execução do Plano de Proximidade

A meta estabelecida não foi atingida devido ao lançamento, em 2014, de menos obras do que aquelas que se encontravam previstas no Plano de Proximidade, por um lado, devido à necessidade de contenção financeira verificada em 2014, mas também pelo maior prazo de execução das obras, face ao previsto contratualmente.

Em contrapartida, este indicador teve um comportamento positivo no parâmetro associado ao custo de execução das obras, que no seu conjunto diminuíram 1% face ao valor pela qual foram contratadas.



## 4. PRINCIPAIS INDICADORES

### 4.1. Indicadores Financeiros

	2012	2013	2014	(M€)
				Δ (%) 2014/2013
<b>Exploração</b>				
Total dos Proveitos (1)	1.700	1.120	961	-14
Contribuição Serviço Rodoviário (CSR)	512	509	531	4
Receitas de Portagens	212	240	262	9
Outros Proveitos Operacionais	976	372	168	-55
EBITDA (2)	533	503	488	-3
Margem EBITDA (%)	31,4%	44,9%	50,9%	13
EBIT (3)	366	351	356	1
Margem EBIT (%)	21,5%	31,3%	37,0%	18
Resultado Líquido	37	15	17	12
<b>Balanço</b>				
Capital Próprio	949	973	2.511	158
Passivo	18.060	18.748	17.937	-4
Subsídios ao investimento (não reembolsáveis)	10.357	10.313	10.267	0
Outros	7.709	8.435	7.670	-9
Ativo Total Líquido	19.016	19.721	20.448	4
Capital Próprio/Ativo Total Líquido de Subsídios	0,11	0,10	0,25	138
Rendimento do Capital Próprio (ROE)	4,7%	1,6%	1,7%	9
Rendimento do Ativo Líquido de Subsídios (ROA)	0,4%	0,2%	0,2%	3
<b>Dívida</b>				
Dívida Financeira Líquida (4)	2.904	3.171	2.459	-22
Dívida Financeira Líquida / EBITDA	5,45	6,30	5,03	-20
EBITDA/Encargos Financeiros Bancários	4,44	5,18	5,53	7
<b>Esforço Financeiro Público</b>				
Subsídios ao Investimento	35	6	4	-39
Fundo de Coesão	35	6	0	-100
Outros Comunitários	1	0	4	100
Dotações de Capital	134	9	1.522	16.830
Suprimentos do Estado	881	276	-656	-337
Reembolso Dívida	606	10	-656	-6.629
Financiamento Atividade	274	266	0	-100
<b>Total</b>	<b>1.050</b>	<b>292</b>	<b>869</b>	<b>198</b>
Esforço Financeiro do OE (bruto)	1.050	292	869	198
Esforço Financeiro do OE (líquido)	1.050	292	869	198
<b>Garantias de Empréstimos</b>				
Stock de Garantias Concedidas	201	201	201	0

(1) Total de proveitos operacionais líquido de proveitos com subsídios.

(2) EBITDA = Resultados antes de ganhos e perdas financeiros, impostos, amortizações e subsídios.

(3) EBIT = Resultados antes de ganhos e perdas financeiros e impostos.

(4) Dívida financeira líquida de caixa e especializações de encargos financeiros.

#### 4.2. Indicadores Operacionais

	UNID.	2012	2013	2014
<b>Indicadores de rede</b>				
Rede sob gestão direta	km	13.515	13.554	13.664
Rede subconcessionada	km	1.766	1.766	1.589(*)
Estado dos pavimentos	IQ	2,9	2,9	2,9
<b>Indicadores de atividade</b>				
Rede nova construída (IP, IC, EN e ER)	km	276,1	84,1	10,0
<b>Rede intervencionada (IP, IC, EN e ER)</b>				
Intervenções de construção e requalificação	km	0	0	1,7
Intervenções de conservação e segurança rodoviária	km	54,9	135,7	216,6
Intervenções em obras de arte (n.º empreitadas)	N.º	45	25	35

(\*) Extensão de rede em exploração.

#### 4.3. Indicadores Ambientais

	UNID.	2012	2013	2014
Consumo Energético Global	GJ	75.789	83.212	82.363
Água consumida	m <sup>3</sup>	36.500	13.187	16.808
Emissões de gases com efeito de estufa	tonCO <sub>2</sub> eq	6.436	6.325	6.113
Peso total de resíduos produzidos	m <sup>3</sup>	188.450	15.181(*)	242.400
Investimento em ambiente em obra (**)	M€	9,4	9,5	11,6

(\*) Este valor não incluiu os resíduos reincorporados (reciclados ou recuperados nas obras executadas pela EP.

(\*\*) Inclui investimentos em obra nova construída e conservação corrente.

#### 4.4. Indicadores Sociais

	UNID.	2012	2013	2014
<b>Emprego</b>				
Total de colaboradores	N.º	1.170	1.083	1.022
Efetivos	%	90,9	92,2	94,3
Índice de satisfação global (1)	%	65,8	63,5	65,6
Custos com pessoal	M€	33,5	34,7	33,3
Custos totais com formação	m€	88,2	104,5	143,0
<b>Prevenção e segurança no trabalho</b>				
Acidentes em serviço	N.º	27	26	32
Acidentes mortais em serviço	N.º	0	0	0
<b>Segurança rodoviária</b>				
Indicador de Gravidade (RRN) (2)		22.495	20.519	16.742(*)
Vítimas mortais (RRN)	N.º	231	224	189(*)

(1) Inquérito de satisfação de colaboradores com periodicidade anual.

(2) Indicador de Gravidade IG = 100xM + 10xFG + 3xFL, em que M é o número de mortos, FG o de feridos graves e FL o de feridos ligeiros.

(\*)Os valores reportam-se apenas aos dados disponíveis, entre janeiro e outubro.

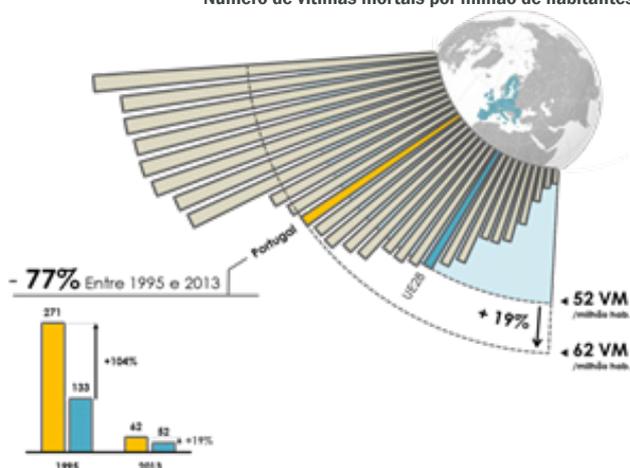
## 5. SEGURANÇA RODOVIÁRIA

Portugal foi dos países da união europeia que mais reduziu a sinistralidade, estando atualmente cerca de 19% acima da média UE.

Em 1995 Portugal tinha mais do dobro de vítimas mortais (VM) por milhão de habitantes que a Europa, tendo reduzido em 77% esse valor, para os atuais 62 vítimas mortais por milhão de habitantes.

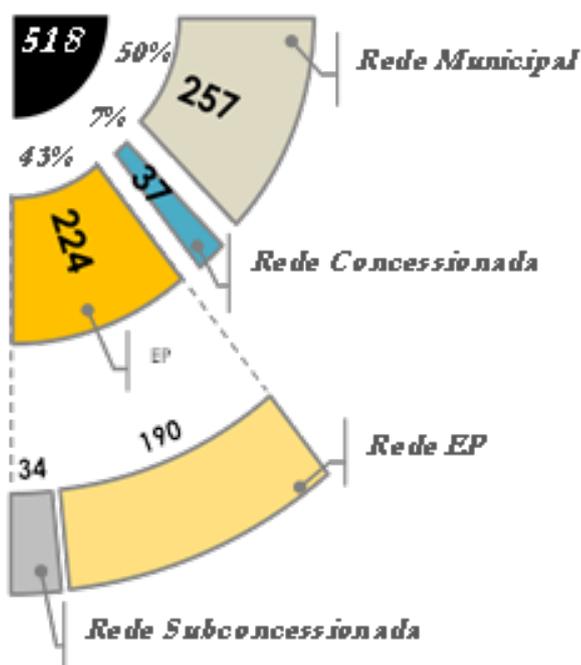
### PORTUGAL NA EUROPA

Número de vítimas mortais por milhão de habitantes



### REDE EP EM PORTUGAL

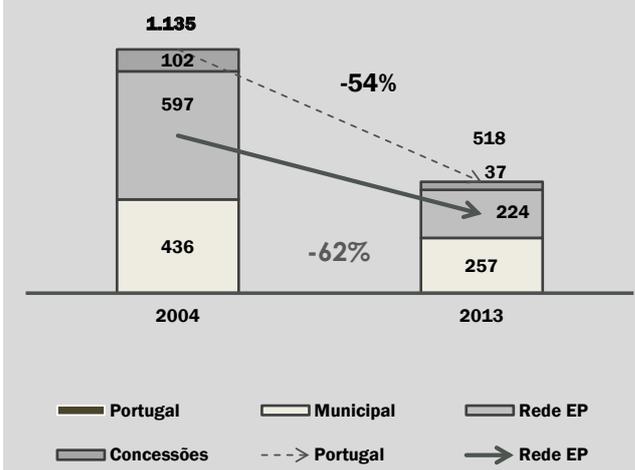
Número de vítimas mortais 2013



A rede da EP tem contribuído em muito para essa redução. Na última década Portugal assistiu a uma redução global de vítimas mortais de 54%, enquanto a diminuição ocorrida na rede EP foi de 62%.

Em 2013 a rede EP registou 224 vítimas mortais, representando 43% do total nacional.

### Evolução n.º de vítimas mortais

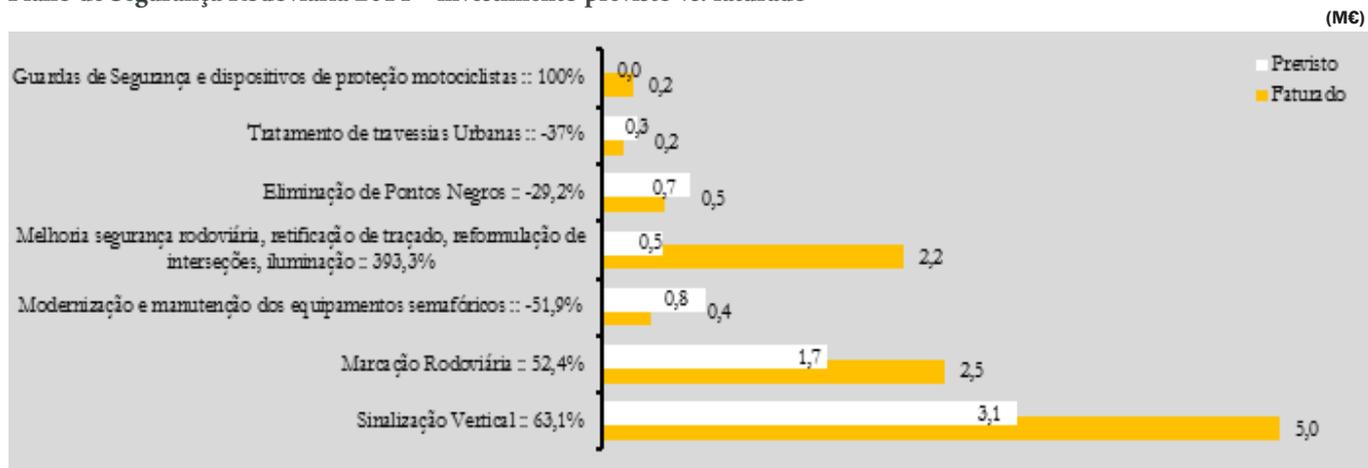


## 5.1. Plano de Segurança Rodoviária

		N.º Intervações Execução 2014 (*)	Investimento Previsto (M€)	Investimento Faturado (M€)
Tratamento da área adjacente à faixa de rodagem	Guardas de segurança e dispositivos de proteção para motociclistas	4	0,0	0,2
Tratamento de zonas de elevada concentração de acidentes	Tratamento de travessias urbanas	1	0,3	0,2
Redução das zonas de potenciais conflitos	Reformulação geométrica de interseções	19	0,5	2,2
Medidas de acalmia de tráfego	Eliminação de pontos negros	6	0,7	0,5
Ações preventivas	Modernização e manutenção dos equipamentos semafóricos	9	0,8	0,4
	Marcação rodoviária	9	1,7	2,5
	Sinalização vertical	8	3,1	5,0
<b>Total</b>		<b>56</b>	<b>6,9</b>	<b>11,0</b>

(\*) Correspondente ao número de intervenções com faturação em 2014.

## Plano de Segurança Rodoviária 2014 – investimento previsto vs. faturado



## 5.2. Investimento em Segurança Rodoviária

Ano	Concursos lançados			Obras Adjudicadas			Obras Concluídas		
	N.º eventos	Extensão (km)	Investimento (M€) (*)	N.º eventos	Extensão (km)	Investimento (M€) (*)	N.º eventos	Extensão (km)	Investimento (M€) (*)
2012	21	4,6	7,5	17	6	3,0	21	5	7,9
2013	25	6	3,3	19	2,7	6,4	19	1,6	3,4
2014	17	1,2	8,9	10	2,5(**)	2,8	32	6,6(**)	11,9

(\*) Valor total dos eventos independentemente da sua plurianualidade.

(\*\*) A extensão é apenas referente às obras individualizadas, não inclui CCC 2013/2016.

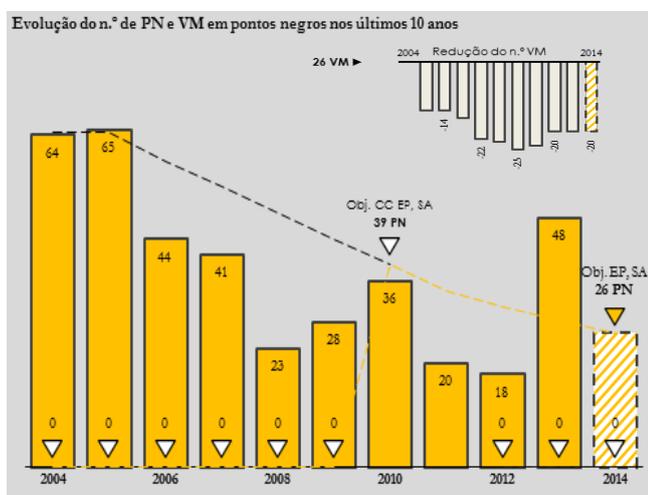
Em 2014 foram lançadas 17 empreitadas de segurança rodoviária, sendo de relevar o lançamento da sinalização vertical 2015, de âmbito nacional, num total de 6,0M€.

Por outro lado, foram concluídas 32 empreitadas com um investimento de 11,9M€. Este valor de investimento inclui as empreitadas de âmbito nacional iniciadas em 2013, de sinalização vertical e marcação rodoviária, num total de 7,6M€.

### 5.3. Inspeções de Segurança Rodoviária Realizadas

Inspeções	UNID.	2012	2013	2014
Rede	km	250	450	300
Pontos Negros	N.º	20	18	44
Zona de Acumulação de Acidentes	N.º	42	—	23
Monitorizar	N.º	—	—	21
Outras	N.º	± 150	± 150	± 150

### 5.4. Cumprimento das Obrigações do Contrato de Concessão

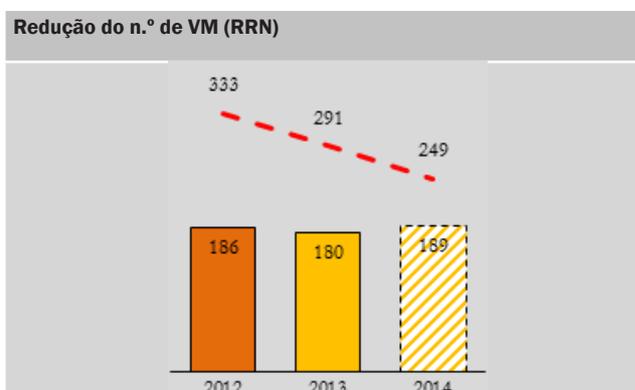
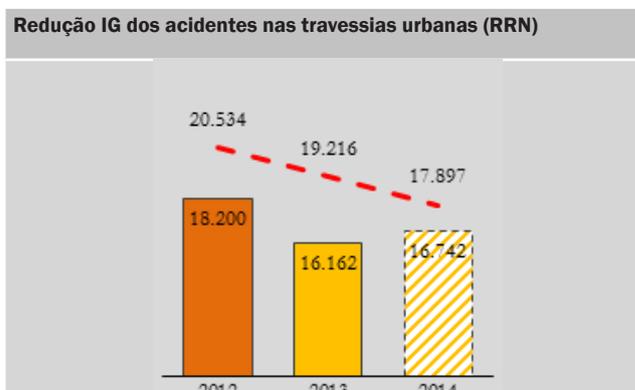
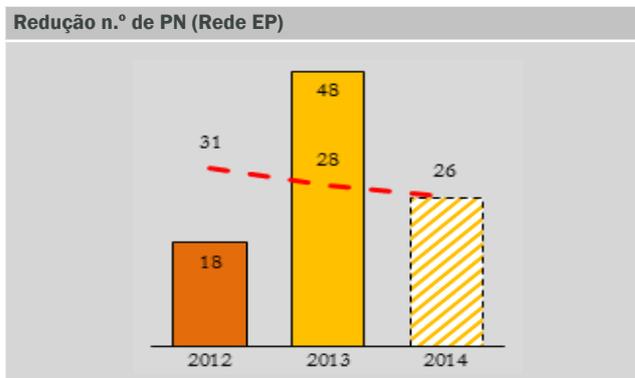


Os resultados do Índice de Gravidade e de vítimas mortais reportam-se aos meses de janeiro a outubro de 2014.

Indicadores	Objetivos	Meta 2014	Resultados 2014	Meta 2015
Sinistralidade	Redução n.º de Pontos Negros (PN) (Rede EP)	26	26	24
	Redução Índice de Gravidade (IG <sup>1</sup> ) dos acidentes nas travessias urbanas (RRN <sup>2</sup> )	21.476	16.742	18.939
	Redução do n.º de vítimas mortais (VM) (RRN <sup>2</sup> )	299	189	201

(1) Indicador de Gravidade IG = 100xM + 10xFG + 3xFL, em que M é o número de mortos, FG o de feridos graves e FL o de feridos leves.

(2) RRN – Rede Rodoviária Nacional (Rede EP e Rede Concessionada).



De acordo com o Relatório de 2013 da ANSR, a rede EP em 2013 registou 48 PN, refletindo um aumento face ao verificado no ano anterior. No entanto, a tendência de redução mantém-se, com uma taxa média de crescimento, entre 2000 e 2013, de -8,5%.

## 6. GESTÃO DE INFRAESTRUTURAS

### 6.1. Execução do Plano de Investimentos

		(M€)			
		2012	2013	2014	$\Delta$ (%) 2014/2013
I.	Estudos, projetos, fiscalização e assistência técnica	5.199	4.880	3.983	-18
1.	Estudos e projetos de construção	1.284	1.082	176	-84
2.	Estudos e projetos de conservação	259	577	634	10
3.	Estudos e projetos de Obras de Arte	725	856	688	-20
4.	Fiscalização, controlo e acompanhamento de construção	108	10	150	1.400
5.	Fiscalização, controlo e acompanhamento de conservação	1	1	3	200
6.	Fiscalização, controlo e acompanhamento de Obras de Arte	1.257	1.182	1.486	26
7.	Outros estudos, assistência técnica e jurídica	1.565	1.172	846	-28
II.	Expansão da rede	28.038	10.369	22.981	122
1.	Construção de IP	0	0	6.647	
2.	Construção de IC	12.282	160	7.551	4.619
3.	Construção de EN e ER	950	209	0	-100
4.	Expropriações pela EP	4.865	1.648	2.899	76
5.	Expropriações por outras concessionárias	9.941	8.352	5.884	-30
III.	Modernização da rede	14.818	5.258	2.961	-44
1.	Requalificação de IP e IC	1.747	260	-893	-443
2.	Requalificação de EN e ER	650	188	0	-100
3.	Requalificação/substituição de Obras de Arte	11.199	4.810	3.852	-20
4.	Construção de variantes a centros urbanos	1.222	0	2	
IV.	Conservação da rede	28.965	23.213	18.295	-21
1.	Conservação periódica/beneficiação de estradas	12.288	14.541	10.240	-30
2.	Reabilitação de Obras de Arte	16.677	8.672	8.055	-7
V.	Instalação e melhoria de equipamentos	3.529	1.324	1.688	27
1.	Maquinaria, edifícios e equipamento	829	447	1.030	130
2.	Sistemas de informação	1.264	758	642	-15
3.	Telemática rodoviária	1.436	119	16	-87
	Subtotal	80.549	45.044	49.908	11
VI.	Concessões	686.017	636.087	927.031	46
1.	Rendas da rede SCUT	242.399	279.606	250.067	-11
2.	Disponibilidade	441.250	351.795	670.581	91
3.	Reequilíbrios e compensações	362	6.296	6.279	0
4.	Comparticipações	2.006	-1.610	104	-106
VII.	Custo do exercício	53.756	56.265	45.906	-18
1.	Conservação corrente	46.001	49.546	33.277	-33
2.	Melhoria da segurança rodoviária	4.240	5.988	11.699	95
3.	Protocolos com Autarquias	3.515	731	930	27
	<b>Total</b>	<b>820.268</b>	<b>737.396</b>	<b>1.022.845</b>	<b>39</b>

## 6.2. Estudos e Projetos de Empreendimentos em Construção e Conservação

### Construção

Ano	Concursos lançados			Estudos Adjudicados/Iniciados			Estudos Concluídos		
	N.º eventos	Extensão (km)	Investimento (M€) (*)	N.º eventos	Extensão (km)	Investimento (M€) (*)	N.º eventos	Extensão (km)	Investimento (M€) (*)
2012	1	0,80	0,05	8	2,30	0,11	8	29,80	0,80
2013	3	0,40	0,03	6	3,00	0,03	9	21,50	0,76
2014	1	5,60	0,08	-	-	-	5(1)	54,00	0,33

(1) O projeto dos 3 lanços da A4 Túnel do Marão deu origem a mais 6 estudos (projetos internos) referentes às diversas especialidades

### Conservação

Ano	Concursos lançados			Estudos Adjudicados/Iniciados			Estudos Concluídos		
	N.º eventos	Extensão (km)	Investimento (M€) (*)	N.º eventos	Extensão (km)	Investimento (M€) (*)	N.º eventos	Extensão (km)	Investimento (M€) (*)
2012	16	179,10	0,80	32	106,50	0,37	24	45,90	0,25
2013	21	322,00	1,17	96	677,70	1,10	75	415,06	0,03
2014	11	72,17	0,46	77	200,00	0,69	53	101,10	0,16

Nota: Inclui projetos de Grandes Reparções, Estruturas de Contenção e Segurança Rodoviária.

### Obras de Arte

Ano	Concursos lançados			Estudos Adjudicados			Estudos Concluídos		
	N.º eventos	Extensão (km)	Investimento (M€) (*)	N.º eventos	Extensão (km)	Investimento (M€) (*)	N.º eventos	Extensão (km)	Investimento (M€) (*)
2012	13	18	0,43	44	60	0,61	43	77	1,01
2013	24	69	0,73	47	61	0,73	36	62	0,44
2014	6	7	0,12	51	104	0,34	80	141	0,97

## 6.3. Construção e Requalificação

### Vias

Em 2014 o investimento em obras de construção nova e obras individualizadas de requalificação de vias ascende a 150,6M€ de obras adjudicadas.

As adjudicações, relativas a construção e requalificação de vias, são as referentes às 3 empreitadas da A4 Túnel do Marão, cujo valor de investimento ascendeu a 146,4M€ e ao IC16, Nó da Pontinha - Rotunda de Benfca, com um investimento de 4,3M€.

Ano	Concursos lançados			Obras Adjudicadas			Obras Concluídas		
	N.º eventos	Extensão (km)	Investimento (M€) (*)	N.º eventos	Extensão (km)	Investimento (M€) (*)	N.º eventos	Extensão (km)	Investimento (M€) (*)
2012	4	0	1,0	6	1,8	1,7	5	0	1,1
2013	4	0	0,5	4	0	0,5	2	0	0,2
2014	4	27,5	150,6	4	27,5	150,6	2	0	0,3

(\*) Valor total dos eventos independentemente da sua plurianualidade.

## Obras de Arte

Na requalificação das obras de arte, salienta-se a adjudicação da obra na Ponte de Sacavém sobre o rio Trancão na N10 com a substituição da obra de arte, no montante de 2,5M€ e a conclusão da Ponte de Vila Nova de Milfontes na ER393 com reabilitação e reforço da obra de arte, no montante de 1,4M€.

Ano	Concursos lançados			Obras Adjudicadas			Obras Concluídas		
	N.º eventos	Extensão (km)	Investimento (M€) (*)	N.º eventos	Extensão (km)	Investimento (M€) (*)	N.º eventos	Extensão (km)	Investimento (M€) (*)
2012	2	3	8,7	6	7	17,4	10	15	15,3
2013	2	2	0,5	0	0	0	2	2	0,5
2014	5	5	1,2	5	5	3,7	1	1	1,4

(\*) Valor total dos eventos independentemente da sua plurianualidade.

## 6.4. Expropriações

### 6.4.1. Investimento

O investimento no pagamento de indemnizações por expropriação teve uma diminuição de 17% face ao ano anterior, com um montante de 12,1M€.

Objetivos	UNID.	2012	2013	2014
Expropriações da EP	M€	6,5	5,9	3,4
Parcelas Expropriadas	N.º	290	180	140
Expropriações das concessionárias	M€	14,6	8,7	8,7
Parcelas Expropriadas	N.º	383	313	185
<b>Total Pago</b>	<b>M€</b>	<b>21,1</b>	<b>14,6</b>	<b>12,1</b>
<b>Total Parcelas Expropriadas</b>	<b>N.º</b>	<b>673</b>	<b>493</b>	<b>325</b>

Manteve-se o esforço de resolução de processos expropriativos amigáveis, cujas Declarações de Utilidade Pública (DUP) se encontram publicadas.

Nos processos por concluir, o não encerramento dos mesmos é maioritariamente da responsabilidade dos expropriados e demais interessados, correspondendo as restantes situações a processos com DUP de obras recentes ou a aguardar informação.

Em 2014 a pendência de processos amigáveis foi de 8.330 (-16,4% face ao período homólogo). A dos processos litigiosos ativos foi de

# *Gestão rigorosa na Conservação das Estradas Nacionais*

1.800 (-7,7% face ao período homólogo), incluindo-se nestes uma fração muito significativa de parcelas das Concessões do Estado - Concessão do Grande Porto, AE do Atlântico e AE do Norte (AENOR), cujas expropriações, de acordo com as respetivas bases contratuais, estão a cargo da EP.

## 6.4.2. Atividade

Em 2014, os principais trabalhos de expropriações e pagamento de indemnizações referem-se às 3 empreitadas da A4 Túnel do Marão.

Paralelamente desenvolveram-se trabalhos expropriativos para a aquisição e ocupação temporária de terrenos para construção de rotundas, beneficiação de vias, reabilitação/reforço/alargamento/substituição de pontes, pontões e PHs, estabilização/reparação de taludes, destacando-se os seguintes projetos:

- EN1 (km 113,444) – Rotunda de Ligação à EN356 (IC2 – Variante da Batalha);
- EN114-2 (km 0,325) – Ponte sobre a Ribeira da Freiria – Substituição;
- ENVN366 (km 13,010) – Ponte sobre a Ribeira do Judeu;
- EN115 -1 (do km 4,200 ao km 5,600) – Estabilização dos taludes de Aterro;
- Concessão Costa de Prata – A17/IC1 (do km 17,050 ao km 22,600) – Sublanço Aveiro Sul -Aveiro Nascente – Aditamento 2 (Restabelecimento das Ruas de Granja de Cima, Purgatório e Portinhos);
- EN106 (km 30,800) – PH – Substituição.

Foram ainda aprovados 17 projetos, correspondendo a 137 parcelas, das quais, 116 de expropriação e 21 de ocupação temporária. Foram emitidos pareceres técnicos de 16 projetos de expropriações das subconcessionárias e publicaram-se 19 DUP.

## 6.5. Gestão de Conservação de Estradas

### Modelo de Gestão de Conservação

Modelos	Sistemas de Gestão	Estádio de Desenvolvimento		
		Implementação	Consolidação	Evolução
Gestão de Conservação de Estruturas	Obras de Arte		X	X
	Obras de Contenção	X		
	Obras Hidráulicas	X		
Gestão de Conservação de Vias	Pavimentos		X	X
	Equipamentos	X	X	

A consolidação dos Modelos de Gestão de Conservação permitirá que a empresa assegure, a nível nacional, a racionalidade dos investimentos nas ações de conservação, entendida como a conjugação da Manutenção/Conservação Corrente, com a Reabilitação/Conservação Periódica, numa lógica de custo/benefício, procurando que as intervenções sejam racionais, eficientes e atempadas.

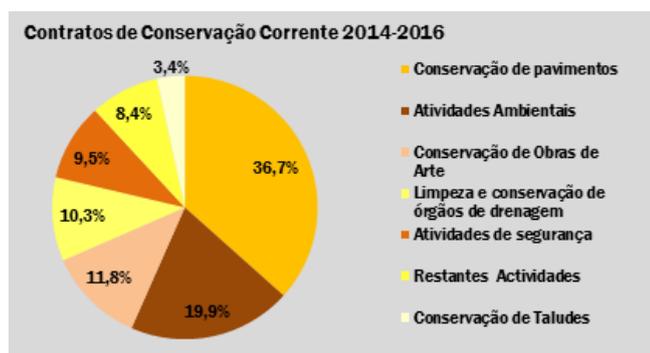
### 6.5.1. Gestão de Conservação Corrente

A Conservação Corrente intervém na estrada e zona adjacente com o objetivo de manter as condições de conforto de circulação e segurança, evitando a degradação das infraestruturas e da qualidade do serviço.

As intervenções realizadas neste âmbito asseguram os Trabalhos de Conservação Corrente/Manutenção de todos os componentes constituintes das vias e obras de arte que se revelem necessários, bem como a intervenção em situações de emergência de forma a repor as condições de circulação.

Em 2014 foram consignados 18 novos contratos de carácter distrital, para a Conservação Corrente Plurianual por um período de 3 anos, tendo em vista as atividades de conservação corrente levados a efeito em períodos devidamente definidos, trabalhos ao nível do pavimento, obras de arte, órgãos de drenagem, atividades ambientais e de segurança, entre outros. Nos contratos atualmente em vigor (triénio 2014-2016), cujo valor global é de 105M€, a distribuição relativa dos diferentes trabalhos consta do gráfico seguinte.

# Manutenção dos cerca de 14.000 km de estradas assegurada através da gestão de 18 Contratos de Conservação Corrente



A conservação corrente por contrato estende-se, desde o início de 2012, às vias de alta capacidade da rede de Autoestradas da Grande Lisboa, em gestão direta da EP, que presta, igualmente, a Assistência ao Cliente com meios próprios. Em 2014 as necessidades de conservação corrente desta rede foram asseguradas através de um Contrato de Conservação Corrente exclusivo.

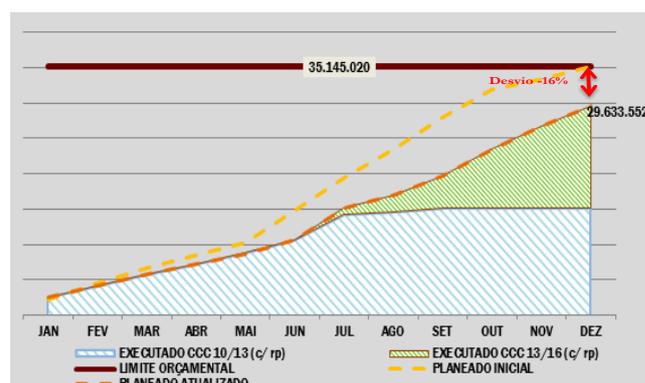
Em 2014 também a rede de Autoestradas do Grande Porto, abrangendo as vias que foram transferidas da concessão do Douro Litoral para a EP, no final de fevereiro de 2013, teve as necessidades de conservação corrente asseguradas através de um contrato abrangendo o biénio 2013-2015, num modelo totalmente em *outsourcing* para a Conservação e Operação de uma rede de autoestradas.

Ainda neste domínio, a empresa desenvolve empreitadas individualizadas, fundamentalmente associadas à estabilização de escorregamentos em encostas, taludes e plataforma rodoviária, reposição de muros de suporte e tratamentos superficiais de pavimentos.

## Evolução da execução financeira

Os 18 contratos distritais plurianuais de conservação corrente são sujeitos a uma gestão contratual rigorosa atentos os limites orçamentais, para que a execução global dos contratos não ultrapassem a verba inscrita no Plano de Investimentos, que em 2014 era de 35,1M€, e que deve permitir dar cobertura às despesas com Revisões de Preços.

A evolução da despesa em 2014, face ao previsto nos cronogramas financeiros e face ao limite orçamental, está patente no gráfico seguinte.



A análise do gráfico revela que ao longo de 2014 a execução orçamental da conservação corrente esteve aquém do planeado. No 1.º semestre este desvio deve-se essencialmente aos contratos CCC2010-2013 se encontrarem em fase de prorrogação assegurando sobretudo os trabalhos mais críticos neste período. No 2.º semestre procedeu-se ao início dos trabalhos à medida que se iam efetuando as consignações dos CCC2014-2016 em cada distrito.

86,7M€

## em Obras de Conservação Corrente em 15 Distritos até 2016

### Custos com Conservação Corrente

	2012		2013		2014	
	Investimento (M€)	Execução (%)	Investimento (M€)	Execução (%)	Investimento (M€)	Execução (%)
Conservação Corrente (*)	45,3	100	45,5	100	29,6	85 (**)
Conservação Corrente da Rede de AE Grande Lisboa	-	-	1,4	100	0,9	100
Conservação Corrente e Operação da Rede de AE do Grande Porto	-	-	1,3	100	2,0	89,9

(\*) 18 Contratos de Conservação Corrente para a Rede Nacional.

(\*\*) Execução explicitada no quadro anterior.

### 6.5.2. Gestão de Conservação de Vias

Em 2014 prosseguiu-se o objetivo de manter atualizado o inventário da rede sob gestão direta da EP, bem como o histórico das intervenções nos pavimentos, de que decorreu uma variação de +0,02% relativamente a 2013, integrando nesta variação as alterações devidas a correções na definição de limites de jurisdição.

#### Inspeções de Vias

Relativamente ao programa de Inspeções de Rotina às Vias, concluiu-se em 2014 o 3.º ciclo (2013-2014) das Inspeções de Rotina, correspondente a 50% de toda a rede sob gestão direta da empresa (extensão de secções, contando separadamente faixas esquerdas e direitas). Trata-se de um processo integrado que abrange as Obras de Arte, assim como os componentes da Rede de Estradas (pavimentos, drenagem, taludes, componentes ambientais, iluminação, etc.), atividade fundamental para a deteção de problemas de conservação que podem ser resolvidos com os meios operacionais da empresa, ou então despoletar a realização de inspeções principais.

No que concerne às Inspeções Principais aos Pavimentos, com recurso a meios mecânicos, o Perfilómetro a Laser, no ano de 2014 foram efetuadas em 93% de toda a rede sob gestão direta da empresa (extensão de secções, contando separadamente faixas esquerdas e direitas), tendo como objetivo a obtenção dos parâmetros de caracterização do pavimento com vista à determinação do seu Índice de Qualidade, através do qual é avaliada, periodicamente, a evolução da Qualidade da rede.

116,5M€

*Investimento em 34 Empreitadas Adjudicadas, relativas a Conservação de Estradas*

*177,5M€ Investimento em 52 Empreitadas Concluídas*

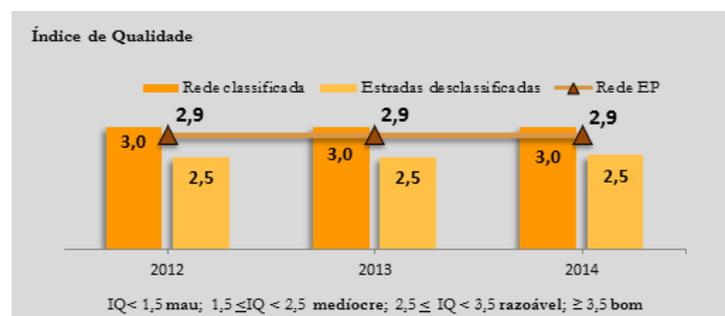
Vias	2012		2013		2014	
	km	Execução (%)	km	Execução (%)	km	Execução (%)
Inspeções de rotina	6.608	48	7.402	53	6.956	49
Inspeções de rotina (Rede AE)			80	100	157	100
Inspeções principais c/ perfilómetro	13.663	98	13.011	93	13.124	93

### Índice de Qualidade dos Pavimentos

As inspeções são realizadas com um Perfilómetro Laser que permite a recolha das características do pavimento, com base em parâmetros como a textura, a geometria, a irregularidade longitudinal e transversal, com os quais avalia com elevado rigor o estado de conservação dos pavimentos.

No gráfico seguinte apresenta-se a evolução do Índice de Qualidade médio dos pavimentos por tipo de rede, cuja avaliação abrange 98% da rede diretamente gerida pela EP.

### Índice de Qualidade dos Pavimentos



Constata-se uma tendência de estabilização na evolução da qualidade da rede global, em termos médios, como também nos níveis de rede classificada e estradas desclassificadas.

A rede global mantém-se no nível razoável (2,5 a 3,5), tal como a rede classificada e as estradas desclassificadas, ainda que estas se enquadrem no limite inferior do nível razoável.

# *SISTEMA DE GESTÃO DE OBRAS DE ARTE*

## *deteção antecipada das necessidades de intervenção no reforço e reabilitação das obras de arte*

### Conservação de Vias

Em 2014 foram adjudicadas 34 empreitadas relativas a conservação de estradas, num total de investimento de 116,5M€. Deste universo, fazem parte 18 empreitadas de conservação corrente por contrato 2013/2016, da rede nacional, num investimento total de 105,5M€ e uma empreitada da rede de alta prestação relativa à conservação corrente por contrato 2014-2015 da rede de Autoestradas da Grande Lisboa, de 2,9M€.

Ano	Concursos lançados			Obras Adjudicadas			Obras Concluídas		
	N.º eventos	Extensão (km)	Investimento (M€) (*)	N.º eventos	Extensão (km)	Investimento (M€) (*)	N.º eventos	Extensão (km)	Investimento (M€) (*)
2012	17	18,9	11,5	16	47,0	6,3	16	49,9	13,0
2013	39	329,6	22,9	43	345,1	21,9	26	134,1	10,0
2014	15	68,0	6,0	34	103,5 (**)	116,5	52	210,0 (**)	177,5

(\*) Valor total dos eventos independentemente da sua plurianualidade.

(\*\*) A extensão é apenas referente às obras individualizadas, não inclui CCC 2013/2016.

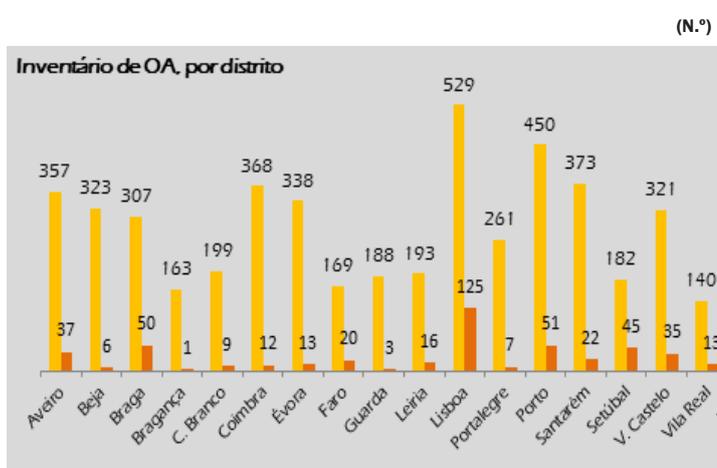
### 6.5.3. Gestão de Obras de Arte

#### Inventário de OA, por ano

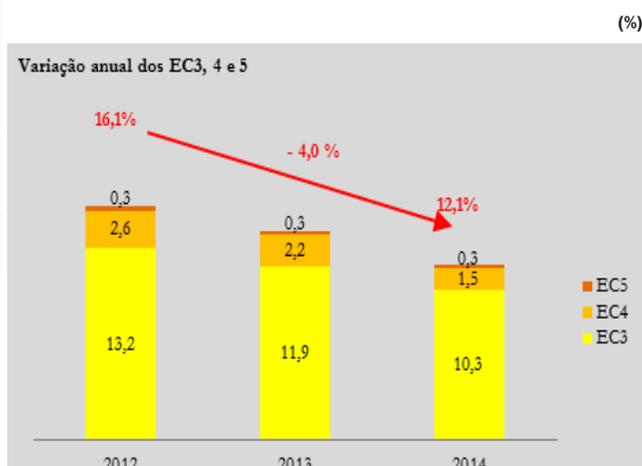
Ano	(N.º)	
	Gestão Direta	Interferem c/ vias da EP
2012	4.738	464
2013	5.103	441
2014	5.202	481

## 87,9% DAS OBRAS DE ARTE

apresentam um estado de conservação avaliado em  
*“bom ou muito bom”*



	Estado de Conservação						Média	Total
	EC 0	EC 1	EC 2	EC 3	EC 4	EC 5		
2012	62	1.317	2.259	570	114	12	1,9	4.334
2013	80	1.490	2.452	561	103	14	1,8	4.700
2014	100	1.718	2.573	517	75	15	1,8	4.998



O Estado de Conservação de um Componente (EC) traduz as condições em que este se encontra, nomeadamente, de desgaste, deterioração, funcionamento, execução, etc.. É definida uma escala que varia entre 0 e 5, conforme tabela:

EC	Significado
0	Estado de Conservação <u>Excelente</u> .
1	Estado de Conservação <u>Muito Bom</u> .
2	Estado de Conservação <u>Bom</u> .
3	Estado de Conservação <u>Razoável</u> .
4	Estado de Conservação <u>Deficiente</u> .
5	Estado de Conservação <u>Mau</u> .

87,9% das Obras de Arte sob responsabilidade da EP apresentam um estado de conservação avaliado em “bom ou muito bom”, em resultado das regulares intervenções preventivas e 2,1% precisam de intervenção em prazo inferior a 3 anos, estando os respetivos processos de reparação em curso.

2.316 INSPEÇÕES DE ROTINA

927 INSPEÇÕES PRINCIPAIS

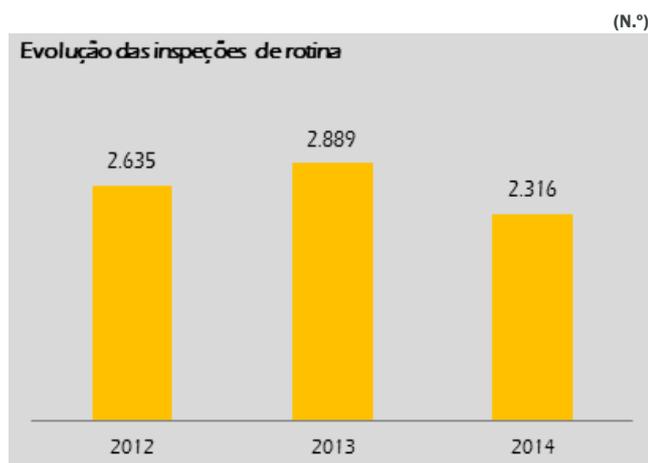
6 INSPEÇÕES SUBAQUÁTICAS

Tipos de inspeções	2012		2013		2014	
	N.º	Execução (%)	N.º	Execução (%)	N.º	Execução (%)
Inspeções de rotina	2.635	102	2.889	91	2.316	71
Inspeções de rotina (AE)					99	100
Inspeções principais	910	102	1.043	110	927	100
Inspeções subaquáticas	0	100	43	100	6	100

### Inspeções de Rotina

Têm uma periodicidade bienal e permitem avaliar o nível de manutenção e despolatar inspeções principais não programadas.

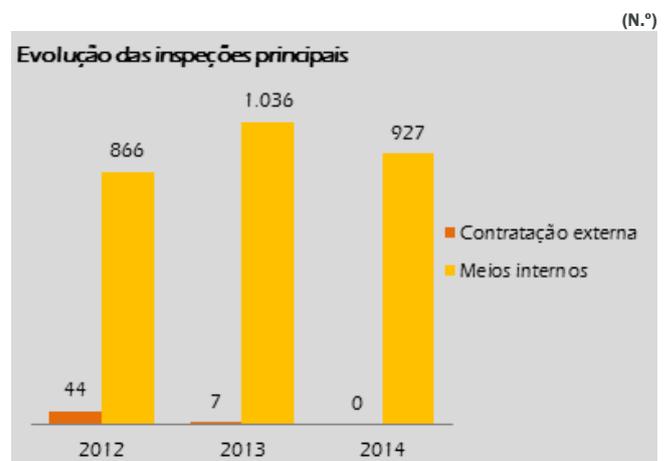
Em 2014 completou-se o 4º ciclo, verificando-se uma diferença significativa entre o previsto e o executado face à não reversão das obras subconcessionadas.



### Inspeções Principais

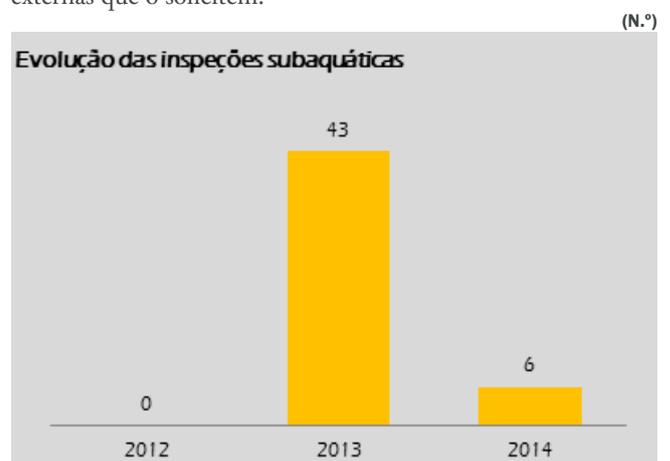
Periódicas e programadas, resultando da necessidade de verificação do estado de conservação das obras de arte.

Em 2014 as IP's foram realizadas integralmente por meios internos incluindo aquelas realizadas com meios especiais.



### Inspeções Subaquáticas

A inspeção subaquática aos pilares da Ponte Metálica de Portimão foi a primeira realizada exclusivamente por técnicos especializados da EP, que integram o Centro de Inspeções Subaquáticas da empresa criado em 2013. A EP tem agora técnicos inspetores qualificados o que possibilita à empresa a realização de todo o tipo de inspeções, capacidade de intervenção rápida e também a possibilidade de prestar este serviço a entidades externas que o solicitem.



# REABILITAÇÃO DE OBRAS DE ARTE

## Intervenção em 69 Obras, num Investimento Total de 8,5M€

### Conservação de Obras de Arte

### Reabilitação de Obras de Arte

Relativamente à reabilitação de obras de arte, em 2014, foram concluídas 34 empreitadas, com intervenção em 69 obras, num investimento total de 8,5M€.

Ano	Concursos lançados			Obras Adjudicadas			Obras Concluídas		
	N.º eventos	Extensão (km)	Investimento (M€) (*)	N.º eventos	Extensão (km)	Investimento (M€) (*)	N.º eventos	Extensão (km)	Investimento (M€) (*)
2012	22	42	1,1	28	65	7,2	35	85	24,3
2013	41	74	15,1	42	84	16,5	23	48	15,4
2014	17	18	2,4	15	22	2,1	34	69	8,5

(\*) Valor total dos eventos independentemente da sua plurianualidade.

### 6.5.4. Gestão de Obras de Contenção e Hidráulicas

No âmbito dos Contratos de Conservação Plurianual 2010-2013, foi realizado o inventário das obras de contenção que estão sob gestão direta da EP e que sendo de outros donos de obra, interferem com as vias da EP. No final de 2014 foram inventariadas 23.559 obras de contenção, das quais 12.650 estão sob gestão direta e 10.909 interferem com as vias da EP.

Está em desenvolvimento a metodologia do Sistema de Gestão de Conservação de Obras de Contenção e elaboração dos respetivos manuais de realização das Inspeções Principais e de Rotina, à semelhança do realizado com o Sistema de Gestão de Obras de Arte.

Quanto às obras hidráulicas, encontram-se a ser geridas no âmbito dos contratos de conservação corrente, com inventariação no SIG da EP como equipamentos de via. Futuramente pretende-se estender o SGOA a este tipo de estruturas com uma metodologia simplificada, dado que são estruturas de pequena dimensão e reduzida complexidade técnica.

### 6.5.5. Gestão da Arborização Rodoviária

A arborização rodoviária constitui benefício para o meio envolvente e para os clientes da estrada mas acarreta, simultaneamente, problemas com a circulação em segurança, conflitos com

espaço urbano bem como conflitos ecológicos (doenças, pragas, espécies exóticas...) que têm que ser acautelados.

Constituindo a arborização rodoviária património da empresa a conservar e valorizar, em respeito pelos clientes e pelos valores em presença, a sua gestão passa pela inspeção e vistoria para identificação das ações a implementar. Estas podem ser podas, abates e plantações novas.

Possuindo a EP técnicos especialistas com habilitações necessárias para garantir a realização destes trabalhos de inspeção e vistoria, as intervenções são efetuadas de acordo com o conhecimento que se detém do estado da arborização, da importância da rede, do tráfego, das solicitações externas e das consequências do risco.

Tipo de trabalhos	UNID.	2012	2013	2014
Inspeções	N.º	(*)	120	253
Vistorias	km	(*)	719	1.084

(\*) Não se contabilizava o indicador desta forma.

## 6.6. Operação e Manutenção da Rede de Alta Prestação

A Rede de Alta Prestação da EP está dividida em 6 regiões: Região Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Sul, Grande Lisboa e Grande Porto.

Região Centro	Região Norte	Região de Lisboa e Vale do Tejo	Região Sul
A24/IP3 - Viseu (Norte) - Fail (IP5)	A3/IP1 - Valença (Sul) - fronteira (inclui Ponte de Valença)	A23/IP6 - Torres Novas (A1) - Abrantes	A22/IP1 - Ponte do Guadiana e Acessos
IP3 - Figueira da Foz – Início da A14 - A1 - Trouxemil - Variante a Fail	Variante à EN14 - Circular de Braga	IC10 - Santarém (A1) - Almeirim (IC13) (inclui a Ponte Salgueiro Maia)	
EN109 - Ponte da Figueira da Foz e acessos	Variante à EN14 - Variante de Fimalicão	IP6 - Peniche - A8	
A35/IC12 - Santa Comba Dão - Canas de Senhorim (inclui Variante a Carregal do Sal)	Variante à EN101 - Braga - Prado		
A31/IC2 - Coimbra Sul - Coimbra Norte - Variante Sul de Coimbra	A4 - Nó Gonalves - ligação ao IP4		
IC2 - Variante Sul de Coimbra - Boavista (acesso Sul à Ponte Rainha Santa Isabel)			
IC3 - Nó da Boavista - Ponte da Portela (Ponte Rainha Santa Isabel e acessos)			
EN341 - Taveiro - Coimbra Sul			

Região Grande Porto	Região Grande Lisboa
A1/IC2 - Nó de Sto. Ovídio - Coimbrões	IC16/A16 - Rotunda de Benfica - Belas
A1/IC1 - Coimbrões - Ponte da Arrábida (Norte)	IC2/A30 - Lisboa - Santa Iria da Azóia
A28/IC1 - Ponte da Arrábida (Norte) - Sendim (A4)	IC17 (CRIL) - Algés - Sacavém
A20/IP1 - Carvalhos - Nó da VCI	IC19/A37 - Buraca - Sintra
A20/IC23 - Nó da VCI - Nó de Francos	IC22/A40 - Olival de Basto (IC17) - Montemor (IC18)
A44/IC23 - Coimbrões - Ponte do Freixo	IP7 - Eixo Rodoviário Norte/Sul
A43/IC29 - Ponte do Freixo - Gondomar	A21 - Venda do Pinheiro (A8) - Ericeira
N14 - Ameal - Nó do Chantre	IC15/A5 - Viaduto Duarte Pacheco
	N117 - A5 - IC19

A operação e manutenção das Regiões Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo e Sul são asseguradas pelas estruturas regionais da EP num modelo de gestão de recursos partilhada.

Na A4, lanço Nó de Gonalves - Ligação ao IP4, a operação é assegurada por prestação de serviços de Assistência Rodoviária, em contrato autónomo com a Brisa O&M, tendo-se procedido à integração plena do Sistema de Controlo e Gestão do Tráfego

e do Atendimento ao Cliente, no Centro de Tráfego da EP.

Decorrente das obrigações contratuais, a EP assegura a gestão e operação desta Rede de Autoestradas, a qual consiste num conjunto de ações que visam a proximidade com o cliente, garantindo a vigilância das condições de circulação, no que respeita à sua fiscalização e à prevenção de acidentes e a assistência ao cliente no que concerne ao auxílio sanitário e mecânico, quer por acionamento de meios externos de socorro e assistência.

Esta rede de Autoestradas privilegia a acessibilidade e a mobilidade entre os grandes centros urbanos dos quais se destacam as Áreas Metropolitanas da Grande Lisboa e do Grande Porto.

O grau de exigência nestas vias é o maior a nível nacional - em alguns troços o TMDA excede 100.000 veículos, estando para o efeito implementado um modelo de administração direta (Grande Lisboa) e por empreitada (Grande Porto), o qual assegura a operação das vias com perfil de autoestrada em regime de 24h/dia, 365 dias/ano.



A Operação e Manutenção na **Rede de Autoestradas da Grande Lisboa (RAEGL)**, incorpora as vias com perfil de autoestrada localizadas na área da Grande Lisboa, que totalizam 92 km de extensão em dupla faixa de rodagem, aos quais acrescem cerca de 70 km de ramos e acessos.

As principais intervenções desenvolvidas em 2014 foram as seguintes:

- Reforço de sinalização de segurança no IP7- Eixo Norte/Sul;
- Realização de exercícios periódicos (simulacros) em CPX para os túneis de Benfica e do Grilo;
- Reparação da iluminação do Viaduto Duarte Pacheco;
- Substituição da sinalização vertical e orientação na A23 com material refletor de alta performance;
- Prestação de serviços a terceiros ao nível da sinalização temporária de intervenções na rede;
- Colaboração com as Autoridades Policiais na realização de várias ações de fiscalização na rede;
- Colaboração com o IST em trabalho de investigação no túnel do Grilo sobre a caracterização global da durabilidade e das propriedades de isolamento térmico de betões produzidos com diferentes tipos de misturas ligantes e diferentes tipos de agregados leves e de massa volúmica normal.

A **Rede de Autoestradas do Grande Porto (RAEGP)** abrange estradas com perfil de autoestrada nos acessos à cidade do Porto, com uma extensão aproximada de 48 km, os quais acrescem 46 km de ramos de acesso, e inclui ainda 163 Obras de Arte, das quais se destacam as duas pontes sobre o rio Douro - Ponte da Arrábida e a Ponte do Freixo.



As intervenções efetuadas ao nível de Zonas de Acumulação

de Acidentes assentaram em Medidas de Baixo Custo direccionadas para tratamentos localizados de melhoria das condições de aderência do pavimento (granalhagem), reforço de equipamentos de sinalização dinâmica/luminosa, redefinição de vias de ultrapassagem em ramos de nós de ligação e melhoria de sistemas de retenção/ separadores rígidos em betão. As intervenções efetuadas ao nível de Zonas de Acumulação de Acidentes assentaram em Medidas de Baixo Custo direccionadas para tratamentos localizados de melhoria das condições de aderência do pavimento (granalhagem), reforço de equipamentos de sinalização dinâmica/luminosa, redefinição de vias de ultrapassagem em ramos de nós de ligação e melhoria de sistemas de retenção/separadores rígidos em betão.

Na RA EGL e RA EGP, ao longo de 2014 foram registadas 24.491 ocorrências, cuja natureza se descreve no quadro seguinte:

Ocorrências	N.º RA EGL	(%)	N.º RA EGP	(%)
Apoio ao Utilizador	7.548	44	3.814	52
Acidentes	2.212	13	1.311	18
Avaria de Veículo	4.437	26	2.352	32
Outros	899	5	151	2
Inspeção do estado da via	9.200	54	3.271	45
Policiamento	427	2	231	3
<b>Total</b>	<b>17.175</b>	<b>100</b>	<b>7.316</b>	<b>100</b>

Na RA EGL verificaram-se 17.175 ocorrências, correspondendo a uma média anual de 187 incidências/km e na RA EGP 7.316 ocorrências, correspondendo a uma média anual de 152 incidências/km.

## 6.7. Subconcessões

Nas subconcessões da EP, o maior progresso verificou-se nos contratos do Baixo Alentejo e do Algarve Litoral, em que foram alcançados acordos preliminares com as subcessionárias.

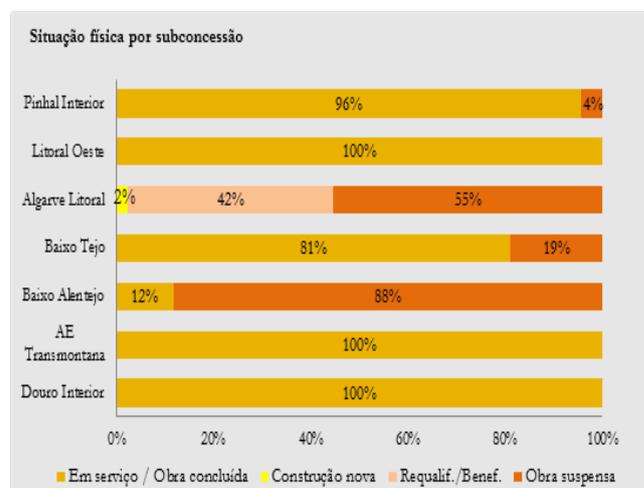
Nos restantes contratos, AE Transmontana, Baixo Tejo, Litoral Oeste e Pinhal Interior, os memorandos de entendimento foram assinados e as negociações prosseguem para finalizar os acordos entre as partes.

## Aberturas ao tráfego

AE	Lanço/sublanço	Extensão (km)	Abertura ao tráfego	Portagem
A13/IC3	Condeixa - Coimbra	8,3	24-abr-14	Sim

Estão em fase de exploração as subconcessões do Douro Interior, AE Transmontana, Baixo Tejo, Litoral Oeste e Pinhal Interior.

O gráfico seguinte representa a situação física por subconcessão, face ao contrato inicial, em que se considera como “Em serviço/Obra concluída” os troços abertos ao tráfego ou com a intervenção inicial totalmente concluída.



## Inspeções

No cumprimento, quer dos contratos de subconcessão, quer do próprio contrato de concessão da EP, foram reforçadas as inspeções de acompanhamento das obras de construção, requalificação e beneficiação e as inspeções periódicas dos lanços em serviço para aferição do cumprimento das obrigações contratuais, designadamente do nível de serviço contratado.

A monitorização de todas as componentes da Via, desde drenagem, pavimentos, segurança, telemática, etc., associada à dispersão geográfica dos empreendimentos subcessionados, obriga a grandes e demoradas deslocações pelo país, representando um significativo consumo de recursos humanos tecnicamente especializados.

292,6M€ (com IVA)

## 2014, início de pagamento de subconcessões

No decorrer de 2014 foram efetuadas as seguintes visitas à rede subconcessionada, as quais incluem inspeções a vários lanços:

Subconcessão	Inspeções/Vistorias (N.º de dias)	Avistamentos (N.º de dias)	Inspeções OA (N.º de AO)
	GC	UMIAS	
Douro Interior	15		
AE Transmontana	12		
Baixo Alentejo	32	62	5
Baixo Tejo	57	1	2
Algarve Litoral	9	1	
Litoral Oeste	10	8	
Pinhal Interior	46	29	
<b>Total</b>	<b>181</b>	<b>101</b>	<b>7</b>

### Remuneração

Em 2014 deu-se início ao pagamento da remuneração de 4 contratos de subconcessão, a saber, a subconcessão do Douro Interior, a subconcessão AE Transmontana, a subconcessão do Baixo Tejo e a subconcessão do Litoral Oeste

Subconcessão	Data início remuneração (de acordo c/ CS)	Valor Disponibilidade + Serviço (m€, sem IVA)
Douro Interior	01-jan-14	89.689
AE Transmontana	01-jan-14	47.528
Baixo Tejo	25-jan-14	42.880
Litoral Oeste	27-fev-14	69.601

Os contratos estabelecidos com as subconcessionárias determinam que as mesmas sejam remuneradas anualmente pela disponibilidade das vias e pelo respetivo serviço prestado e estabelece ainda que sejam aplicadas deduções/penalizações por incumprimentos das mesmas.

A subconcessão do Douro Interior, por não se encontrar em renegociação, foi remunerada de acordo com o previsto, sendo as faturas apresentadas pagas na totalidade, exceto as que dizem respeito à remuneração contingente. De facto atentas as reservas apontadas pelo TC – seção de fiscalização sucessiva – entendeu o CA não estarem reunidas as condições para autorizar os pagamentos de disponibilidade contingentes.

As restantes subconcessionárias estão a renegociar os seus contratos com a Comissão de Negociações criada para esse efeito, após terem assinado acordos preliminares com a EP que reduzem o âmbito das respetivas subconcessões. Embora não estejam ainda acordados novos modelos financeiros, à redução de âmbito irá certamente corresponder uma redução dos encargos. Nesse sentido, e em linha com o esforço de consolidação orçamental exigido ao Estado e às entidades que integram o seu périmetro financeiro, a EP entendeu ser importante materializar parte da poupança das renegociações já no exercício de 2014, tendo notificado as subconcessionárias dessa decisão.

Uma vez que as negociações estavam (e ainda estão) a decorrer, entendeu-se não ser adequado utilizar um qualquer modelo financeiro preliminar, mas antes uma proporção do Caso Base, tendo-se procedido ao pagamento de 80% da disponibilidade prevista. No caso da subconcessão do Baixo Tejo o pagamento foi de 60% uma vez que a própria subconcessionária faturou apenas uma parte do valor previsto no referido Caso Base, pois entendeu retirar desse cálculo a ER 377, que objetivamente não construiu.

### 6.8. Renegociações das Parcerias Público-Privadas

No âmbito do apoio da EP à Unidade do Projeto nomeada pela UTAP, prosseguiram as atividades de apoio técnico às Comissões de Negociação (CN) nomeadas. Apesar dos esforços dessas CN, apenas foram concluídos em 2014 os acordos com as concessionárias Ascendi, Norscut e Scutvias, decorrendo ainda alguns processos de autorizações bancárias da Ascendi e da Scutvias.

Ainda assim, e em função de uma expectativa de sucesso das negociações, diversas concessionárias aceitaram uma redução na sua remuneração contratual, consubstanciando portanto poupanças no exercício de 2014. Também no caso dos contratos de subconcessão foi adotada uma medida idêntica que, no entanto, não mereceu ainda integral acolhimento por parte dos parceiros privados.

Prevê-se que durante o 1.º semestre de 2015 se conclua todas as negociações em curso, estando já concluídos pela Comissão de Negociação, seis dos nove contratos de concessão sob revisão e concluídos os Caso Base de três dos seis contratos de subcon-

cessão.

Recorde-se que a redução dos encargos com as PPP, em particular as do setor rodoviário, foi um elemento repetidamente sinalizado como crítico do programa de ajustamento acordado com a Troika.

### Redução de Pagamentos no Âmbito das PPP

Disponibilidade Infraestrutura	2013			2014			(m€, a preços correntes, com IVA) Acumulado 2013-2014		
	Caso Base	Encargos Reais	Poupança	Caso Base	Encargos Reais	Poupança	Caso Base	Encargos Reais	Poupança
1. Concessões do Estado - Portagem Real	173.073	115.217	57.856	166.662	159.297	7.365	339.735	274.513	65.222
2. Concessões do Estado - Portagem ex-Scut	726.052	654.544	71.508	715.317	635.615	79.703	1.441.369	1.290.159	151.210
3. Subconcessões EP + Túnel do Marão	22.594	-1.367	23.962	540.339	294.837	245.502	562.934	293.470	269.464
<b>4. Total (1+2+3)</b>	<b>921.719</b>	<b>768.394</b>	<b>153.325</b>	<b>1.422.319</b>	<b>1.089.748</b>	<b>332.570</b>	<b>2.344.038</b>	<b>1.858.142</b>	<b>485.896</b>
Outros Encargos									
1. Custos de cobrança de portagens ex-SCUTS	88.035	52.086	35.949	85.667	43.380	42.287	173.702	95.466	78.235
2. Comparticipações e compensações	4.654	-13.861	18.515	3.615	212	3.403	8.269	-13.649	21.918
<b>Total</b>	<b>92.688</b>	<b>38.225</b>	<b>54.463</b>	<b>89.282</b>	<b>43.592</b>	<b>45.690</b>	<b>181.970</b>	<b>81.817</b>	<b>100.153</b>
<b>Total Geral</b>	<b>1.014.407</b>	<b>806.619</b>	<b>207.788</b>	<b>1.511.601</b>	<b>1.133.341</b>	<b>378.260</b>	<b>2.526.009</b>	<b>1.939.960</b>	<b>586.049</b>

### 6.9. Ponte 25 de Abril

Na Ponte 25 de Abril é desenvolvido regularmente um conjunto de ações ao nível da inspeção, estudos e trabalhos de manutenção, conservação e beneficiação da Ponte, e na vertente da segurança da exploração, numa lógica de gestão integrada.

Em 2014, e no âmbito deste modelo de gestão e em observância aos objetivos traçados no Programa Anual de Segurança, destaca-se:

- Manual da Qualidade: Desenvolvimento do modelo de repartição de encargos da estrutura;
- Inspeção e Manutenção da Infraestrutura: Gestão dos serviços integrados de inspeção, operação e manutenção das plataformas móveis e manutenção de elevadores;
- Monitorização e Observação da Infraestrutura: Gestão dos serviços de monitorização estrutural, com observação do comportamento global da ponte, desenvolvimento do plano de instrumentação e aquisição de equipamentos. Foi assegurada a contratação dos serviços de monitorização estrutural para o triénio 2014-2016;
- Projetos de Reparação e Conservação: Desenvolvimento dos projetos de reparação de anomalias detetadas na viga de rigidez

da ponte suspensa e de reparação dos aparelhos de apoio do encontro norte do viaduto de acesso e do betão das juntas do tabuleiro, tendo sido concluído o acompanhamento e projeto de reparação e reforço da viga de rigidez, a cargo do consultor norte-americano PARSONS, num investimento de 250m€;

- Empreitadas de Reparação e Conservação: Realização de visitas para receção provisória dos trabalhos e libertação de caucões da empreitada de reparação e conservação, que decorreu entre 2010 e 2013;
- Gestão Integrada da Segurança de Exploração: Execução de exercício de posto de comando “*Command Post Exercises - CPX*” para teste ao Plano de Emergência Integrado. O cenário incluiu as vertentes *safety* e *security* e os dois modos de exploração, rodoviário e ferroviário, que coexistem na Ponte, e envolveu um total de 10 entidades.



531,4M€

## CRESCIMENTO DA RECEITA DA CSR

*Aumento de 4% em relação a 2013*

### 7. DESEMPENHO ECONÓMICO

#### 7.1. Rendimentos

	2012	2013	2014	Δ% 2014/2013
<b>Contratos de Construção</b>	<b>939,5</b>	<b>343,6</b>	<b>141,9</b>	<b>-59</b>
Rede Subconcessionada - Construção	709,9	195,6	24,0	-88
Construção de Novas Infraestruturas	19,4	3,6	24,8	583
Encargos Financeiros Capitalizados	210,2	144,3	93,0	-36
<b>Contribuição do Serviço Rodoviário</b>	<b>511,7</b>	<b>508,6</b>	<b>531,4</b>	<b>4</b>
<b>Portagens</b>	<b>211,9</b>	<b>240,2</b>	<b>261,7</b>	<b>9</b>
<b>Outros Rendimentos Exploração</b>	<b>30,3</b>	<b>27,9</b>	<b>25,6</b>	<b>-8</b>
<b>Negócios Assentes na Infraestrutura</b>				
Áreas de Serviço	1,8	1,9	1,9	0
Licenciamento	6,3	4,8	2,1	-56
Canal Técnico Rodoviário	1,2	1,4	1,9	36
<b>Imobiliário</b>	<b>4,2</b>	<b>0,7</b>	<b>1,4</b>	<b>84</b>
<b>Outros</b>	<b>16,8</b>	<b>19,0</b>	<b>18,7</b>	<b>-2</b>

#### 7.1.1. Contribuição do Serviço Rodoviário

A contribuição do serviço rodoviário teve em 2014 um comportamento positivo, com um acréscimo de 23M€ face a 2013, o que representa um aumento de 4%.

Esta evolução positiva resulta de três fatores:

- Aumento do consumo de combustível associado ao incremento de tráfego, não obstante a manutenção da eficiência energética não ser apropriável pela EP;
- A introdução do GPL na Contribuição do Serviço Rodoviário;
- O aumento verificado em 2014 nos valores nominais da CSR.

#### 7.1.2. Portagens

Os proveitos de portagem registaram um aumento de 9% face ao ano anterior. Concorre para este crescimento não só uma tendência consistente de recuperação de tráfego evidenciada ao longo de 2014, como uma maior eficiência do sistema de

portagens, quer no que respeita a cobrança a veículos de matrícula estrangeira, face à dinamização da solução de pagamento *Easytoll* (produto que registou em 2014 um crescimento, em adesões e receita cobrada, da ordem dos 30%) e à interoperabilidade dos dispositivos eletrónicos com o sistema espanhol, quer em termos de cobrança na fase coerciva, com a operacionalização do processo na Autoridade Tributária.

As concessões ex-SCUT foram responsáveis pela maior parcela de proveitos de portagens atingindo 185,3M€, com um crescimento de 11% face ao período homólogo de 2013. O aumento de receita mais significativo ocorreu nas ex-SCUT Beira Interior e Algarve, com crescimentos superiores a 15%.

Representando cerca de 70% do valor global de 2014, a receita de portagens das concessões ex-SCUT desempenha um papel primordial para a sustentabilidade financeira da EP.

A cobrança de portagens nas autoestradas subconcessionadas gerou uma receita de 14,4M€, com crescimento de 30% face ao período homólogo. Esta receita representa cerca de 6% do total de proveitos.

## PORTAGENS - subida de 240,2M€ para 261,7M€:

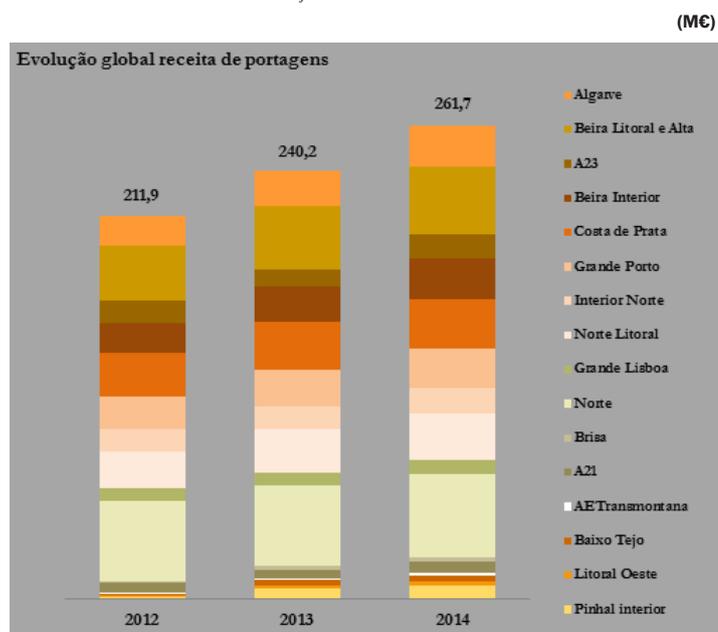
185,3M€ das ex-SCUT

62M€ das concessões com portagem real

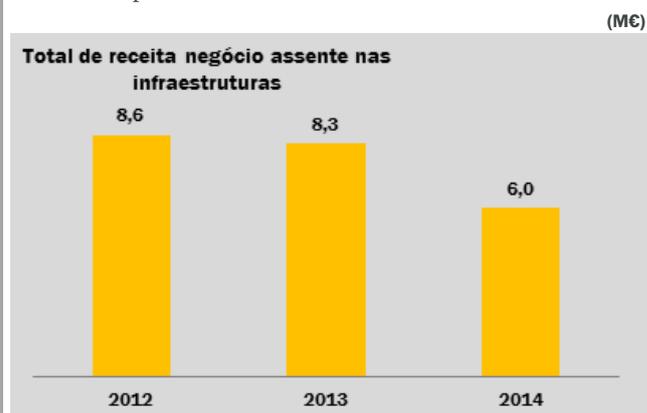
14,4M€ das subconcessões

Refira-se que, ao abrigo do disposto no respetivo contrato de concessão, foi entregue pela BRISA à EP o montante de cerca de 2,1M€, correspondente a 85% do excedente da atualização tarifária referente ao ano de 2014, pelo valor superior a 90% do Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor.

A estruturação de novos serviços assenta no desenvolvimento de Centros de Competência da EP, como por exemplo o de Obras de Arte e o de Gestão de Vias, que servirão de alicerce à futura oferta de um portefólio de produtos e serviços da empresa, potenciando a captura de valor.



Em 2014 a receita assente na infraestrutura foi da ordem dos 6M€, representando um decréscimo de 28% face ao período homólogo (dos 8,3M€ obtidos em 2013, cerca de 2,8M€ eram referentes a publicidade).



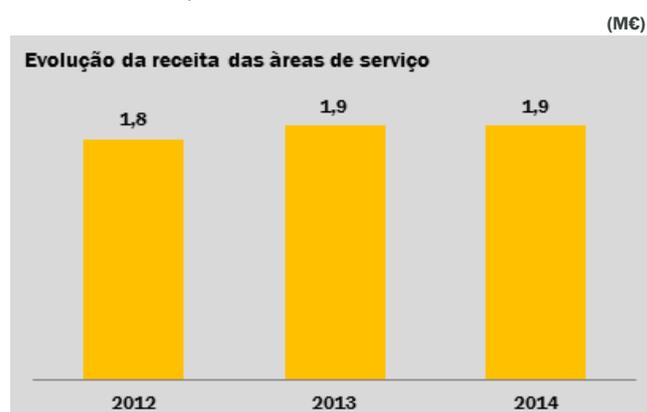
### 7.1.3. Negócios Assentes na Infraestrutura

Em 2014, o foco da atividade, no âmbito da gestão do negócio assente na infraestrutura, centrou-se nos contratos de subconcessão de Áreas de Serviço, na atividade de licenciamento e na gestão do Canal Técnico Rodoviário na rede sob jurisdição da EP, que permitiram potenciar a receita e diminuir o impacto da entrada em vigor do “licenciamento zero”, diploma legal que restringiu a atuação da empresa em matéria de publicidade.

Durante o ano de 2014 começou-se a preparar uma nova estrutura da receita assente na infraestrutura, na qual o novo modelo de utilização e acesso a infraestruturas de canal técnico rodoviário, bem como a prestação de serviços a terceiros, capazes de potenciar o conhecimento de 87 anos de história de engenharia da empresa, terão um papel relevante.

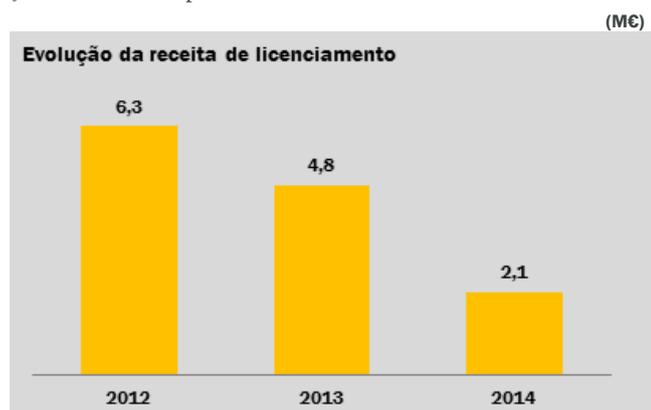
### Áreas de Serviço

Durante 2014 não houve alteração do número de contratos de subconcessão de áreas de serviço sob gestão da EP e a receita manteve-se nos 1,9M€.



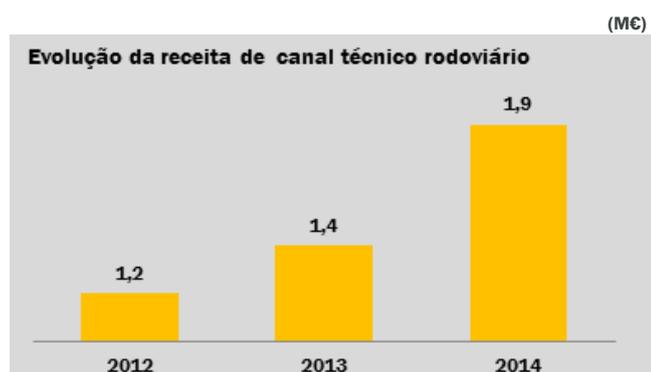
## Licenciamento

O ano de 2014 encerrou com uma receita de 2,1M€, valor que engloba a cobrança de taxas e outras receitas associadas, nomeadamente coimas e certidões. Registou-se um decréscimo de 56% face ao período homólogo, que se fica a dever à diminuição da receita de publicidade.



## Canal Técnico Rodoviário

A gestão do canal técnico rodoviário é uma das áreas em que se pretende atingir, a curto prazo, um aumento de receita, por via de uma maior disciplina da atividade de telecomunicações na rede da EP. A receita obtida em 2014, no valor de 1,9M€, representa um aumento de 36% face ao período homólogo.



Em 2014 iniciou-se novo levantamento e registo cadastral do Canal Técnico Rodoviário e Redes de Comunicações Eletrónicas existentes na rede da EP, através de uma prestação de serviços contratada. No seguimento desta atividade, será feito um procedimento de regularização das utilizações do CTR por parte das Operadoras de Telecomunicações, com um previsível aumento da receita associada a este produto.

## Novos produtos e serviços

Ao nível de novos produtos e serviços, os esforços em 2014 centraram-se na dinamização junto do mercado da marca EP, como empresa prestadora de serviços de excelência ao nível operacional, de consultoria e de disponibilização de conteúdos, no sentido de potenciar a receita associada a esses serviços.

Nesta área foi dada uma especial atenção às oportunidades de novos negócios que possam proporcionar a rentabilização dos ativos da EP, bem como dos seus vários Centros de Competência: Sistema de Informação Geográfica (SIG), Modelação de Tráfego, Obras de Arte, Gestão de Vias, Parcerias Público-Privadas, Centro de Tráfego, Topografia e Segurança Rodoviária. Esta nova atividade representou 120m€, prevendo-se o seu aumento nos próximos anos.

### 7.1.4. Gestão de Imobiliário

No âmbito da gestão de ativos da EP e no plano de reconstituição patrimonial, tem vindo a ser identificado um vasto conjunto de imóveis (terrenos), considerados desnecessários à atividade da empresa, pelo que, foram levadas a cabo diversas atividades focadas, essencialmente, na identificação e registo dos bens, assim como, nas atividades conducentes à alienação desses imóveis.

No que diz respeito ao esforço de potenciar imóveis para a rentabilização, em 2014 foram regularizados matricial e predialmente 553 ativos imobiliários provenientes de expropriações. Foram transitados para a área de rentabilização 114 imóveis, alguns destes, dada a respetiva natureza e aptidão, encontram-se publicitados na Bolsa Nacional de Terras.

# CAPITAL HUMANO

*Diminuição: 4% com os Custos com Pessoal 33,3M€*

*1.083 Colaboradores para 1.022*

Quadro dos principais ativos imobiliários em mercado e a sua distribuição por Distrito.

Distrito	Valor do Imóvel (M€)	Predominante
Aveiro	2,0	Retalho/indústria
Braga	0,9	Serviços
Beja	0,4	Habitação
Bragança	1,1	Serviços
Coimbra	1,9	Serviços
Évora	2,0	Turismo
Faro	2,4	Serviços
Guarda	0,4	Turismo
Leiria	2,1	Serviços
Lisboa	3,2	Turismo
Portalegre	1,0	Serviços
Viana do Castelo	0,9	Retalho/indústria
Porto (Matosinhos)	0,3	Serviços
Vila Real	0,4	Serviços
Viseu	0,8	Turismo/habitação

Foram realizados 26 leilões de alguns ativos imobiliários constantes deste quadro, cujo somatório dos valores base perfaz 6,9M€, com redução média de 30% sobre os valores de avaliação existentes, numa tentativa de ajuste às expectativas atuais do mercado.

Continuam a verificar-se dificuldades no mercado imobiliário, traduzidos na pouca procura por parte dos investidores, no entanto, no último trimestre de 2014 esta tendência inverteu-se.

O total da receita cash foi de cerca de 1,5M€ o que representou um aumento de 100% relativo a 2013, com a comparticipação para além dos leilões, de negócios realizados através de adjudicação direta, regularização de ocupações indevidas de património EP e reversão de bens aos expropriados.

Os arrendamentos tiveram também uma duplicação de receita num total de 0,1M€, resultado de um maior investimento na divulgação deste tipo de produto, como forma alternativa de potenciar a rentabilização do património imobiliário.

## 7.2. Gastos Operacionais

### 7.2.1. Custos com Pessoal

Quadro Pessoal	UNID.	2012	2013	2014
RH sem órgãos sociais e dirigentes	N.º	1.062	978	915
Cargos dirigentes sem órgãos sociais	N.º	108	105	107
Órgãos sociais	N.º	7	7	6
<b>Totais de pessoal</b>	<b>N.º</b>	<b>1.177</b>	<b>1.090</b>	<b>1.028</b>
Gastos com RH sem órgãos sociais e dirigentes	M€	26,2	27,1	26
Gastos com dirigentes sem órgãos sociais	M€	6,6	7,2	7
Gastos com órgãos sociais	M€	0,7	0,4	0,3
Rescisões/Indemnizações	M€	2,7	2,7	1,2
<b>Gastos totais com pessoal (*)</b>	<b>M€</b>	<b>33,5</b>	<b>34,7</b>	<b>33,3</b>

(\*) Total dos gastos não inclui as rescisões/indemnizações.

### 7.2.2. Outros Fornecimentos e Serviços de Terceiros

#### Frota Automóvel

Evolução da Despesa (M€)					
	2012	2013	2014	Δ% 2014/2012	Δ% 2014/2013
Manutenção	0,2	0,3	0,5	120	47
Combustível	1,2	1,2	1,1	-6	-3
Rendas AOV	1,8	1,8	1,4	-22	-21
<b>Total</b>	<b>3,2</b>	<b>3,3</b>	<b>3,0</b>	<b>-7</b>	<b>-8</b>

#### Fornecimento de Energia Elétrica

Evolução da Despesa (M€)					
	2012	2013	2014	Δ% 2014/2012	Δ% 2014/2013
Instalações	0,5	0,5	0,4	-17	-16
Iluminação Rodoviária	0,9	1,2	1,1	24	-4
Outros (vias)	0,2	0,2	0,1	-25	-21
<b>Total</b>	<b>1,5</b>	<b>1,8</b>	<b>1,6</b>	<b>6</b>	<b>-9</b>

### Comunicações

Evolução da Despesa

(€)

	2012	2013	2014	Δ% 2014/2012	Δ% 2014/2013
Telefone e Fax	70.076	74.216	49.100	-30	-34
Telemóveis	88.305	78.826	82.110	-7	4
<b>Total</b>	<b>158.381</b>	<b>153.042</b>	<b>131.210</b>	<b>-17</b>	<b>-14</b>

### 7.2.3. Contratação

Durante o ano de 2014, os procedimentos internos de atuação e de controlo, com articulação de diversas áreas para além da área de contratação, designadamente a financeira e a de sistemas de informação da empresa, continuaram a ser consolidados, tendo sido objeto de internalização um conjunto de novas exigências procedimentais que decorrem da reclassificação da empresa para efeitos orçamentais e do regime da assunção de compromissos. Foi criado o Comité de Contratação, cuja missão consiste em analisar e estabelecer prioridades dos processos de contratação relevantes para a EP, tendo em conta os fundos disponíveis, as receitas próprias e os compromissos existentes, e a otimização da aplicação das políticas de contratação definidas pela empresa. Acentuou-se também o esforço no sentido do cumprimento dos prazos relativamente aos contratos enviados para o Tribunal de Contas através do estabelecimento de regras disciplinadoras a observar por todas as estruturas intervenientes.

A política de contratação da empresa tem por base os seguintes princípios:

- i) O recurso ao concurso público (nacional ou internacional) como procedimento de contratação preferencial, limitando-se os ajustes diretos para procedimentos de contratação específicos, quer em termos do objeto a contratar, quer em termos do enquadramento em que os mesmos se verificam;
  - ii) O recurso, por regra, à contratação eletrónica;
  - iii) A existência de normas e procedimentos comuns, aplicáveis a qualquer processo de contratação.
- Pretende-se, desta forma, garantir o rigor e transparência dos procedimentos de contratação, assim como garantir as melho-

res condições de aquisição.

Apresentam-se de seguida os principais números relativos à contratação pública da EP no ano de 2014, fazendo-se uma comparação com os dois anos anteriores:

Tipo de Procedimento	Concursos lançados		Concursos Lançados		Concursos Lançados	
	2012		2013		2014	
	(N.º)	(M€)	(N.º)	(M€)	(N.º)	(M€)
Concursos Públicos	90	51,8	156	211,9	82	235,3
Ajuste Direto (convite a 1 empresa)	88	6,2	111	6,5	90	5,1
Ajuste Direto (convite a várias empresas)	19	1,3	27	1,6	24	1,1
Concursos Limitados	1	0,2	3	0,7	6	3,4
Acordos Quadro					4	4,7
<b>Total</b>	<b>198</b>	<b>59,5</b>	<b>297</b>	<b>220,7</b>	<b>206</b>	<b>249,6</b>

(\*) Valor total dos eventos independentemente da sua plurianualidade.

### Tipo de aquisição em 2014

	(N.º)	(M€)
<b>Concursos Públicos</b>		
Empreitada	45	227,5
Aquisição de Bens e Serviços	25	6,6
Projetos	12	1,2
<b>Ajuste Direto (convite a 1 empresa)</b>		
Empreitada	14	1,4
Aquisição de Bens e Serviços	63	3,1
Projetos	13	0,5
<b>Ajuste Direto (convite a várias empresas)</b>		
Empreitada	8	0,5
Aquisição de Bens e Serviços	13	0,5
Projetos	3	0,1
<b>Concursos Limitados</b>	<b>6</b>	<b>3,4</b>
<b>Acordos Quadro</b>	<b>4</b>	<b>4,7</b>
<b>Total</b>	<b>206</b>	<b>249,5</b>

Da análise dos quadros anteriores salientam-se os seguintes aspetos:

- i) A redução do número de procedimentos de contratação lançados em 2014 comparativamente ao ano anterior (menos 31% do que em 2013);
- ii) O valor associado aos procedimentos de contratação lançados em 2014, através de concurso público ou concurso limitado por prévia qualificação, representa 95% do valor da totalidade dos procedimentos promovidos pela empresa.
- iii) Nos procedimentos de contratação de empreitadas, que representam, em valor, 92% do valor total de procedimentos de contratação, a percentagem de concursos públicos é de 91%.

Ainda relativamente aos 206 procedimentos de contratação lançados em 2014 verifica-se que 176 foram desenvolvidos através da plataforma eletrónica de contratação, o que representa 85 % do total.

#### **7.2.4. Publicidade Institucional**

Em 2014, no que se refere a gastos com publicidade e propaganda, tendo presentes as obrigações decorrentes do Decreto-Lei n.º 231/2004, de 13 de dezembro, da Resolução de Conselho de Ministros n.º 47/2010, de 25 de junho e da Portaria n.º 1297/2010, de 21 de dezembro, verificou-se uma despesa total de 78.055,62€.

A EP participou com o ACP KIDS no Programa Nacional de Educação Rodoviária que teve como objetivo sensibilizar as crianças do pré-escolar e do 1.º ciclo para a importância da segurança rodoviária e da consciência das regras de circulação na via pública, envolvendo toda a comunidade escolar: alunos, professores, formadores e pais. Esta ação teve um patrocínio no valor de 60.000,00€.

Destacamos ainda a atribuição do patrocínio Bronze do XX Congresso da Ordem dos Engenheiros “Engenharia 2020 – Uma Estratégia para Portugal” na Alfândega do Porto, no valor de 2.500,00€, e o patrocínio do Workshop “Caracterização do comportamento dinâmico de estruturas e reabilitação sísmica” da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, reforçando-se a imagem da EP com uma maior notoriedade neste âmbito.

## 8. SUSTENTABILIDADE

### 8.1. Ambiente

A assunção das responsabilidades ambientais está patente na estratégia da empresa, mostrando as práticas instituídas, uma atuação integrada desde o projeto, construção, operação e manutenção que contribui tanto para a sustentabilidade da rede rodoviária como para o desenvolvimento sustentável das regiões atravessadas.

Os indicadores de sustentabilidade ambiental demonstram os níveis de desempenho, e as ferramentas de gestão utilizadas permitem minimizar riscos ambientais, visando uma gestão ambiental eficaz, eficiente e equilibrada.

Numa perspetiva de melhoria contínua, e num quadro de atuação mais focado numa gestão integrada da rede em operação, adotamos princípios de “eco conceção” nos projetos de conservação de vias, reabilitação de obras de arte e de segurança rodoviária. É nesta ótica que, nos projetos desenvolvidos se adotaram, por exemplo, soluções de reutilização e reciclagem de matérias-primas e se conciliam opções de proteção ambiental com outras necessidades de intervenção na rede.

Destaque para as atividades de gestão ambiental em projeto e obra desenvolvidas em 2014, onde se aplicaram as melhores práticas ambientais. Para um número crescente de projetos e obras, os resultados mostram uma otimização do investimento ambiental.

(N.º)



Principais Resultados 2014



190 - Projetos com estudos ambientais  
236 - Obras com gestão ambiental e de património cultural  
7,6M€ - Investimento ambiental em obra  
0,4m€ - Multas e penalidades ambientais



1.084 km percorridos - Gestão arborização rodoviária



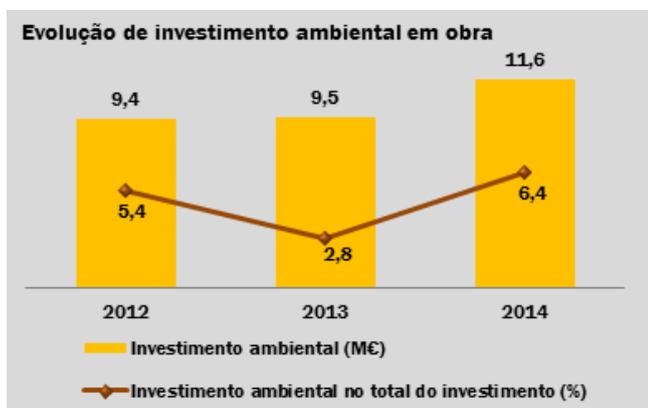
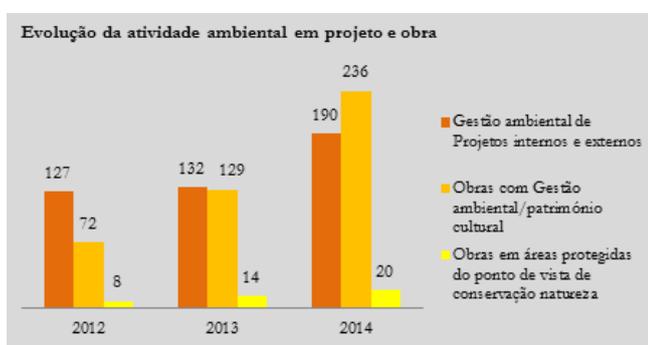
2.912 - Registos atropelamento fauna



252 km - Planos de ação de ruído

## AMBIENTE

### Contribuição ativa para a preservação do ambiente e da biodiversidade, orientando o crescimento da empresa para resultados mais ecoeficientes



Destaque também para a participação em processos relativos a Instrumentos de Gestão Territorial, de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) e pós-Avaliação, pela relevância do contributo no planeamento e gestão do território, e as respostas a clientes sobre matérias ambientais.

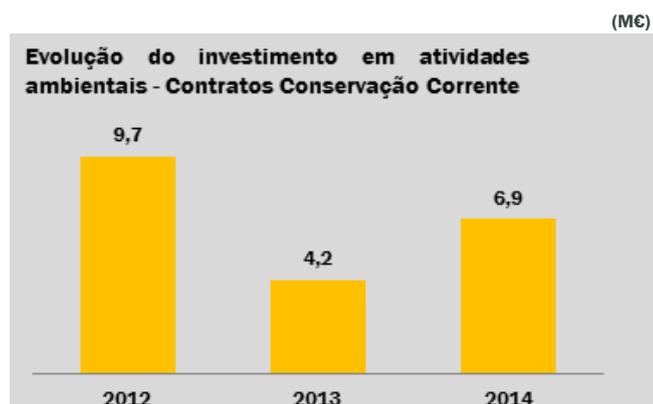


No quadro de uma rede rodoviária consolidada, as atividades de gestão ambiental na operação e manutenção da rede, abrangem, para além da gestão da arborização, a monitorização das vias nos aspetos relativos ao ruído e fauna, sistematizando-se os resultados no SIG, possibilitando desta forma, uma melhoria do serviço prestado.

De modo a dar cumprimento ao previsto no contrato de concessão, e nos objetivos de sustentabilidade ambiental, foi apresentada à Entidade Reguladora, o IMT, uma nova proposta de indicadores ambientais relativos ao ruído, qualidade do ar, dos recursos hídricos e da fauna. A proposta constou de um Relatório de Diagnóstico com a situação relativa aos indicadores monitorizados desde 2008 e a análise crítica dos mesmos, face ao normativo legal em vigor nestas matérias e ao conhecimento adquirido pela EP neste domínio, tanto pelo trabalho desenvolvido como por benchmarking efetuado. Esta análise serviu para alicerçar a proposta de revisão das metas, metodologias e indicadores a vigorarem a partir de 2015 e por um período ainda a definir. Entendeu, no entanto, o IMT, ser relevante a existência de um documento que justifique tecnicamente as opções tomadas, concretizado num Guia, a rever periodicamente, o que ocorrerá em 2015.

No âmbito da gestão das atividades ambientais decorreu a transição dos Contratos de Conservação Plurianual 2010-2013 para 2013-2016, mantendo-se as preocupações com o enquadramento paisagístico das vias, em consonância com a segurança rodoviária, e também de atuação no âmbito da prevenção e

proteção das florestas contra incêndios. Com maior expressão destaca-se a extensão de rede vistoriada por técnicos especialistas da empresa, resultando desta atividade propostas de podas, abates e plantação de árvores, visando a manutenção e valorização do património arbóreo.



Considerando o conhecimento da arborização rodoviária, nomeadamente do seu potencial enquanto recurso natural, em 2014, iniciou-se um trabalho de sistematização destes recursos de modo a identificar as espécies passíveis de exploração, e programação de vendas anuais. Aliado ao aumento de receitas, está também a indução de poupanças associadas a trabalhos não executados no âmbito dos Contratos de Conservação Corrente e que passam a ser efetuados por terceiros.

## 8.2. Capital Humano

No exercício de 2014, ano em que melhorou o indicador de clima organizacional, a empresa deu continuidade às políticas orientadas para o aumento da eficiência organizacional, num alinhamento entre as prioridades do negócio e dos *stakeholders*, a otimização dos processos e o desenvolvimento no capital humano.

Foi assim possível acomodar a diminuição do efetivo de 5,6%, resultante principalmente da manutenção da vigência do Plano Social de Racionalização de Quadros, no âmbito do qual 30 colaboradores cessaram o seu contrato por mútuo acordo, e da saída de 28 colaboradores com contratos a termo que caducaram. Num contexto restritivo, muito marcado pelo pendor das políticas públicas, os custos com pessoal registaram uma redução da ordem dos 4%, com alguma recuperação de rendimento para os colaboradores, derivada da alteração das regras da redução de remunerações e do subsídio de férias.

### Custos de Pessoal

(M€)

Encargos Totais	2012		2013		2014	
Pessoas ao Serviço	33,5	91%	34,7	91,3%	33,3	95,4%
Indemnizações PSRQ	2,7	7%	2,7	7,2%	1,2	3,3%
Aposentados	0,8	2%	0,6	1,5%	0,5	1,3%
<b>Total</b>	<b>37,0</b>	<b>100%</b>	<b>38,0</b>	<b>100%</b>	<b>35,0</b>	<b>100%</b>

(m€)

Encargos Totais	2012	2013	2014
Encargo Médio (pessoas ao serviço)	30,8	34,4	33,6

O incremento de atividades de proximidade e de projetos de dimensão internacional determinou o aumento de custos variáveis.

(m€)

Encargos Totais	2012	2013	2014
Ajudas de Custo	329,1	326	337,7
Deslocações e Estadas	141,7	114,3	144,3

Informação complementar de sustentabilidade da empresa, nos domínios económico, social, ambiental, encontra-se disponível no Relatório de Sustentabilidade de 2014, produzido pela EP.

## 9. POLÍTICA DE GESTÃO DO RISCO

A implementação do plano do processo de Gestão do Risco teve início em fevereiro de 2014 com a identificação dos riscos e terminou em dezembro de 2014 (conforme planeamento previsto) com a definição dos planos de ação. A partir de 2015 funcionará como um processo repetitivo através da revisão dos riscos e da monitorização dos planos de ação.

Durante o ano de 2014 foi também definida e aprovada a Política de Gestão do Risco e o Processo de Gestão do Risco e *Compliance*, designado por PS 38 – Gestão do Risco e *Compliance*.

A gestão do risco é uma prática vocacionada para a criação e preservação de valor. A atual política da empresa na Gestão dos seus Riscos tem por objetivo estabelecer um conjunto de práticas de identificação, análise, avaliação, tratamento, revisão, monitorização e reporte dos principais riscos. Entre os riscos que podem afetar as atividades da EP foi identificado um conjunto de riscos considerados mais relevantes e que englobam todos os restantes riscos da organização.

A metodologia aplicada está de acordo com o estabelecido na Norma NP ISO 31000:2012.

Da aplicação do processo de gestão do risco na empresa ao longo do ano de 2014, foram identificados, 277 riscos divididos pelas direções que compõem a macroestrutura da empresa, os quais são diferenciados por nível, de acordo com o quadro seguinte:

Nível do Risco	N.º de Riscos	(%)
Baixo	81	29
Moderado	128	46
Elevado	66	24
Muito Elevado	2	1
<b>Total Geral</b>	<b>277</b>	<b>100</b>

Verifica-se que 71% dos riscos identificados (moderados, elevados e muito elevados) precisam da implementação de medidas de tratamento (entretanto aprovadas), correspondendo a 196 planos de ação a implementar em toda a organização



durante o ano de 2015.

Estes planos constituirão um registo contendo a informação mais relevante nomeadamente os documentos associados, o custo do tratamento, a data de início e finalização da sua implementação, bem como outra considerada fundamental para monitorização e controlo.

### 9.1. Riscos Relevantes

Consideram-se Riscos Relevantes o Grupo de Riscos (nos quais os outros se inserem) definidos em função da atividade da empresa e que poderão ter maior impacto na estratégia delineada.

#### Risco de Regulação e Compliance

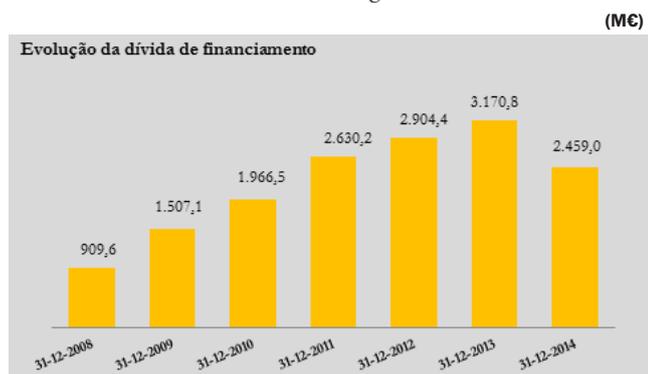
Risco inerente à ocorrência de impactos nos objetivos estratégicos da empresa, resultantes de violações ou desconformidades relativamente às leis, regulamentos, contratos, códigos de conduta, práticas instituídas ou princípios éticos.

#### Risco Financeiro

A atividade da EP está exposta a uma variedade de fatores de risco financeiro, incluindo os efeitos de alterações de preços de mercado, risco de liquidez e riscos de fluxos de caixa associados à taxa de juro, entre outros.

A gestão do risco financeiro é controlada pela Direção Financeira de acordo com as diretrizes recebidas da Tutela e as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração.

A EP iniciou o seu endividamento em meados de 2005, tendo o seu financiamento evoluído da seguinte forma:



Durante o ano de 2014, o endividamento líquido da EP excluindo especializações reduziu 712M€, resultante da conversão de suprimentos em capital. As novas necessidades de financiamento foram igualmente supridas por aumentos de capital.

A EP não tem ativos ou passivos em moedas que não o Euro, pelo que não tem riscos de câmbio associados à sua atividade.

#### Risco de Liquidez

A gestão risco de liquidez implica a manutenção de um nível adequado de caixa e equivalentes de caixa para fazer face às responsabilidades assumidas e procurar adequar a maturidade dos passivos aos ativos da empresa.

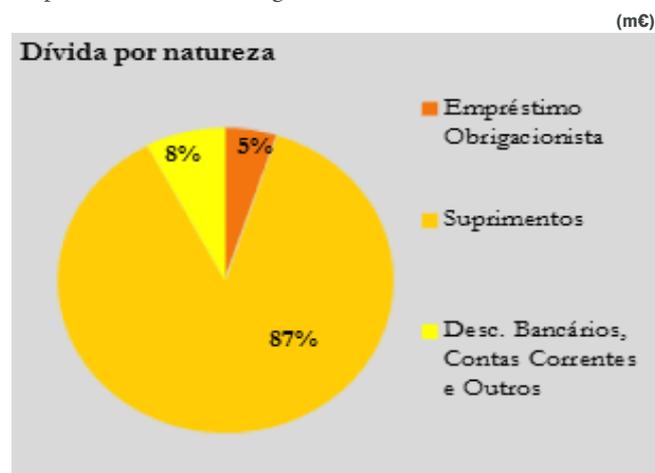
Durante o período compreendido entre 2005 e 2007, a dívida bancária da EP era constituída por linhas de crédito de curto prazo, nomeadamente por descobertos bancários e contas correntes. A partir de 2008, converteram-se algumas destas linhas em Programas de Papel Comercial e negociaram-se novas linhas de crédito.

No final de 2009, a EP integrou, na sua dívida, a componente de médio/longo prazo, através da contratação junto do Banco Europeu de Investimento de um financiamento a 20 anos. Em meados de julho de 2010, a EP reforçou esta componente, ao emitir um empréstimo obrigacionista de 125M€, também pelo período de 20 anos, diversificando tanto as entidades financiadoras como os instrumentos de financiamento. Desde 2011 que a EP tem vindo a receber suprimentos do acionista, tendo o valor de suprimentos ascendido a 2.877m€ no final de 2013, representando cerca de 90% do endividamento da EP. Em 2014 foi alterada a estratégia de financiamento da EP pelo acionista, tendo este passado a ser assente em aumentos de capital, pelo que os reembolsos de suprimentos devidos foram convertidos em capital, tendo estes descido para 2.221M€.

712M€

## Redução do Endividamento Líquido Excluindo Especializações, por Conversão de Suprimentos em Capital

Em 31 de dezembro de 2014, a repartição da dívida da empresa, por maturidade, é a seguinte:



(m€)

31-12-2014	Corrente	Não corrente		Total
	Até um ano	Entre 2 e 5 anos	Superior a 5 anos	
Financiamentos obtidos	25.775	99.522	354.681	479.978
Suprimentos	818.068	1.395.821	119.158	2.333.046
<b>Total</b>	<b>843.843</b>	<b>1.495.343</b>	<b>473.839</b>	<b>2.813.024</b>

(m€)

31-12-2013	Corrente	Não corrente		Total
	Até um ano	Entre 2 e 5 anos	Superior a 5 anos	
Financiamentos obtidos	19.978	100.693	379.122	499.793
Suprimentos	728.505	2.092.008	241.039	3.061.551
<b>Total</b>	<b>748.483</b>	<b>2.192.701</b>	<b>620.161</b>	<b>3.561.344</b>

Os quadros anteriores correspondem aos valores a pagar referentes aos financiamentos e suprimentos contratados e desembolsados, incluindo os juros que a EP prevê pagar referentes aos mesmos.

Os restantes ex-fluxos financeiros significativos são os referentes aos pagamentos de contratos de Concessão e Subconcessão, que se encontram apresentados pelo seu valor anual até 2050 na nota 33, período que engloba a totalidade da vida dos atuais contratos.

### Risco de Taxa de Juro

#### Juros suportados e instrumentos de cobertura de risco

No gráfico seguinte indicam-se os montantes de juros de financiamento pagos entre os anos de 2008 e de 2014:



Durante o ano de 2010, a EP contratou um instrumento financeiro derivado, SWAP taxa de juro com maturidade de 15 de julho de 2030 e que tinha como montante subjacente 125M€, que se destinou a minimizar o risco de exposição e a variação de taxa de juro. Este SWAP encontrava-se mesurado pelo seu justo valor e foi liquidado antecipadamente em junho de 2013, não tendo a EP qualquer SWAP ativo à data de 31 de dezembro de 2014.

(m€)

31-12-2014	Taxa variável	Taxa fixa	Total
Financiamentos obtidos	-	319.133	319.133
Suprimentos	-	2.215.578	2.215.578
<b>Total</b>	-	<b>2.534.711</b>	<b>2.534.711</b>

(m€)

31-12-2013	Taxa variável	Taxa fixa	Total
Financiamentos obtidos	-	326.493	326.493
Suprimentos	-	2.861.978	2.861.978
<b>Total</b>	-	<b>3.188.471</b>	<b>3.188.471</b>

Dada a natureza dos ativos a financiar e à modalidade de financiamento que tem estado disponível à EP, a totalidade dos

financiamentos apresenta a 31 de dezembro de 2014 taxas de remuneração fixas, pelo que a exposição da EP ao risco de taxa de juro é atualmente muito limitado.

### Risco de Crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar as suas obrigações contratuais. As receitas da EP resultam principalmente da Contribuição de Serviço Rodoviário (CSR) que é cobrada e entregue à EP pela Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) e das portagens que apresentam uma base de cliente diversificada e composta por operações de reduzido valor, pelo que a EP não tem riscos de crédito significativos.

Durante o ano de 2014, a EP cumpriu o previsto no artigo 17.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, ao nível do Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, segundo o qual "... as entidades que integram o Setor Empresarial do Estado, ..., devem manter as suas disponibilidades e aplicações financeiras junto do IGCP, I.P. ..." pelo que considera que os seus depósitos não têm um risco de crédito associado significativo.

### Risco Operacional

Risco inerente à ocorrência de impactos nos objetivos estratégicos da empresa, resultantes da inadequação ou deficiência de processos internos, infraestruturas, capital humano, e recurso a regime de *outsourcing*.

### Risco Tecnológico

Risco inerente à ocorrência de impactos nos objetivos estratégicos da empresa, resultantes de falhas de infraestruturas críticas, segurança de informação (acessos não autorizados ou inapropriados), integridade do sistema (informação incompleta, inconsistente, incorreta) e flexibilidade (sistemas complexos e inflexíveis).

### Risco Reputacional

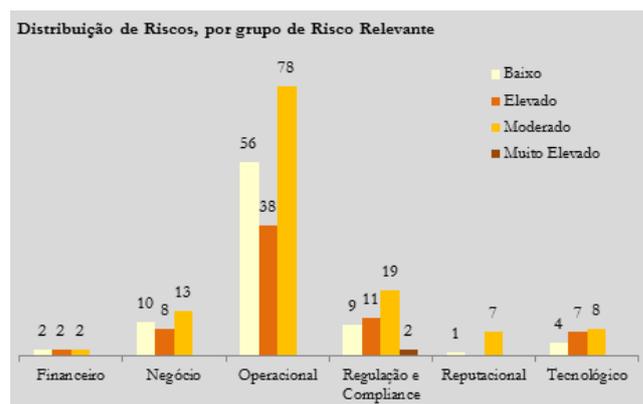
Risco inerente à ocorrência de impactos nos objetivos estratégicos da empresa, resultantes de uma perceção negativa da imagem pública da instituição, fundamentada ou não, por parte de acionistas, clientes, fornecedores, colaboradores, órgãos de imprensa, opinião pública em geral e outros *stakeholders*.

### Risco de Negócio

Risco inerente à ocorrência de impactos nos objetivos estratégicos da empresa, resultantes da inadequação de planeamento, conceção, execução, monitorização e controlo, nas áreas core que contribuem para o negócio da empresa.

## 9.2. Distribuição dos Riscos Relevantes

No processo de Gestão do Risco, fez-se a associação de todos os riscos identificados com o Grupo de Riscos Relevantes definido, tendo resultado a distribuição representada na figura seguinte.



## 9.3. Gestão de Capital

O objetivo da EP em relação à gestão de capital é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da demonstração da posição financeira. Nesta fase de investimento do contrato de concessão da EP, em que anualmente se tem registado um aumento do endividamento, este tem sido e deverá continuar a ser acompanhado com periódicos aumentos de capital.

No decorrer do ano de 2014 as necessidades de financiamento da EP foram supridas por aumentos de capital e os reembolsos previstos dos suprimentos contratados foram liquidados através da conversão em capital, quer do valor do reembolso contratado, quer dos juros vencidos à data do pagamento dos mesmos. O previsto, quer no orçamento da EP para 2015, quer no Orçamento de Estado para 2015, é que no ano de 2015 ocorram diversos aumentos de capital para suprir as elevadas necessidades de financiamento da EP em resultado do seu elevado nível de investimento.

## 10. COMPLIANCE

Relativamente ao Compliance, foi efetuado o levantamento exaustivo da legislação mais relevante para a empresa e de onde resulta a maioria dos deveres de informação e obrigações.

Deste levantamento foi selecionado um conjunto de deveres de informação e obrigação que devem ser observados pela empresa ao longo do ano e avaliado o seu cumprimento, junto das unidades orgânicas responsáveis.

Diariamente, procedeu-se ao longo do ano ao reencaminhamento da legislação publicada para as áreas da empresa a que as mesmas interessam.



## 11. EVENTOS SUBSEQUENTES

### Conselho de Administração

Por Resolução de Conselho de Ministros foi nomeado novo Conselho de Administração da REFER e através de deliberação social unânime por escrito aprovado o Conselho de Administração da EP, estando assim designado um Conselho de Administração conjunto da Estradas de Portugal e da REFER.

Ambas as deliberações produzem efeito a partir do dia 1 de janeiro de 2015 e pelo exercício da administração conjunta das duas empresas não haverá lugar à acumulação de vencimentos.

Na sequência da aprovação a 3 de abril de 2014, do Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas (PETI3+), que consagra, entre outras matérias, a criação de uma única empresa de gestão de infraestruturas de transportes em Portugal, a composição do Conselho de Administração conjunto é a seguinte: Para Presidente do C.A. conjunto das duas empresas, é nomeado o Dr. António Ramalho.

Para o cargo de Vice-Presidente da REFER é nomeado o Eng.º José Ribeiro dos Santos e como Vice-Presidente da Estradas de Portugal o Dr. José Serrano Gordo.

Como Vogais do Conselho de Administração são designados a Eng.ª Vanda Nogueira, o Dr. Alberto Diogo, o Dr. José Carlos Osório e o Dr. Adriano Rafael Moreira.

### Alteração dos Estatutos da EP

Por deliberação social unânime por escrito, de 31 de dezembro de 2014, e com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2015, procedeu-se à alteração do n.º 1 do artigo 10.º dos Estatutos da EP, publicados em anexo ao Decreto-Lei n.º 374/2007, de 7 de novembro, que passou a ter a seguinte redação: “O Conselho de Administração é composto por um Presidente, um Vice-Presidente e por três a cinco Vogais, conforme for deliberado pela Assembleia Geral, e os seus membros são por esta eleitos”.

### Aumento de Capital

Deliberação social unânime por escrito, de 23 de janeiro de 2015, de aumento do capital social da EP em 306.275.000€, através da emissão de 61.255 novas ações nominativas, no valor de 5.000€ cada, parcialmente subscrito e realizado pelo Estado, a 30 de janeiro de 2015 no montante de 54.470.000€. O restante montante foi realizado durante fevereiro de 2015.

### Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional

Publicação no Diário da Assembleia da República, II série A, n.º 57/XII/4 2015.01.09, da Proposta de Lei n.º 275/XII, que aprova o Novo Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional.



### **Governo aprova fusão das empresas EP e REFER, criando a nova empresa “Infraestruturas de Portugal”**

De acordo com o Comunicado do Conselho de Ministros de 9 de abril de 2015, foi aprovado o “diploma que procede à fusão, por incorporação, da EP - Estradas de Portugal, S.A., na REFER - Rede Ferroviária Nacional, E.P.E., denominando a nova empresa Infraestruturas de Portugal, S.A. (IP, S.A.)”

### **Novas bases das Concessões Rodoviárias Interior Norte, Beira Litoral e Alta, Costa de Prata, Norte, Grande Lisboa e Grande Porto**

O Conselho de Ministros de 9 de abril de 2014 aprovou ainda as novas bases das Concessões Rodoviárias Interior Norte, Beira Litoral e Alta, Costa de Prata, Norte, Grande Lisboa e Grande Porto como parte integrante do processo de renegociação das parcerias público-privadas no âmbito das infraestruturas rodoviárias.

Conforme divulgado nos pontos 6.7 Subconcessões e 6.8. Renegociações das Parcerias Público-Privadas (do Relatório de Gestão), as poupanças das Concessões e Subconcessões apuradas através dos memorandos de entendimento celebrados e das Comissões de Negociação nomeadas pela UTAP, implementadas pelo Conselho de Administração da EP até 2014, tiveram já impacto nas Demonstrações Financeiras das EP – Estradas de Portugal, SA relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

## **12. APLICAÇÃO DE RESULTADOS**

Para o Resultado Líquido apurado no exercício no valor de 16.510.871,80€, o Conselho de Administração propõe a seguinte aplicação:

Resultado líquido do período	16.510.871,80
Reserva legal	825.543,59
Reserva geral	1.651.087,18
Reserva para investimentos	14.034.241,03

Foi constituída a Reserva Legal nos termos da lei, bem como a Reserva Geral e a Reserva para Investimentos, de acordo com o artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 374/2007, de 7 de novembro.

## 13. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

### 13.1. Objetivos de Gestão

De acordo com o previsto no artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, os objetivos de gestão definidos para o ano de 2014 foram estabelecidos em consonância com os objetivos estratégicos da empresa, que se sintetizam de seguida:

Indicador	UNID.	Meta 2014	Valor Real	Desvio (%)
Custos Operacionais (Cash)	M€	227	165	-27
Free Cash Flow	M€	-890	-729	-18
Receita total (Cash)	M€	805	799	-1
Receitas com serviços complementares	M€	8,9	7,9	-11
Índice de Segurança Rodoviária	N.º	118	n.d.	n.d.

n.d.: não disponível – dependente da divulgação pela ANSR dos indicadores oficiais de segurança rodoviária.

### 13.2. Gestão do Risco Financeiro e Limites do Endividamento

Gestão do risco financeiro, e do cumprimento dos limites máximos de acréscimo de endividamento, definidos para 2014, na Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, apurados nos termos das orientações do ofício-circular de instruções para elaboração dos IPG -2014:

Indicador	2010	2011	2012	2013	2014
Encargos Financeiros (€)	49.550.000	106.198.291	118.183.270	96.408.263	87.601.424
Taxa Média de Financiamento (%)	3,0	4,9	4,0	2,9	3,5

Passivo Remunerado (€)	2013	2014	Var. absol.	Var. (%)
Financiamentos obtidos	3.173.848	2.534.711	-639.137	-20%
... dos quais concedidos pela DGTF	2.861.978	2.871.917	9.939	0%
Aumentos de capital por dotação	8.990	793.210	784.220	8.723%
Aumentos de capital por conversão de créditos	0	728.385	728.385	-
Endividamento ajustado	3.182.838	4.056.306	873.468	27%

### 13.3. Prazo Médio de Pagamentos e Atrasos nos Pagamentos

Evolução do prazo médio de pagamento a fornecedores, em conformidade com a Resolução de Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, e divulgação dos atrasos nos pagamentos (“arrears”), conforme definidos no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, bem como a estratégia adotada para a sua diminuição:

PMP	2013	2014	Variação (%) 2014/2013
Prazo (dias)	20	22	10%

Dívidas vencidas (€)	Dívidas vencidas de acordo com o artigo 1.º DL 65-A/2011				
	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	>360 dias
Aq. de bens e serviços	1.870.663,11	0,00	0,00	0,00	0,00
Aq. de capital	5.904.243,16	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>7.774.906,28</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

### 13.4. Recomendações do Acionista

Não foram emitidas recomendações pelo acionista, aquando da aprovação das contas de 2014.

## 13.5. Remunerações

### Mesa da Assembleia Geral

Mandato	Cargo	Nome	Valor de senha fixado (€)	Remuneração anual (€)		
				Bruto	Reduções remuneratórias (2)	Valor após reduções (3)=(1)-(2)
2012-2014	Presidente	Paulo Manuel Marques Fernandes	575,00	1.150,00	115,00	1.035,00
2012-2014	Vice - Presidente	Paulo Miguel Garcês Ventura (*)	470,00	-	-	-
2012-2014	Secretário	Maria Fernanda Joanaz da Silva Martins (*)	299,50	-	-	-

(\*) Não houve pagamentos durante o ano de 2014.

(1) Valor de senha de presença fixada.

(2) Antes de reduções remuneratórias.

### Conselho de Administração

Mandato	Cargo	Nome	Designação		OPRLO	
			Forma	Data	Identificação entidade	Pagadora (O/D)
2012-2014	Presidente	António Manuel Palma Ramalho	DUE	17-07-2012	n.a.	D
2012-2014	Vice-Presidente	José Serrano Gordo	DUE	17-07-2012	n.a.	D
2012-2014	Vogal	Vanda Cristina Loureiro Soares Nogueira	DUE	17-07-2012	n.a.	D
2012-2014	Vogal	João Albino Correia Grade	DUE	17-07-2012	n.a.	D

Nota: OPRLO - opção pela remuneração do lugar de origem; O/D: Origem/Destino.

Nome	Acumulação de funções - valores anuais (€)		
	Entidade	Função	Regime
António Manuel Palma Ramalho	n.a.		
José Serrano Gordo	n.a.		
Vanda Cristina Loureiro Soares Nogueira	n.a.		
João Albino Correia Grade	n.a.		

Nome	EGP			
	Fixado	Classificação	Valores mensais brutos (€)	
			Remuneração base	Despesas de representação
António Manuel Palma Ramalho	S	B	4.864,34	1.945,74
José Serrano Gordo	S	B	4.377,90	1.751,16
Vanda Cristina Loureiro Soares Nogueira	S	B	3.891,47	1.556,59
João Albino Correia Grade	S	B	3.891,47	1.556,59

Nome	Remuneração anual (€)						
	Variável	Fixa (**)	Outra (***)	Redução Lei n.º 12-A/2010	O. reduções remuneratórias	Redução anos anteriores (*)	Bruta após reduções Remuneratórias
António Manuel Palma Ramalho	-	91.449,59	-	4.572,48	6.580,48	-	80.296,63
José Serrano Gordo	-	82.304,52	-	4.115,23	5.922,30	-	72.267,00
Vanda Cristina Loureiro Soares Nogueira	-	73.159,64	-	3.657,98	5.255,95	-	64.245,70
João Albino Correia Grade	-	16.052,31	3.450,44	771,81	1.730,15	-	17.000,80

Nota: Redução de anos anteriores: refere a remunerações regularizadas no ano em referência pertencentes a anos anteriores.

(\*) Indicar os motivos subjacentes a este procedimento.

(\*\*) Incluir a remuneração + despesas de representação.

(\*\*\*) Férias não gozadas do ano e do ano seguinte.

Nome	Remuneração anual (€)					
	Variável	Fixa (**)	Outra (***)	Bruto (1)	Reduções remuneratórias (*) (2)	Valor após reduções (3)=(1)-(2)
António Manuel Palma Ramalho	-	91.449,59	-	91.449,59	11.152,96	80.296,63
José Serrano Gordo	-	82.304,52	-	82.304,52	10.037,52	72.267,00
Vanda Cristina Loureiro Soares Nogueira	-	73.159,64	-	73.159,64	8.913,93	64.245,70
João Albino Correia Grade	-	16.052,31	3.450,44	19.502,75	2.501,96	17.000,80

Nota: Redução de anos anteriores: refere a remunerações regularizadas no ano em referência pertencentes a anos anteriores.

(\*) Indicar os motivos subjacentes a este procedimento.

(\*\*) Incluir a remuneração + despesas de representação (sem reduções).

(\*\*\*) Férias não gozadas do ano e do ano seguinte.

Nome	Benefícios sociais (€)								
	Subsídio refeição		Regime de proteção social		Seguro de saúde	Seguro de vida	Seguro de acidentes pessoais	Outros	
	Valor/dia	Montante pago ano	Identificar	Valor				Identificar	Valor
António Manuel Palma Ramalho	-		Segurança Social	19.168,07	-	-	-	Seguro Acidentes Trabalho	442,64
José Serrano Gordo	-		Segurança Social	17.251,35	-	-	-	Seguro Acidentes Trabalho	398,37
Vanda Cristina Loureiro Soares Nogueira	-		Segurança Social	15.336,20	-	-	-	Seguro Acidentes Trabalho	354,15
João Albino Correia Grade	-		Segurança Social	4.037,70	-	-	-	Seguro Acidentes Trabalho	93,72

Nome	Gastos com comunicações móveis (€)		
	Plafond mensal definido	Valor anual	Observações
António Manuel Palma Ramalho	80,00	852,07	
José Serrano Gordo	80,00	582,57	
Vanda Cristina Loureiro Soares Nogueira	80,00	480,35	
João Albino Correia Grade	80,00	147,55	

Nome	Encargos com viaturas (€, com IVA)									
	Viatura atribuída (S/N)	Celebração de contrato (S/N)	Valor de referência da viatura	Modalidade	Ano início	Ano termo	N.º Prestações contratuais remanescentes	Gasto da renda	Valor anual com rendas	
António Manuel Palma Ramalho	S	S	36.967,40	AOV	2014	2017	31	652,60	6.525,90	
José Serrano Gordo	S	S	37.647,20	AOV	2013	2017	31	667,40	8.008,70	
Vanda Cristina Loureiro Soares Nogueira	S	S	38.234,90	AOV	2013	2017	31	686,10	8.233,70	
João Albino Correia Grade	S	S	36.967,40	AOV	2013	2014	0	652,60	1.305,20	

Nome	Gastos anuais associados a viaturas (€)					
	Plafond mensal definido para combustível	Combustível	Portagens	Outras Reparações	Seguros	Observações
António Manuel Palma Ramalho	415,90	4.037,00 custo EP 4.453,40 c/ IVA 3.620,60 s/ IVA	Isento	135,30	Valor incluído na renda mensal AOV	
José Serrano Gordo	374,30	2.818,80 custo EP 3.109,50 c/ IVA 2.628,0 s/ IVA	Isento	0,00	Valor incluído na renda mensal AOV	
Vanda Cristina Loureiro Soares Nogueira	332,70	2.606,90 custo EP 2.875,90 c/ IVA 2.338,10 s/ IVA	Isento	804,09	Valor incluído na renda mensal AOV	
João Albino Correia Grade	332,70	801,15 custo EP 883,78 c/ IVA 718,52 s/ IVA	Isento	0,00	Valor incluído na renda mensal AOV	

Nome	Gastos anuais associadas a deslocações em serviço (€)					
	Deslocações em serviço	Custos com alojamento	Ajudas de custo	Outras		Gasto total com viagens
				Identificar	Valor	
António Manuel Palma Ramalho	1.114,60	162,10	-	-	-	1.276,70
José Serrano Gordo	-	58,00	-	-	-	58,00
Vanda Cristina Loureiro Soares Nogueira	-	-	-	-	-	-
João Albino Correia Grade	-	-	-	-	-	-

## Fiscalização

### Conselho Fiscal

Mandato	Cargo	Nome	Designação		Estatuto remuneratório fixado mensal (€)
			Forma	Data	
2012-2014	Presidente	Graça Maria Valente Nunes Montalvão Fernandes (*)	DUE	17-07-2012	1.362,01
2012-2014	Presidente	Elsa Maria Roncon Santos	Assembleia Geral	25-07-2014	1.362,01
2012-2013	Vogal	William Hall Woolston	DUE	17-07-2012	969,50
2013-2014	Vogal	Bernardo Xavier Alabaça	DUE	31-10-2013	969,50

(\*) Cessação de funções de membro do CF, por motivo de renúncia, com efeito a 1 de maio de 2014.

Nome	Remuneração Anual (€)		
	Bruto (1)	Redução remuneratórias (2)	Valor após reduções (3)=(1)-(2)
Graça Maria Valente Nunes Montalvão Fernandes (*)	7.264,05	708,24	6.555,81
Elsa Maria Roncon Santos	7.672,65	531,18	7.141,47
William Hall Woolston	13.573,00	1.008,28	12.564,72
Bernardo Xavier Alabaça (**)	15.722,70	1.278,67	14.444,03

(\*) Cessação de funções de membro do CF, por motivo de renúncia, com efeito a 1 de maio de 2014.

(\*\*) Em 2014 foram processadas as remunerações correspondentes ao período compreendido entre 31 de outubro e 31 de dezembro de 2013.

### ROC

Mandato	Cargo	Identificação SROC/ROC		Designação		N.º de mandatos exercidos na sociedade
		Nome	Número	Forma	Data	
Triénio 2012-2014	ROC	Esteves, Pinho & Associados, SROC, Lda.	192	DUE	27-01-2013	3
Triénio 2012-2014	ROC Suplente	Luís Manuel Moura Esteves	944	DUE	27-01-2013	3

Nota: Em 2014 foram processadas as remunerações correspondentes ao período compreendido entre 31 de outubro e 31 de dezembro de 2013.

Nome	Remuneração Anual (€)		
	Bruto (1)	Redução remuneratórias (2)	Valor após reduções (3)=(1)-(2)
Esteves, Pinho & Associados, SROC, Lda.	21.451,80	1.716,13	19.735,67

Nota: Existem divergências em análise relativamente à remuneração do ROC, designadamente entre a faturação emitida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e o valor pago pela EP. Os valores divulgados são os valores pagos.

### Auditor Externo

Identificação do Auditor Externo SROC/ROC			Data da contratação		Remuneração anual (€)		
Nome	N.º Inscrição OROC	N.º registo CMVM	Data	Período	Valor da prestação de serviços contratada	Reduções remuneratórias	Valor após reduções
PriceWaterHouseCoopers & Associados SOC de Revisores Oficiais de Contas, Lda.	183	9077	23-09-2013	2013 e 2014	99.600,00 (49.800,00€/ ano)	i)	99.600,00 (49.800,00€/ano)

i) O contrato anterior tinha o valor de 192.500€ para o triénio 2010-2012, o que representa um custo anual de 64.166,67€. O atual valor anual apresenta assim uma redução do custo anual superior a 20% face ao contrato anterior.

### **Restantes Trabalhadores**

No exercício de 2014 a política remuneratória manteve-se condicionada pelas restrições impostas ao setor empresarial do Estado que permitiu alguma recuperação de rendimentos para os colaboradores, devido às alterações das regras da redução remuneratória. Apesar dessa circunstância, a empresa registou uma redução da ordem dos 4% nos custos com pessoal.

As remunerações dos trabalhadores até 31 de maio de 2014, foram sujeitas à redução remuneratória prevista no artigo 33.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro. Na sequência da declaração de inconstitucionalidade da norma referente à redução remuneratória, não foram objeto de redução remuneratória entre o mês de junho e 12 de setembro de 2014, data em que foi publicada a Lei n.º 75/2014, que estabelece mecanismos das reduções remuneratórias temporárias. Com efeitos a 13 de setembro, a empresa fez incidir sobre as remunerações totais ilícitas dos trabalhadores que auferiam um valor superior a 1.500€ a redução prevista no artigo 2.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro.

O aumento dos encargos resultante da alteração das regras da redução remuneratória acabou por ser parcialmente compensado pela diminuição de custos variáveis - prestações irregulares como o trabalho suplementar, os subsídios de residência e de turno - e pelo impacto do absentismo.

Para redução dos custos com pessoal, contribuiu também a diminuição do efetivo em 5,6%, o que ocorreu principalmente devido à manutenção da vigência do Plano Social de Racionalização de Quadros, no âmbito do qual 30 colaboradores cessaram o seu contrato por mútuo acordo e da saída de 28 colaboradores, cujos contratos de trabalho a termo caducaram.

### **13.6. Aplicação do Artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público**

No âmbito da EP, em cumprimento do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, não são utilizados cartões de crédito ou outros instrumentos de pagamento, para

realização de despesas ao serviço da empresa, pelos membros do Conselho de Administração, bem como não há também lugar a reembolso aos mesmos de quaisquer eventuais despesas de representação pessoal.

### **13.7. Contratação Pública**

A EP aplicou em 2014, como sempre o fez, todas as normas de contratação pública que se encontram estabelecidas no Código da Contratação Pública.

Existe igualmente na EP um procedimento interno denominado PS.14 Contratação Pública, que assegura o processo de contratação de empreitadas e bens e serviços de acordo com as normas legais e técnicas em vigor, aplicável a todas as unidades orgânicas.

A EP, no ano de 2014, não teve qualquer contrato de prestação de serviços celebrado com valor igual ou superior a 5M€.

### **13.8. Sistema Nacional de Compras Públicas**

A EP, apesar de não estar obrigada a seguir o Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP), aderiu ao mesmo como entidade voluntária, tendo em 2014 procedido à contratação de duas prestações de serviço de Vigilância e Segurança e a uma de locação operacional de viaturas, via Acordos Quadro da eSPap. No futuro, e desde que o objeto a contratar se enquadre na oferta dos acordos quadro disponíveis, a EP considerará a opção por esta via sempre que seja mais vantajoso para a defesa dos interesses da empresa e permita agilização no processo contratual.

### **13.9. Parque de Veículos do Estado**

A EP, atenta a sua natureza, não se encontra vinculada ao chamado Parque de Veículos do Estado.

### 13.10. Medidas de Redução de Gastos Operacionais

Nome	Meta	2014 Exec.	2013 Exec.	2012 Exec.	2011 Exec.	2010 Exec.	Var. absol.	Var. %	Var. absol.	Var. %
							2014/2013		2014/2010	
<b>EBITDA</b>		538,7	554,0	577,4	592,8	428,7	-15,3	-3	110,0	26
(1) CMVMC (M€)		255,4	388,6	908,2	1.264,9	971,8	-133,1	-34	-716,3	-74
(2) FSE S/ Cob. Portagens, CSR, Conser. Periódica e O&M Subconc. (m€)		55,4	65,8	62,4	64,4	72,3	-10,4	-16	-16,9	-23
Despesas com deslocações/estadas (M€)	Em linha com 2013	0,1	0,1	0,1	0,2	0,3	0,0	26	-0,1	-48
Despesas com ajudas de custo (M€)	Em linha com 2013	0,3	0,3	0,3	0,5	0,8	0,0	4	-0,5	-60
Despesas com comunicações (M€)	Em linha com 2013	0,5	0,6	0,6	0,7	0,8	0,0	-7	-0,3	-34
(3) Gastos com pessoal (M€)		33,3	34,7	33,5	33,5	38,7	-1,4	-4	-5,4	-14
(3.1) dos quais indemnizações	n.a.									
<b>Total (M€)</b> <b>(4)=(1)+(2)+((3)-(3.1))</b>		<b>344,2</b>	<b>489,1</b>	<b>1.004,1</b>	<b>1.362,9</b>	<b>1.082,8</b>	<b>-144,9</b>	<b>-30</b>	<b>-738,6</b>	<b>-68</b>
(5) Volume de negócios (M€)		941,4	1.100,0	1.673,1	2.045,7	1.629,6	-158,6	-14	-688,2	-42
<b>Peso dos Gastos/VN (%)</b> <b>(4)/(5)</b>		<b>37</b>	<b>44</b>	<b>60</b>	<b>67</b>	<b>66</b>	<b>-7</b>	<b>-16</b>	<b>-29</b>	<b>-44</b>
Número RH (inclui os membros do CA)	-3% face 2012	1.025	1.087	1.174	1.165	n.a.	-62	-6	n.a.	n.a.
N.º efetivos		1.022	1.083	1.170	1.162	n.a.	-61	-6	n.a.	n.a.
N.º cargos de direção		107	105	108	112	n.a.	2	2	n.a.	n.a.
N.º de viaturas		347	382	n.a.	n.a.	n.a.	-35	-9	n.a.	n.a.
Gastos com as viaturas (m€)		2.994	3.252	n.a.	n.a.	n.a.	-258	-8	n.a.	n.a.

### 13.11. Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado

Durante o ano de 2014, a EP cumpriu o previsto no n.º 7 do artigo 123.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, ao nível do Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, segundo o qual: “As empresas públicas não financeiras devem, salvo disposição legal em contrário, manter as suas disponibilidades e aplicações financeiras junto do IGCP, E.P.E., nos termos do n.º 1, sendo-lhes para esse efeito aplicável o regime da tesouraria do Estado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 191/99, de 5 de junho, alterado pelas Leis n.ºs 3-B/2000, de 4 de abril, e 107-B/2003, de 31 de dezembro”.

### 13.12. Recomendações do Tribunal de Contas

Para o ano de 2014 não houve recomendações do Tribunal de Contas.

### 13.13. Informação disponível do Site do SEE

Informação no Site do SEE	Divulgação			Comentário
	S	N	N.A.	
Estatutos	X			
Caracterização da empresa	X			
Função de tutela e acionista	X			
Modelo de Governo/Membros dos órgãos sociais:				
- Identificação dos órgãos sociais	X			
- Estatuto remuneratório fixado	X			
- Divulgação das remunerações auferidas pelos órgãos sociais	X			
- Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	X			
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos órgãos sociais	X			
Esforço financeiro público	X			
Ficha síntese	X			
Informação Financeira histórica e atual	X			
Princípios de Bom Governo:				
- Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	X			
- Transações relevantes com entidades relacionadas	X			
- Outras transações	X			
Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios:				
- Económico	X			
- Social	X			
- Ambiental	X			
Avaliação do cumprimento dos Princípios de Bom Governo	X			
Código de ética	X			

### 13.14. Quadro Resumo de Cumprimento das Orientações Legais

Cumprimento das Orientações Legais	Cumprimento			Quantificação/Identificação	Justificação/Referência ao Ponto do Relatório
	S	N	N.A.		
<b>Objetivos de gestão / Planos de Atividade e orçamento</b>					
<b>1- Sustentabilidade financeira</b>					
Custos Operacionais (Cash)	x			165M€ (-27% face à meta)	Objetivo superado. Referência no Ponto 3.2 do Relatório.
Free Cash Flow	x			-729 (-18% face à meta)	Objetivo superado. Referência no Ponto 3.2 do Relatório.
<b>2- Desenvolver novos serviços</b>					
Receita total (Cash)		x		799M€ (-1% face à meta)	Objetivo não superado. Justificação no Ponto 3.2 do Relatório.
Receitas com serviços complementares		x		7,9M€ (-11% face à meta)	Objetivo não superado. Justificação no Ponto 3.2 do Relatório.
<b>3- Potenciar o relacionamento com stakeholders</b>					
Índice de Segurança Rodoviária			x	Meta: 118 Resultado: não disponível	Resultado não possível de determinar. Justificação no Ponto 3. do Relatório.
Gestão do Risco Financeiro			x	3,45%	
Limites de Crescimento do Endividamento		x		Aumento do endividamento ajustado de 873M€, 27% face a 2013	Aumento do endividamento dentro do definido no orçamento da EP e Orçamento de Estado para 2013.
Evolução do PMP a Fornecedores	x			Prazo médio de 22 dias	Não existiam dívida a fornecedores vencidas em prazos superiores a 90 dias.
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	x				
Recomendações do acionista na última aprovação de contas			x		Não foram feitas recomendações pelo acionista.
<b>Remunerações</b>					
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos do art.º 41.º da Lei 83-C/2013	x				
Órgãos sociais - reduções remuneratórias vigentes em 2014	x			23.130,26 €	
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do artigo 73.º da Lei 83-C/2013			x		O contrato anterior tinha o valor de 192.500€ para o triénio 2010-2012, o que representa um custo anual de 64.166,67€. O atual valor anual apresenta assim uma redução do custo anual superior a 20% face ao contrato anterior.
Restantes trabalhadores - reduções remuneratórias em 2014	x			1.286.430,87 €	
Restantes trabalhadores - proibição de valorizações remuneratórias, nos termos do art.º 39.º da Lei 83-C/2013	x				

Cumprimento das Orientações Legais Nome	Cumprimento			Quantificação/Identificação	Justificação/Referência ao Ponto do Relatório
	S	N	N.A.		
<b>Artigo 32.º do EGP</b>					
Utilização de cartões de crédito	x				Não são utilizados cartões de crédito.
Reembolso de despesas de representação pessoal	x				Não existem despesas de representação pessoal.
<b>Contratação pública</b>					
Aplicação das normas de contratação pública pela empresa	x				A EP aplica o Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas			x		A EP não tem participadas.
<b>Contratos submetidos a visto prévio do TC</b>					
Contratos Iniciais	x			62 contratos / valor global 279,38M€	
Contratos Adicionais e/ou Apostilhas	x			1 contato/ valor global 0,05M€	
<b>Auditorias do Tribunal de Contas</b>					
Recomendação			x		Não houve recomendações do Tribunal de Contas.
Parque automóvel			x		A EP atenta a sua natureza, não se encontra vinculada ao chamado Parque de Veículos do Estado.
Gastos operacionais das empresas públicas (art.º 61.º da Lei nº 83-C/2013)	x				Redução dos encargos com construção e conservação corrente.
Redução de Trabalhadores (art.º 60º da Lei 83-C/2013)	x				
N.º trabalhadores (exclui Conselho de Administração)	x			-63 (-5,63%)	
N.º de cargos dirigentes	x			2 (1,9%)	
Princípio da Unidade de Tesouraria (art.º 123.º da Lei 83-C/2013)	x				
Disponibilidades centralizadas no IGCP	x			Em 31 de dezembro de 2014, 99,55% das disponibilidades estavam depositadas no IGCP	
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em receita do Estado	x			O montante de juros auferido em 2014 foi de 1.322,18€, tendo sido entregue em receita do Estado em fevereiro de 2015	

Almada, 9 de abril de 2015

O Conselho de Administração,

## 14. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

### Demonstração da Posição Financeira

milhares de euros (m€)			
		31 de dezembro	31 de dezembro
	Nota	2014	2013
<b>Ativo</b>			
<b>Não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	8	24.432	25.260
Propriedades de investimento		120	126
Ativos intangíveis	9	19.197.040	18.725.396
Ativos por impostos diferidos	10	101.993	88.526
		<b>19.323.586</b>	<b>18.839.308</b>
<b>Corrente</b>			
Clientes	11	40.570	36.004
Adiantamentos a fornecedores	22	45.158	36.534
Ativos para imposto corrente	12	93	533
Estado e outros entes públicos	12	848.045	682.722
Outras contas a receber	11	113.950	107.505
Diferimentos	13	737	404
Ativos não correntes detidos para venda		3	3
Caixa e equivalentes de caixa	14	75.746	17.715
		<b>1.124.303</b>	<b>881.419</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>20.447.889</b>	<b>19.720.727</b>
<b>Capital próprio</b>			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital			
Capital realizado	15	1.994.585	472.990
Reservas legais	16	66.026	65.288
Outras reservas	16	300.044	282.313
Resultados transitados		133.877	137.582
		<b>2.494.532</b>	<b>958.173</b>
Resultado líquido do período		16.511	14.764
<b>Total do capital próprio</b>		<b>2.511.043</b>	<b>972.937</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Não corrente</b>			
Provisões	18	858.676	830.453
Financiamentos obtidos	19	305.593	318.970
Suprimentos	20	1.452.073	2.215.578
Passivos por impostos diferidos	10	-	3.705
Outras contas a pagar	21	3.248.943	3.276.886
Diferimentos	13	10.589.418	10.644.729
		<b>16.454.702</b>	<b>17.290.321</b>
<b>Corrente</b>			
Fornecedores	22	17.174	25.703
Adiantamentos de clientes		12.280	10.521
Estado e outros entes públicos	12	1.993	2.015
Financiamentos obtidos	19	13.242	7.130
Suprimentos	20	768.581	661.415
Outras contas a pagar	21	658.759	740.464
Diferimentos	13	10.116	10.222
		<b>1.482.144</b>	<b>1.457.469</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>17.936.846</b>	<b>18.747.790</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>20.447.889</b>	<b>19.720.727</b>

As notas das páginas 80 a 125 constituem parte integrante destas demonstrações financeiras apresentadas supra.

O Técnico Oficial de Contas,

O Conselho de Administração,

## Demonstração do Rendimento Integral

	Nota	milhares de euros (m€)	
		31 de dezembro 2014	31 de dezembro 2013
Vendas e serviços prestados	23	941.354	1.100.003
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	24	(255.438)	(388.584)
Fornecimentos e serviços externos	25	(157.841)	(163.113)
Conservação, Reparação e Segurança	25	(97.895)	(108.311)
Outros FSE correntes	25	(59.946)	(54.802)
Gastos com o pessoal	26	(33.289)	(34.691)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)	11	299	(94)
Provisões (aumentos/ reduções)	18	(17.474)	(24.247)
Outros rendimentos e ganhos	27	64.731	68.107
Outros gastos e perdas	28	(3.641)	(3.393)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		538.701	553.988
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	8, 9	(182.810)	(203.286)
		(182.810)	(203.286)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		355.891	350.702
Juros e rendimentos similares obtidos	29	596	5.512
Juros e gastos similares suportados	29	(333.068)	(330.134)
Resultados antes de impostos		23.419	26.079
Imposto sobre o rendimento do período	30	(6.908)	(11.315)
Resultado líquido do exercício		16.511	14.764
Outros rendimentos do período		-	-
Resultado integral		16.511	14.764

As notas das páginas 80 a 125 constituem parte integrante destas demonstrações financeiras apresentadas supra.

O Técnico Oficial de Contas,

O Conselho de Administração,

## Demonstração da Alteração dos Capitais Próprios

milhares de euros (m€)

	Nota	Capital reali- zado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líqui- do do período	Total
A 1 de Janeiro de 2013		464.000	63.454	243.566	141.476	36.688	949.183
Alterações no período							
Aplicação do Resultado ano anterior		-	1.834	34.853	-	(36.688)	-
Transição de Normativo contabilístico		-	-	3.894	(3.894)	-	-
Resultado integral do período		-	-	-	-	14.764	14.764
		-	1.834	38.747	(3.894)	(21.924)	14.764
<b>Operações com detentores de capital no período</b>							
Realizações de capital		8.990	-	-	-	-	8.990
A 31 de dezembro de 2013		472.990	65.288	282.313	137.582	14.764	972.937
Alterações no período							
Aplicação do Resultado ano anterior		-	738	14.026	-	(14.764)	-
Transição de Normativo contabilístico		-	-	3.705	(3.705)	-	-
Resultado integral do período		-	-	-	-	16.511	16.511
		-	738	17.731	(3.705)	1.747	16.511
<b>Operações com detentores de capital no período</b>							
Realizações de capital	15	1.521.595	-	-	-	-	1.521.595
A 31 de dezembro de 2014		1.994.585	66.026	300.044	133.877	16.511	2.511.043

As notas das páginas 80 a 125 constituem parte integrante destas demonstrações financeiras apresentadas supra.

O Técnico Oficial de Contas,

O Conselho de Administração,

## Demonstrações de Fluxos de Caixa

milhares de euros (m€)			
		31 de dezembro	31 de dezembro
	Nota	2014	2013
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes		790.149	745.356
Pagamentos a fornecedores		(570.236)	(112.675)
Pagamentos ao pessoal		(34.758)	(38.509)
Caixa gerada pelas operações		185.155	594.172
Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento		(23.638)	(31.187)
Outros recebimentos/ pagamentos		(168.953)	(93.304)
<b>Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais</b>		<b>(7.436)</b>	<b>469.681</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		(1.270)	(586)
Ativos intangíveis		(653.973)	(635.981)
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis		1.352	736
Subsídios ao investimento		386	6.161
<b>Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento</b>		<b>(653.506)</b>	<b>(629.670)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos		-	702.628
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	15	793.210	8.990
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		(6.689)	(451.085)
Juros e gastos e similares		(66.878)	(105.652)
Outras operações de financiamento		-	(8.988)
<b>Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento</b>		<b>719.643</b>	<b>145.893</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período	14	16.881	30.978
Caixa e seus equivalentes no fim do período	14	75.583	16.881
<b>Variação de caixa e seus equivalentes</b>		<b>58.702</b>	<b>(14.096)</b>

As notas das páginas 80 a 125 constituem parte integrante destas demonstrações financeiras apresentadas supra.

O Técnico Oficial de Contas,

O Conselho de Administração,

## 15. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Os valores estão expressos em milhares de euros (m€) exceto quando expressamente indicado o contrário. É utilizada adicionalmente a sigla M€ para milhões de euros quando necessário.

### 1. Introdução

A EP — Estradas de Portugal, S.A. (de agora em diante “EP” ou “empresa”) é uma sociedade anónima de capitais públicos, resultante da transformação societária da EP — Estradas de Portugal, E. P. E., ocorrida com base no Decreto-Lei n.º 374/2007, de 7 de novembro.

A EP tem por objeto o financiamento, a conservação, a exploração, a requalificação e o alargamento das vias que integram a Rede Rodoviária Nacional, e ainda a conceção, projeto, construção, financiamento, conservação, exploração, requalificação e alargamento das vias que integram a Rede Rodoviária Nacional Futura.

A EP rege-se pelo Decreto-Lei n.º 374/2007, de 7 de novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 110/2009, de 18 de maio, pelos seus estatutos, publicados em anexo àquele diploma legal e que dele fazem parte integrante, pelo regime jurídico do setor público empresarial e empresas públicas consagrado no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, pelo Código das Sociedades Comerciais, pelos regulamentos internos bem como pelas normas especiais que lhe sejam aplicáveis.

Nos termos do n.º 1 do artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, a função acionista é exercida exclusivamente pelo Ministro de Estado e das Finanças, com faculdade de delegação, sem prejuízo da devida articulação com o Ministro da Economia.

A EP encontra-se matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa com o número de Identificação Fiscal 504 598 686 com sede em Praça da Portagem, Almada.

Em 23 de novembro de 2007, o Estado celebrou com a EP um contrato de concessão (doravante designado “contrato”) cujas bases foram aprovadas em anexo ao Decreto-Lei n.º 380/2007 de 13 de novembro, alterado pela Lei n.º 13/2008, de 29 fevereiro, pelo Decreto-Lei n.º 110/2009 de 18 de maio e pelo Decreto-Lei n.º 44-A/2010, de 5 de maio.

Este contrato, cujo terminus ocorre às 24h do dia 31 de dezem-

bro de 2082, tem como objeto a concessão pelo Estado Português à EP do seguinte:

- Concessão, construção, financiamento, conservação, exploração, requalificação e alargamento das vias que integram a Rede Rodoviária Nacional;
- Concessão, projeto, construção, financiamento, conservação, exploração, requalificação e alargamento das vias que integram a Rede Rodoviária Nacional Futura;
- Financiamento, exploração, conservação, requalificação e alargamento das vias que compõem a Rede Rodoviária Nacional ou a Rede Rodoviária Nacional Futura mas que integrem, igualmente, a Rede Concessionada, ficando no entanto estas responsabilidades sujeitas ao termo inicial dos contratos de concessão atualmente em vigor entre o Estado e terceiros. O termo inicial marca também o fim da assunção pela empresa de todos os pagamentos a efetuar pelo Estado e os recebimentos a arrecadar por este, no âmbito dos referidos contratos.

A EP não pode celebrar quaisquer negócios, tendo por objeto ativos da concessão, que possam vir a colocar em causa a efetiva e contínua afetação dos mesmos à prestação do serviço público, exceto quando existe necessidade de substituição, ou quando estes se venham a avaliar como desadequados para a realização das atividades de concessão, podendo ser cedidos ou alienados, mediante a aprovação do concedente. Os ativos da concessão reverterem para o Estado no final da concessão.

Pelo contrato de concessão, celebrado para vigorar desde 2008, durante 75 anos, são receitas próprias da EP, entre outras, as seguintes:

- As taxas de portagem nas vias portajadas;
- O produto da Contribuição de Serviço Rodoviário;
- Os rendimentos da exploração do estabelecimento da Concessão;
- Os rendimentos da exploração do empreendimento Concessionado.

A EP tem obrigações cotadas no *Open Market da Frankfurt Stock Exchange*.

As demonstrações financeiras da empresa e respetivas notas

deste anexo são apresentadas em milhares de euros, salvo indicação explícita em contrário, sendo esta a moeda funcional da empresa.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 9 de abril de 2015. É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da EP, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

## **2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

### **2.1. Base de preparação**

Estas demonstrações financeiras estão preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro adotadas pela União Europeia (de agora em diante “IFRS”) emitidas e em vigor ou emitidas e adotadas antecipadamente à data de 31 de dezembro de 2014.

Estas demonstrações financeiras foram preparadas segundo o custo histórico, exceto no que respeita aos instrumentos financeiros derivados, valorizados ao justo valor.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Empresa, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade,

ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na Nota 4.

## 2.2. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

Foram publicadas novas normas e alterações às normas anteriormente em vigor, como segue:

### i) Impacto de adoção de normas e interpretações que se tornaram efetivas a 1 de Janeiro de 2014:

#### Normas

- **IAS 32** (alteração), ‘Compensação de ativos e passivos financeiros. Esta alteração faz parte do projeto de “compensação de ativos e passivos” do IASB, o qual visa clarificar o conceito de “deter atualmente o direito legal de compensação”, e clarifica que alguns sistemas de regularização pelos montantes brutos (as câmaras de compensação) podem ser equivalentes à compensação por montantes líquidos. A adoção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da empresa.
- **IAS 36** (alteração), ‘Divulgação do valor recuperável para ativos não financeiros’. Esta alteração trata da divulgação de informação sobre o valor recuperável de ativos em imparidade, quando este tenha sido mensurado através do modelo do justo valor menos custos de vender. A adoção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da empresa.
- **IAS 39** (alteração), ‘Novação de derivados e continuidade da contabilidade de cobertura’. A alteração à IAS 39 permite que uma Entidade mantenha a contabilização de cobertura, quando a contraparte de um derivado que tenha sido designado como instrumento de cobertura, seja alterada para uma câmara de compensação, ou equivalente, como consequência da aplicação de uma lei ou regulamentação. A adoção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da empresa.
- **Alterações à IFRS 10, 12 e IAS 27**, - ‘Entidades de investimento’. A alteração define uma Entidade de investimento (‘Investment entities’) e introduz uma exceção à aplicação da consolidação no âmbito da IFRS 10, para as entidades que qua-

lifiquem como Entidades de investimento, cujos investimentos em subsidiárias devem ser mensurados ao justo valor através de resultados do exercício, por referência à IAS 39. Divulgação específicas exigidas pela IFRS 12. Esta alteração não é aplicável à EP.

### ii) Novas normas alterações a normas existentes e interpretações publicadas e aplicáveis obrigatoriamente, para os períodos anuais da empresa que se iniciem em, ou após, 1 de julho de 2014, ou em períodos posteriores, que a empresa não adotou antecipadamente:

#### Normas

- **IAS 1** (alteração) ‘Revisão às divulgações’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso da União Europeia. A alteração dá indicação relativamente à materialidade e agregação, a apresentação de subtotaís, a estrutura das demonstrações financeiras e a divulgação das políticas contabilísticas. A Gestão está a analisar os potenciais impactos de adoção futura, sendo que a Empresa irá aplicar esta alteração no início do período anual em que o mesmo se tornar efetivo.
- **IAS 19** (alteração) ‘Planos de benefícios definidos – Contribuições dos empregados’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de julho de 2014). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso da União Europeia. A alteração à IAS 19 aplica-se a contribuições de empregados ou entidades terceiras para planos de benefícios definidos, e pretende simplificar a sua contabilização, quando as contribuições são independentes do número de anos de serviço. Não é expectável que esta alteração venha a ter impacto nas Demonstrações Financeiras da Empresa.
- **IAS 16 e IAS 38** (alteração) ‘Métodos de cálculo de amortização e depreciação permitidos’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que a utilização de métodos de cálculo das depreciações/ amortizações de ativos com base no réditto obtido, não são por regra consideradas adequadas para a mensuração do padrão de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo. É de aplicação prospetiva. A Gestão está a analisar os

potenciais impactos de adoção futura, sendo que a Empresa irá aplicar esta alteração no início do período anual em que o mesmo se tornar efetivo.

- **IAS 16 e IAS 41** (alteração) - 'Agricultura: plantas que produzem ativos biológicos consumíveis' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração define o conceito de uma planta que produz ativos biológicos consumíveis, e retira este tipo de ativos do âmbito da aplicação da IAS 41 – Agricultura para a IAS 16 – Ativos tangíveis, com o consequente impacto na mensuração. Contudo, os ativos biológicos produzidos por estas plantas, mantêm-se no âmbito da IAS 41 – Agricultura. Esta alteração não é aplicável à empresa.

- **IAS 27** (alteração), 'Método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração permite que uma entidade aplique o método da equivalência patrimonial na mensuração dos investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, nas demonstrações financeiras separadas. Esta alteração é de aplicação retrospectiva. A nova norma não produz impactos ao nível das demonstrações financeiras da EP, a empresa somente prepara contas individuais.

- **Alterações à IFRS 10 e IAS 28**, 'Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e uma sua Associada ou Empreendimento conjunto' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que na venda ou contribuição de ativos entre um investidor e uma sua associada ou empreendimento conjunto, o ganho/perda apurado é reconhecido na totalidade quando os ativos transferidos constituem um negócio, e apenas parcialmente (na quota-parte detida por terceiros) quando os ativos transferidos não constituem um negócio. A nova norma não produz impactos ao nível das demonstrações financeiras da EP, a empresa somente prepara contas individuais.

- **Alterações às IFRS 10, 12 e IAS 28**, 'Entidades de in-

vestimento: aplicação da isenção à obrigação de consolidar' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que a isenção à obrigação de consolidar aplica-se a uma empresa holding intermédia que constitua uma subsidiária de uma entidade de investimento. Adicionalmente, a opção de aplicar o método da equivalência patrimonial, de acordo com a IAS 28, é extensível a uma entidade, que não é uma entidade de investimento, mas que detém um interesse numa associada ou empreendimento conjunto que é uma "Entidade de investimento". Não é expectável que esta nova norma venha a ter impacto nas Demonstrações Financeiras da EP.

- **IFRS 11** (alteração), 'Contabilização da aquisição de interesse numa operação conjunta' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração introduz orientação acerca da contabilização da aquisição do interesse numa operação conjunta que qualifica como um negócio, sendo aplicáveis os princípios da IFRS 3 – concentrações de atividades empresariais. Não é expectável que esta nova norma venha a ter impacto nas Demonstrações Financeiras da EP.

- **Melhorias às normas 2010 - 2012** (a aplicar, em geral, nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de julho de 2014). Estas melhorias ainda estão sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 e IAS 38. A empresa irá aplicar as melhorias às normas do ciclo 2010-2012 no período em que se tornarem efetivas.

- **Melhorias às normas 2011 – 2013**, (a aplicar na União Europeia nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2015). Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 3, IFRS 13, e IAS 40. A empresa irá aplicar as melhorias às normas do ciclo 2011-2013 no período em que se tornarem efetivas, exceto quanto às melhorias à IFRS 1 por a empresa já aplicar IFRS.

- **Melhorias às normas 2012 - 2014** (a aplicar, em geral, nos

exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Estas melhorias ainda estão sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34. Não é expectável que estas alterações venham a produzir impactos significativos nas demonstrações financeiras da EP.

- **IFRS 9** (nova) - 'Instrumentos financeiros' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. A IFRS 9 substitui os requisitos da IAS 39, relativamente: (i) à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros; (ii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber (através do modelo da perda esperada); e (iii) aos requisitos para o reconhecimento e classificação da contabilidade de cobertura. A empresa irá aplicar a IFRS 9 no exercício em que esta se tornar efetiva.

- **IFRS 14** (nova), 'Desvios tarifários' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta norma permite aos adotantes pela primeira vez das IFRS, que continuem a reconhecer os ativos e passivos regulatórios de acordo com a política seguida no âmbito do normativo anterior. Contudo para permitir a comparabilidade com as entidades que já adotam as IFRS e não reconhecem ativos / passivos regulatórios, os referidos montantes têm de ser divulgados nas demonstrações financeiras separadamente. Esta norma não se aplica à EP, por esta não exercer uma atividade regulada e por já ser um adotante das IFRS.

- **IFRS 15** (nova), 'Rédito de contratos com clientes' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma aplica-se apenas a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços, e exige que a entidade reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflete a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na "metodologia dos 5 passos". A empresa irá aplicar a IFRS 15 no exercício em que esta se tornar efetiva.

### Interpretações

- **IFRIC 21** (nova), 'Taxas do governo' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 17 de junho de 2014). A IFRIC 21 é uma interpretação à IAS 37 e ao reconhecimento de passivos, clarificando que o acontecimento passado que resulta numa obrigação de pagamento de uma taxa ou imposto (que não imposto sobre o rendimento - IRC) corresponde à atividade descrita na legislação relevante que obriga ao pagamento. A empresa irá aplicar a IFRIC 21 no exercício em que esta se tornar efetiva.

### 2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior.

### 3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

#### 3.1. Conversão cambial

##### i) Cotações utilizadas

Não ocorreram no exercício quaisquer operações em moeda diferente do Euro.

#### 3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização. Os custos incorridos com empréstimos obtidos para a construção de ativos tangíveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo. Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes

reparações, que façam aumentar a vida útil, ou a capacidade produtiva dos ativos são reconhecidos no custo do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, apenas quando for provável que os benefícios económicos futuros que lhe estão associados fluam para a entidade e quando o custo poder ser fiavelmente mensurado; a quantia escriturada da parte substituída é desreconhecida da Demonstração da posição financeira.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Os gastos a suportar com a desmontagem, desmantelamento ou remoção de ativos, quando se traduzam em montantes significativos, serão considerados como parte do custo inicial dos respetivos ativos.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações nos restantes ativos são calculadas utilizando o método das quotas constantes. As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	Anos
Edifícios e outras construções	Entre 10 e 50 anos
Equipamento básico	Entre 5 e 8 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Ferramentas	Entre 4 e 8 anos
Equipamento administrativo	Entre 3 e 8 anos
Outros ativos tangíveis	Entre 1 e 10 anos

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico líquido de depreciações do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do rendimento integral.

### 3.3. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são imóveis (terrenos, edifícios ou partes de edifícios) detidos com o objetivo de valorização do capital, obtenção de rendas, ou ambas. As propriedades

de investimento foram inicialmente valorizadas ao custo, sendo valorizadas subsequentemente de acordo com o modelo de custo, o qual é aplicado a todos os ativos classificados como propriedades de investimento. As propriedades de investimento são depreciadas pelo método das quotas constantes, conforme a vida útil atribuída.

### 3.4. Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos e mensurados consoante as transações que lhe deram origem, conforme os parágrafos abaixo:

#### Reconhecimento inicial

A EP, através da aplicação da IFRIC 12 considera que o ativo resultante do Direito de Exploração que lhe foi atribuído pelo Contrato de Concessão com o Estado classifica como um ativo intangível.

O Direito de Concessão foi reconhecido por efeito de uma Concentração de Atividades Empresariais, aquando da alteração do objeto social da empresa conforme explicado na Nota 1. O registo inicial foi mensurado ao montante atribuído ao Direito de Concessão no Contrato de Concessão da EP e posteriores alterações indicadas na Nota 1.

O reconhecimento do Direito de Concessão originou o registo de uma diferença de integração negativa pelo desreconhecimento das diferentes componentes da Rede Rodoviária Nacional, constantes na Demonstração da posição financeira de abertura da empresa. Esta diferença de integração foi deduzida ao Direito de Concessão.

Os restantes ativos intangíveis resultam de transações de aquisição separadas e o seu custo reflete:

- O preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e os impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos;
- Qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

### Reconhecimento subsequente

A empresa valoriza os seus ativos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo Modelo do Custo, conforme definido pela IAS 38 – Ativos Intangíveis.

O Direito de Concessão é aumentado pelo desenvolvimento da atividade de gestão da rede de infraestrutura rodoviária nacional que inclui, nomeadamente, a construção, financiamento e exploração da Rede Rodoviária Nacional (que inclui a Rede Concessionada) bem como da Rede Rodoviária Nacional Futura, o que pode acontecer mediante a:

#### (i) Prestação de serviços de construção

É aumentado aquando da conclusão de cada componente significativa da Rede Rodoviária Nacional Futura, pelo seu valor de execução. A construção pode ocorrer mediante construção direta da empresa ou mediante subconcessão.

Até à conclusão de cada componente, é reconhecido como ativo intangível em curso a proporção do valor da execução esperada da obra, mediante a aplicação do método da percentagem de acabamento que é apurado com base na evolução física real de cada obra.

Dispêndios efetuados pela empresa relativos ao lançamento de concursos de subconcessão são reconhecidos como ativos intangíveis, até ao momento em que a natureza do dispêndio efetuado seja faturada à subconcessionária.

Os gastos com financiamentos associados à construção têm o tratamento definido na Nota 3.5.

#### (ii) Aquisição de direitos futuros sobre a Rede Concessionada

É aumentado pelos pagamentos, líquidos de recebimentos, relativos às Concessões, acumulados efetuados até ao momento do termo inicial de cada concessão, data a partir da qual a empresa tem direito aos benefícios económicos subjacentes ao respetivo troço.

Até ao termo inicial, são registados em ativo intangível em curso quando despendidos.

Os custos com financiamentos associados a esta aquisição têm o tratamento definido na Nota 3.5.

O Contrato de Concessão da EP apresenta as seguintes definições para os 3 componentes fundamentais do Empreendimento da Concessão:

**“Rede Concessionada** — Designa as vias que integram a Rede Rodoviária Nacional e que se encontram, na data de assinatura do Contrato de Concessão, sujeitas a um Contrato de Concessão do Estado ou aquelas que o Estado incluiu em concurso público ainda pendente, na mesma data, com vista ao respetivo concessãoamento;”

**“Rede Rodoviária Nacional** — Designa aqueles Itinerários Principais, Itinerários Complementares, Estradas Nacionais e Estradas Regionais, previstos no PRN 2000, que se encontram em serviço ou cuja construção teve já início à data da assinatura do Contrato de Concessão. Considera-se iniciada a construção dos Itinerários Principais, Itinerários Complementares, Estradas Nacionais e Estradas Regionais previstos no PRN 2000 a partir do momento em que se encontrar outorgado pelo Estado, ou pela EP — Estradas de Portugal, S. A., o contrato tendente à sua construção;”

**“Rede Rodoviária Nacional Futura** — Designa aqueles Itinerários Principais, Itinerários Complementares, Estradas Nacionais e Estradas Regionais, previstos no PRN 2000 ou nos diplomas que o venham a modificar ou substituir e que entrem em vigor até 5 (cinco) anos antes do termo de vigência do Contrato de Concessão, que não se encontram construídos à data da assinatura do Contrato de Concessão. Considera-se que não estão construídos os Itinerários Principais, Itinerários Complementares, Estradas Nacionais e Estradas Regionais previstos no PRN 2000 para cuja construção não foi outorgado, pelo Estado ou pela EP — Estradas de Portugal, S. A., à data de assinatura do Contrato de Concessão, o respetivo contrato;”

### Amortização

A EP amortiza o Direito de Concessão com base na sua melhor estimativa sobre o padrão de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo, o qual assenta no método de unidade

de produção, como definido pela IFRIC 12.

A unidade de produção corresponde à melhor estimativa de proveitos inerentes aos réditos diretamente associados aos direitos já adquiridos pela empresa, o que exclui as receitas relativas à atividade de cobrança de portagens antes dos termos iniciais das concessões subjacentes.

Eventuais alterações de estimativas são corrigidas prospectivamente, afetando o valor das amortizações de exercícios futuros.

O valor amortizável do Direito de Concessão, revisto anualmente de acordo com as melhores expectativas da empresa, corresponde ao montante total global dos custos incorridos e responsabilidades assumidas no âmbito da concessão geral da infraestrutura rodoviária nacional.

Os restantes ativos intangíveis são amortizados numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante a vida útil estimada.

### **3.5. Capitalização de custos de financiamentos obtidos**

A empresa capitaliza os encargos financeiros associados à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis.

A EP considera como ativo qualificável todos aqueles que demorem um período superior a 12 meses a ficarem concluídos para o seu uso pretendido, sendo o ativo qualificável mais significativo o Direito de Concessão sobre a rede de infraestrutura viária. Qualquer componente da Rede Rodoviária Nacional ou da Rede Rodoviária Nacional Futura é considerado um componente desse mesmo ativo qualificável, desde que a duração estimada da sua construção seja superior a doze meses.

Os componentes do Direito de Concessão que qualificam para a capitalização de gastos de empréstimos são essencialmente os resultantes da:

#### **(i) Prestação de serviços de construção**

A prestação de serviços de construção dura habitualmente mais de 1 ano pelo que os encargos associados aos financiamentos obtidos para a sua concretização são considerados elegíveis, independentemente de os serviços serem prestados diretamente pela EP ou mediante subconcessão.

#### **(ii) Aquisição de direitos futuros sobre a Rede Concessionada**

Os pagamentos efetuados por conta da aquisição de direitos futuros sobre a Rede Concessionada até ao termo inicial de cada troço da atual Rede Concessionada.

Os encargos financeiros diretos são considerados como custo do componente especificamente financiado. Sempre que não existam financiamentos diretamente atribuíveis a cada componente da rede em curso, é utilizada uma taxa média ponderada dos financiamentos ativos durante o período a qual é aplicada aos dispêndios ocorridos com o desenvolvimento da referida rede.

Não são considerados para efeitos do cálculo da base para a capitalização dos gastos de financiamento obtidos os componentes que foram construídos com recurso a subsídios ou que estão em condições de entrar em funcionamento, independentemente da conclusão da empreitada em que se inserem.

### **3.6. Imparidade de ativos**

A empresa realiza os testes de imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras não seja recuperável.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso.

As reversões de perdas de imparidade são realizadas na medida em que as razões que levaram a empresa a contabilizá-las em primeiro lugar deixarem de existir.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospectiva-

mente de acordo com o valor recuperável.

As perdas por imparidade e as suas reversões são reconhecidas na demonstração do rendimento integral.

### 3.7. Ativos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos ativos financeiros na data do reconhecimento inicial de acordo com o objetivo da sua compra, reavaliando esta classificação a cada data de relato.

Os ativos financeiros podem ser classificados como:

- i) Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados – incluem os ativos financeiros, derivados, detidos para negociação respeitantes a investimentos de curto prazo, e ativos designados ao justo valor por via de resultados à data do reconhecimento inicial. São reconhecidos inicialmente pelo justo valor, sendo os custos da transação reconhecidos em resultados. Estes ativos são mensurados subsequentemente ao justo valor, sendo os ganhos e perdas resultantes da alteração do justo valor reconhecidos nos resultados do período em que ocorrem na rubrica de “Variações de justo valor”.
- ii) Empréstimos concedidos e contas a receber – inclui os ativos financeiros, não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado ativo. São classificados na demonstração da posição financeira como “Clientes” e “Outras contas a receber” (Nota 11), e são reconhecidos ao custo amortizado usando a taxa de juro efetiva, deduzidos de qualquer perda de imparidade. O ajustamento por imparidade das contas a receber é efetuado quando existe evidência objetiva de que a EP não irá receber os montantes em dívida de acordo com as condições iniciais das transações que lhe deram origem. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração do rendimento integral em “Imparidade de dívidas a receber”, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso os indicadores de imparidade diminuam ou deixem de existir.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investi-

mentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

### 3.8. Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes são classificados como detidos para venda se é expectável que o seu valor contabilístico venha a ser recuperado através da venda e não através do seu uso continuado. Esta condição só se considera cumprida no momento em que a venda seja muito provável e o ativo esteja disponível para venda imediata nas condições atuais. Adicionalmente devem estar em curso ações que permitam concluir ser expectável que a venda se venha a realizar no prazo de 12 meses após a data de classificação nesta rubrica. Os ativos não correntes classificados como detidos para venda são mensurados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido de gastos de venda, não sendo amortizados a partir do momento da sua classificação como detidos para venda.

### 3.9. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados na Demonstração da posição financeira, no passivo corrente, na rubrica “Financiamentos obtidos”.

### 3.10. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os gastos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

### 3.11. Passivos financeiros

A IAS 39 prevê a classificação dos passivos financeiros em duas categorias:

- i) Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados;
- ii) Outros passivos financeiros

Os Outros passivos financeiros incluem os “Financiamentos obtidos” (Nota 19), “Suprimentos” (Nota 20), “Outras contas a pagar” (Nota 21) e “Fornecedores” (Nota 22).

Os Financiamentos obtidos e Suprimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido dos custos de transação incorridos. Os financiamentos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração do rendimento integral ao longo do período do financiamento, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os passivos classificados como “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são reconhecidos inicialmente ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

Os passivos financeiros são classificados como passivo corrente, exceto se existir direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do relato financeiro, sendo neste caso classificados no passivo não corrente. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

### 3.12. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração do rendimento integral, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da empresa estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando ocorram prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados

ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da empresa dos anos de 2011 a 2014 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base na Demonstração da posição financeira, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data da Demonstração da posição financeira, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

São reconhecidos impostos diferidos ativos sempre que exista razoável segurança de que serão gerados lucros futuros contra os quais poderão ser utilizados. Os impostos diferidos ativos são revistos periodicamente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

### 3.13. Benefícios aos empregados

A EP concedeu pensões de reforma antecipada temporária e complementos de pensões de reforma e sobrevivência a um universo restrito e fechado de colaboradores.

Estes complementos de vencimentos de pós emprego são pagos pela Caixa Geral de Aposentações aos colaboradores e debitados por esta à EP até os mesmos colaboradores estarem em condições para serem reformados pela lei geral.

As responsabilidades com o pagamento das referidas prestações são revistas anualmente. O valor presente da obrigação é determinado utilizando o método das rendas vitalícias imediatas, pelo desconto dos pagamentos futuros dos benefícios que são perfeitamente identificáveis, utilizando a taxa de juro de obrigações de rating elevado denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com uma maturidade que se aproxima das da responsabilidade assumida.

O passivo reconhecido na Demonstração da posição financeira corresponde ao valor presente da obrigação do benefício determinado à data da Demonstração da posição financeira.

### 3.14. Provisões

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da responsabilidade em causa.

### 3.15. Subsídios e apoios do Governo

Os subsídios recebidos do Estado português e da União Europeia são reconhecidos pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que as condições para o recebimento do subsídio serão cumpridas.

Os subsídios não reembolsáveis obtidos pelo investimento em ativos fixos tangíveis e intangíveis são reconhecidos como um proveito diferido.

Os subsídios são subsequentemente creditados na demonstração do rendimento integral numa base pro-rata da depreciação/amortização dos ativos a que estão associados, sendo registados na rubrica de “Outros rendimentos e ganhos”.

Subsídios à exploração não reembolsáveis são reconhecidos na demonstração do rendimento integral no mesmo período em que os gastos associados são incorridos.

### 3.16. Locações

Locações de ativos fixos tangíveis, relativamente às quais a EP detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificadas como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são

reconhecidas como custo na demonstração do rendimento integral numa base linear, durante o período da locação.

### 3.17. Gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

### 3.18. Rédito

O rédito da empresa no âmbito da Concessão acordada com o Estado está definido no respetivo Contrato de Concessão e contempla essencialmente:

#### (i) Contribuição do Serviço Rodoviário (CSR)

A CSR criada pela Lei nº 55/2007, de 31 de agosto, constitui a contraprestação paga pelos utilizadores pelo uso da rede rodoviária nacional e incide sobre a gasolina, gasóleo rodoviário e sobre o GPL (a partir de 2014), sujeitos ao imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP) e dele não isento.

O encaixe financeiro é realizado com um desfasamento de cerca de dois meses relativamente à data de cobrança, pelo que se procede à especialização do rédito do exercício.

#### (ii) Outros Réditos decorrentes do Contrato de Concessão

Para a prossecução do seu objeto social a empresa tem de proceder à prestação de serviços de construção no âmbito do desenvolvimento da rede de infraestrutura rodoviária nacional.

O resultado da construção de cada nova componente da Rede de Infraestrutura Rodoviária Nacional é registado, de acordo com o método da percentagem de acabamento.

O montante de rédito a reconhecer resulta do produto entre a percentagem de acabamento e o valor total da obra. O valor

total da obra é o montante acordado com o Concedente (Estado) ou, não estando acordado, é o resultado do somatório das componentes de gastos específicos à obra em causa quer internos ou externos.

O valor a receber resultante da prestação de serviços de construção, no âmbito da Concessão, é permutado pelo Direito de Concessão conforme referido na Nota 23.

No caso em que o valor total da obra esteja acordado com o Concedente, sempre que o somatório dos gastos específicos incorridos e a incorrer excederem o rédito acordado, é imediatamente reconhecida em resultados a perda estimada.

#### **(iii) O valor das taxas de portagem – Estradas em administração própria ou subconcessionada**

A atividade de cobrança de portagens sobre as vias da rede sob administração própria ou subconcessionada é reconhecida nos resultados do ano de acordo com as portagens reais do período, dado que se tratam de portagens em vias onde o Direito de exploração da Concessão pela EP já é pleno.

#### **(iv) O valor das taxas de portagem – Estradas em administração concessionada**

A atividade de cobrança de portagens sobre as vias da Rede Concessionada é reconhecida de acordo com as portagens reais do período sendo que o valor resultante desta atividade é deduzido ao investimento da EP na aquisição dos direitos sobre essa mesma rede Concessionada de acordo com o estipulado no Contrato de Concessão da EP com o Estado Português.

### **3.19. Instrumentos financeiros derivados**

A EP utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos e/ou otimizar os gastos de financiamento.

Os critérios utilizados pela EP para classificar os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa são os seguintes:

- Espera-se que a cobertura seja altamente eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao

risco coberto;

- A eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- Existe adequada documentação sobre a transação a ser coberta no início da cobertura;
- A transação objeto de cobertura é altamente provável.

A EP utiliza instrumentos financeiros com objetivo de cobertura de fluxos de caixa que respeitam, essencialmente, a coberturas de taxa de juro de financiamentos obtidos que, contudo, não configuram relações perfeitas de cobertura e, portanto, não receberam tratamento de contabilização de cobertura, mas que permitem mitigar, de forma muito significativa, o efeito de variações de taxa de juro dos financiamentos a pagar em relação aos quais a EP pretende cobrir o risco de taxa de juro. Os instrumentos derivados, embora contratados com os objetivos atrás referidos em relação aos quais a empresa não aplicou contabilidade de cobertura são registados ao justo valor, sendo as variações subsequentes registadas diretamente nas rubricas de Resultados financeiros da demonstração do rendimento integral.

### **3.20. Política contabilística para Justo valor de ativos e passivos**

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo, se existir um mercado ativo, a cotação de mercado é aplicada. Este constitui o nível 1 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 13 – Meduração do justo valor.

No caso de não existir um mercado ativo, o que é o caso para alguns ativos e passivos financeiros, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado. Este constitui o nível 2 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 13.

A EP aplica técnicas de valorização para os instrumentos financeiros não cotados, tais como derivados. Os modelos de valorização que são utilizados mais frequentemente são modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções que incorporam informação de mercado como as curvas de taxa de juro.

Para alguns tipos de instrumentos financeiros mais complexos, são utilizados modelos de valorização mais avançados contendo pressupostos e dados que não são diretamente observáveis em mercado, para os quais a EP utiliza estimativas e pressupostos internos. Este constitui o nível 3 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 13.

### 3.21. Entidades relacionadas

A revisão do IAS 24 – Divulgações de entidades relacionadas veio estabelecer a obrigatoriedade de divulgar as transações existentes com o Estado, e com entidades que sejam consideradas relacionadas, pelo facto de serem igualmente detidas pelo Estado. Consideram-se partes relacionadas, as entidades em relação às quais a EP, direta ou indiretamente através de um ou mais intermediários, controle, seja controlada ou estiver sob o controlo comum. São também partes relacionadas as entidades nas quais a EP tenha um interesse que lhe confira influência significativa. A EP adotou a exceção permitida pela norma, para as entidades públicas, de divulgar apenas as transações mais significativas (ver nota 35).

### 3.22. Relato por segmentos

Um segmento operacional é uma componente de uma entidade:

- i) Que desenvolve atividades de negócio de que obtém réditos e pelas quais incorre em gastos (incluindo réditos e gastos relacionados com transações com outras componentes da mesma entidade);
- ii) Cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo Conselho de Administração para efeitos de tomada de decisão sobre a imputação de recursos ao segmento e da avaliação do seu desempenho;

O Conselho de Administração, principal responsável pela tomada de decisão, analisa na sua tomada de decisão não apenas os elementos dos resultados operacionais mas também o investimento a realizar na constituição dos ativos de cada segmento.

A empresa apresenta como segmentos operacionais, a “Operação e Manutenção”, “Construção Própria”, “Concessões” e

“Subconcessões”.

O Contrato de Concessão é refletido nas contas da EP como um direito de exploração único e indivisível que representa a rede rodoviária nacional e não um conjunto de vias individualizadas.

Em termos de informação de gestão, analisada pelo CA as áreas de negócio da EP são agregadas da seguinte forma:

- **Operação e manutenção:** atividade relacionada com a gestão e conservação das vias e obras de arte e melhoria da segurança da rede rodoviária sob gestão direta da EP;
- **Construção própria:** atividade relacionada com obras de construção e requalificação de vias e obras de arte sob gestão direta da EP;
- **Concessões:** atividade relacionada com a gestão dos Contratos de Concessão do Estado Português;
- **Subconcessões:** atividade relacionada com a gestão dos Contratos de Subconcessão da EP.

### 3.23. Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros das Estradas de Portugal são compensados, sendo o saldo líquido apresentado na demonstração da posição financeira, quando existe um direito legal exercível de compensação, e quando existe uma intenção da parte da empresa em liquidar em base líquida, ou realizar o ativo e saldar o passivo em simultâneo. O direito legal exercível não é contingente face a eventos futuros, e é exercível no decurso normal da actividade as Estradas de Portugal, ou mesmo perante um evento de insolvência/falência da empresa, ou da contraparte.

## 4. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da empresa são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

#### 4.1. Estimativas contabilísticas relevantes

##### i) Ativos intangíveis

A EP amortiza o seu Direito de Concessão pelo método das unidades equivalentes conforme descrito na nota 3.4, sendo essa amortização portanto baseada na estimativa da totalidade dos rendimentos a gerar pela Concessão até ao seu termo e na valorização da totalidade dos investimentos a efetuar pela EP.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do sector ao nível internacional.

##### ii) Padrão estimado das receitas

O montante e o momento da ocorrência das receitas futuras são essenciais para determinar o método das unidades equivalentes, no qual assenta o cálculo da amortização do Direito de Concessão.

Este padrão é estimado com base no histórico recente e nas melhores perspetivas da Administração da EP para o futuro, tendo a mesma base de apuramento das receitas introduzidas no modelo financeiro plurianual do plano K16, com as alterações consideradas nas alíneas abaixo.

Procedeu-se, igualmente, a uma análise de sensibilidade à evolução das receitas da EP ao longo da vida do Contrato e seu impacto nas amortizações do exercício. As análises realizadas foram:

a) Considerou-se que o crescimento real das receitas de portagem após o termo inicial dos contratos de concessão seria de 0% e o crescimento real da CSR seria de acordo com o estima-

do pela DGEG (Direção Geral de Energia e Geologia) de 2016 a 2020 e após 2021 seria de 0%, mantendo-se o crescimento de acordo com o IPC. Considerou-se crescimentos reais de 0% na A21 a partir de 2016. Para o Túnel do Marão consideram-se os valores previstos nos estudos de tráfego até 2041 e crescimentos reais de 0% após 2042;

b) Considerou-se que o crescimento real das receitas de portagem após o termo inicial dos Contratos de Concessão seria de 1% até 2039 e 0% após 2040 e o crescimento real da CSR seria de acordo com o estimado pela DGEG de 2016 a 2020 e após 2021 seria de 0,5%, mantendo-se o crescimento de acordo com o IPC. Considerou-se crescimentos reais de 1% na A21 de 2016-2039 e de 0% após 2040. Para o Túnel do Marão consideram-se os valores previstos nos estudos de tráfego até 2041 e crescimentos reais de 0% após 2042;

c) Considerou-se que o crescimento real das receitas de portagem após o termo inicial dos Contratos de Concessão seria de 1% e o crescimento real da CSR seria de acordo com o estimado pela DGEG de 2016 a 2020 e após 2021 seria de 1%, mantendo-se o crescimento de acordo com o IPC. Considerou-se crescimentos reais de 1% na A21 a partir de 2016. Para o Túnel do Marão consideram-se os valores previstos nos estudos de tráfego até 2041 e crescimentos reais de 1% após 2042.

O resultado das diferentes análises no exercício de 2014 é apresentado no seguinte quadro:

#### Análise sensibilidade Crescimento CSR e Portagens

	milhões de euros (M€)		
	Cenário a)	Cenário b)	Cenário c)
Amortizações do Exercício	180,0	162,4	126,9
Amortizações de Subsídios	(50,2)	(46,5)	(39,0)
	129,7	115,9	88,0
Diferença face ao cenário a)		(13,9)	(41,8)

Por questão de prudência e como efetuado em período anteriores, dado que se trata de uma série muito longa, considerou-se para o cálculo das amortizações o cenário a), que representa um crescimento real de 0% das receitas de portagem após o termo inicial dos Contratos de Concessão e da CSR após 2020, mantendo-se o crescimento de acordo com o IPC, conforme revisto e aprovado pelo Conselho de Administração em julho

de 2014. Ver nota 9.

### iii) Conservação periódica de estradas e obras de arte

Com base em levantamentos técnicos de necessidades de reparação e do controlo de um índice de qualidade médio das vias e obras de arte é apurado um custo anualizado necessário para a manutenção programada a desenvolver que permita, de acordo com o estipulado no Contrato de Concessão da EP, a manutenção do índice de qualidade médio da rede nos valores em que a mesma foi recebida.

### iv) Provisões

A empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

As provisões resultantes de processos judiciais em curso são avaliadas periodicamente pelos advogados internos e externos à EP responsáveis pelos processos em causa.

Relativamente à Provisão para Estradas Desclassificadas, a EP faz um levantamento exaustivo das estradas desclassificadas ainda sobre a sua responsabilidade e verifica, com base em análises técnicas sobre o custo de intervenção de preparação das mesmas para entrega aos municípios, se o valor de provisão registado é o adequado.

Em resultado da evolução do processo do IVA descrito na nota 12 foi constituída uma provisão para o processo do IVA que se estima ser o impacto de uma decisão desfavorável à EP que equivale à totalidade do IVA deduzido pela EP em atividades financiadas pela CSR.

### v) Construção por via de Subconcessões

A construção por via de Contratos de Subconcessão é registada refletindo a evolução física da obra com base em informação da percentagem de acabamento da obra obtida junto das subcon-

cessionárias e validada pela EP.

### vi) Impostos sobre o rendimento

São reconhecidos ativos por impostos diferidos apenas quando existe forte segurança de que existirão resultados e matéria coletável futura disponível para a utilização das diferenças temporárias, ou quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os impostos diferidos ativos sejam revertidos. A avaliação dos ativos por impostos diferidos é avaliada pela Gestão no final de cada período de relato, tendo em conta a expectativa de performance da EP no futuro. Os impostos diferidos são determinados com base na legislação fiscal em vigor, ou em legislação publicada para aplicação futura. As alterações na legislação fiscal podem influenciar o valor dos impostos diferidos, sendo um aspeto analisado cuidadosamente pela Gestão.

## 4.2. Principais julgamentos na aplicação de políticas contabilísticas relevantes

### i) Valor amortizável do Direito de Concessão

O montante a considerar como valor amortizável do Direito de Concessão implica a assunção de montantes de execução de obras e manutenção programada até ao termo da concessão.

As alterações entre os valores planeados, contratados e executados podem variar por diversos fatores exógenos à empresa com impacto no montante de amortização a registar no futuro.

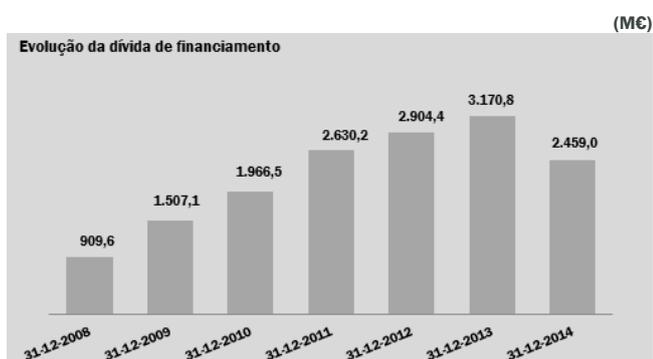
## 5. Política de gestão do risco

### 5.1. Risco Financeiro

A atividade da EP está exposta a uma variedade de fatores de risco financeiro, incluindo os efeitos de alterações de preços de mercado, risco de liquidez e riscos de fluxos de caixa associados à taxa de juro, entre outros.

A gestão do risco financeiro é controlada pela Direção Financeira de acordo com as diretrizes recebidas da Tutela e as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração.

A EP iniciou o seu endividamento em meados de 2005, tendo o seu financiamento evoluído da seguinte forma:



Durante o ano de 2014, o endividamento líquido da EP excluindo especializações reduziu 712M€, resultante da conversão de suprimentos em capital. As novas necessidades de financiamento foram igualmente supridas por aumentos de capital.

A EP não tem ativos ou passivos em moedas que não o Euro, pelo que não tem riscos de câmbio associados à sua atividade.

## 5.2. Risco de liquidez

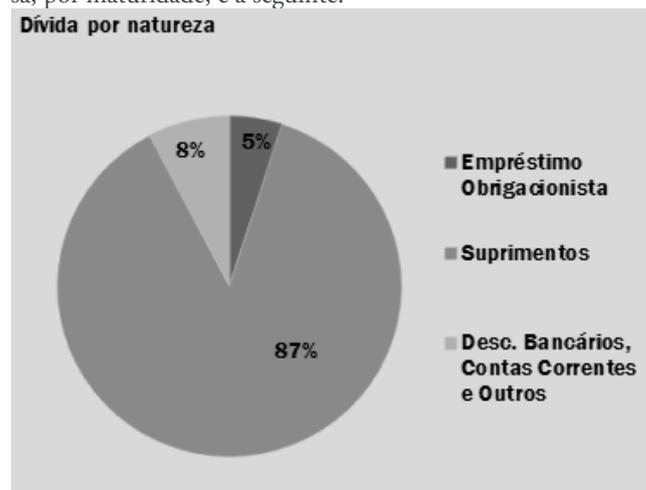
A gestão risco de liquidez implica a manutenção de um nível adequado de caixa e equivalentes de caixa para fazer face às responsabilidades assumidas e procurar adequar a maturidade dos passivos aos ativos da empresa.

Durante o período compreendido entre 2005 e 2007, a dívida bancária da EP era constituída por linhas de crédito de curto prazo, nomeadamente por descobertos bancários e contas correntes. A partir de 2008, converteram-se algumas destas linhas em Programas de Papel Comercial e negociaram-se novas linhas de crédito.

No final de 2009, a EP integrou, na sua dívida, a componente de médio/longo prazo, através da contratação junto do Banco Europeu de Investimento de um financiamento a 20 anos. Em meados de julho de 2010, a EP reforçou esta componente, ao emitir um empréstimo obrigacionista de 125M€, também pelo período de 20 anos, diversificando tanto as entidades financiadoras como os instrumentos de financiamento. Desde 2011 que a EP tem vindo a receber suprimentos do acionista, tendo o valor de suprimentos ascendido a 2.877m€ no final

de 2013, representando cerca de 90% do endividamento da EP. Em 2014 foi alterada a estratégia de financiamento da EP pelo acionista, tendo este passado a ser assente em aumentos de capital, pelo que os reembolsos de suprimentos devidos foram convertidos em capital, tendo estes descido para 2.221M€.

Em 31 de dezembro de 2014, a repartição da dívida da empresa, por maturidade, é a seguinte:



(m€)

31-12-2014	Corrente	Não corrente		Total
	Até um ano	Entre 2 e 5 anos	Superior a 5 anos	
Financiamentos obtidos	25.775	99.522	354.681	479.978
Suprimentos	818.068	1.395.821	119.158	2.333.046
<b>Total</b>	<b>843.843</b>	<b>1.495.343</b>	<b>473.839</b>	<b>2.813.024</b>

(m€)

31-12-2013	Corrente	Não corrente		Total
	Até um ano	Entre 2 e 5 anos	Superior a 5 anos	
Financiamentos obtidos	19.978	100.693	379.122	499.793
Suprimentos	728.505	2.092.008	241.039	3.061.551
<b>Total</b>	<b>748.483</b>	<b>2.192.701</b>	<b>620.161</b>	<b>3.561.344</b>

Os quadros anteriores correspondem aos valores a pagar referentes aos financiamentos e suprimentos contratados e desembolsados, incluindo os juros que a EP prevê pagar referentes

aos mesmos.

Os restantes exfluxos financeiros significativos são os referentes aos pagamentos de Contratos de Concessão e Subconcessão, que se encontram apresentados pelo seu valor anual até 2050 na nota 33, período que engloba a totalidade da vida dos atuais contratos.

### 5.3. Risco de taxa de juro

#### Juros suportados e instrumentos de cobertura de risco

No gráfico seguinte indicam-se os montantes de juros de financiamento pagos entre os anos de 2008 e de 2014:



Durante o ano de 2010, a EP contratou um instrumento financeiro derivado, SWAP taxa de juro com maturidade de 15 de julho de 2030 e que tinha como montante subjacente 125M€, que se destinou a minimizar o risco de exposição a variação de taxa de juro. Este SWAP encontrava-se mesurado pelo seu justo valor e foi liquidado antecipadamente em junho de 2013, não tendo a EP qualquer SWAP ativo à data de 31 de dezembro de 2014.

(m€)			
31-12-2014	Taxa variável	Taxa fixa	Total
Financiamentos obtidos	-	319.133	319.133
Suprimentos	-	2.215.578	2.215.578
	-	<b>2.534.711</b>	<b>2.534.711</b>

(m€)			
31-12-2013	Taxa variável	Taxa fixa	Total
Financiamentos obtidos	-	326.493	326.493
Suprimentos	-	2.861.978	2.861.978
	-	<b>3.188.471</b>	<b>3.188.471</b>

Dada a natureza dos ativos a financiar e à modalidade de financiamento que tem estado disponível à EP, a totalidade dos financiamentos apresenta a 31 de dezembro de 2014 taxas de remuneração fixas, pelo que a exposição da EP ao risco flutuação/variação de taxa de juro é atualmente muito limitado.

### 5.4. Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar as suas obrigações contratuais. As receitas da EP resultam principalmente da Contribuição de Serviço Rodoviário (CSR) que é cobrada e entregue à EP pela Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) e das portagens que apresentam uma base de cliente diversificada e composta por operações de reduzido valor pelo que a EP não tem riscos de crédito significativos.

Durante o ano de 2014, a EP cumpriu o previsto no artigo 17º da Lei nº12-A/2010, de 30 de junho, ao nível do Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, segundo o qual "... as entidades que integram o Setor Empresarial do Estado, ..., devem manter as suas disponibilidades e aplicações financeiras junto do IGCP, I.P. ..." pelo que considera que os seus depósitos não têm um risco de crédito associado significativo.

### 5.5. Gestão do capital

O objetivo da EP em relação à gestão de capital é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da Demonstração da posição financeira. Nesta fase de investimento do Contrato de Concessão da EP, em que anualmente se tem registado um aumento do endividamento, este tem sido e deverá continuar a ser acompanhado com periódicos aumentos de capital.

No decorrer do ano de 2014 as necessidades de financiamento da EP foram supridas por aumentos de capital e os reembolsos

previstos dos suprimentos contratados foram liquidados através da conversão em capital, quer do valor do reembolso contratado, quer dos juros vencidos à data do pagamento dos mesmos.

O previsto, quer no orçamento da EP para 2015, quer no Orçamento de Estado para 2015, é que no ano de 2015 ocorram diversos aumentos de capital para suprir as elevadas necessidades de financiamento da EP em resultado do seu elevado nível de investimento.

## 6. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

A empresa não procedeu i) a alterações das políticas contabilísticas para os períodos apresentados, ii) alterações de estimativas contabilísticas que se espere que produzam efeitos em períodos futuros, iii) correção de erros de períodos anteriores.

## 7. Relato por segmentos

A empresa apresenta como segmentos operacionais, a “Operação e Manutenção”, “Construção Própria”, “Concessões” e “Subconcessões”.

O Contrato de Concessão é refletido nas contas da EP como um direito de exploração único e indivisível que representa a rede rodoviária nacional e não um conjunto de vias individualizadas.

Em termos de informação de gestão, analisada pelo CA, os diferentes segmentos operacionais definidos, comportam as seguintes atividades:

- **Operação e manutenção:** atividade relacionada com a gestão e conservação das vias e obras de arte e melhoria da segurança da rede rodoviária sob gestão direta da EP;
- **Construção própria:** atividade relacionada com obras de construção e requalificação de vias e obras de arte sob gestão direta da EP;
- **Concessões:** atividade relacionada com a gestão dos Contratos de Concessão do Estado Português;

- **Subconcessões:** atividade relacionada com a gestão dos Contratos de Subconcessão da EP.

## Resultados

Apresentam-se de seguida os Resultados para os exercícios de 2014 e 2013 por segmento operacional:

Segmento Operacional					(M€)	
	2014	2013	2014		2013	
	Ganhos e Rend. Operacionais		EBITDA	Margem EBITDA	EBITDA	Margem EBITDA
Operação e Manutenção	540	518	383	71%	343	66%
Construção Própria	25	4	0	0%	0	0%
Concessões	314	307	85	27%	94	31%
Subconcessões	75	288	32	42%	79	28%
Não alocado	7	3	-12	-169%	-14	-430%
<b>Total</b>	<b>961</b>	<b>1.120</b>	<b>489</b>	<b>50,5%</b>	<b>503</b>	<b>45%</b>
Amortizações Líq. Subsídios			(133)		(152)	
<b>EBIT</b>			<b>356</b>		<b>351</b>	
Resultados Financeiros			(332)		(325)	
<b>RAI</b>			<b>23</b>		<b>26</b>	
Impostos sobre o Rendimento			(7)		(11)	
<b>Resultado Líquido do Período</b>			<b>17</b>		<b>15</b>	

Em 2014 verificou-se uma redução dos rendimentos da EP principalmente devido à redução dos ganhos obtidos com a construção de subconcessões que ascendeu a 75M€ em 2014 face aos 288M€ em 2013. Esta redução traduz a fase de conclusão da construção destas subconcessões. A redução dos custos operacionais foi equivalente, pelo que o impacto no EBITDA é marginal.

- **Operação e Manutenção:** Os Gastos relacionados com a operação e manutenção de vias e obras de arte, tanto em 2014 como em 2013, são financiados pela receita da Contribuição do Serviço Rodoviário (CSR), apresentando uma margem EBI-

TDA superior a 65%. Com o aumento da receita da CSR, registou-se uma variação positiva do EBITDA deste segmento, tendo mesmo este superado os 70% pela primeira vez.

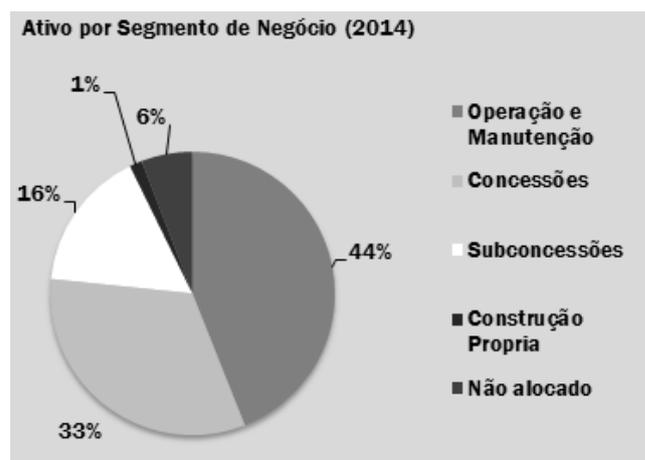
- **Construção Própria:** Durante o ano de 2014 verificou-se um aumento da atividade deste segmento de negócio pela conclusão da CRIL e arranque do Túnel do Marão. A sua margem é reduzida dado que apenas reflete a alocação dos custos internos.
- **Concessões:** O EBITDA deste segmento é constituído fundamentalmente pelos proveitos resultantes da capitalização de encargos financeiros, uma vez que o resultado da atividade de cobrança de portagem das Concessões é deduzido ao valor do ativo intangível, conforme nota 3.4.
- **Subconcessões:** Em 2014 verificou-se uma redução do EBITDA em resultado da redução da capitalização de encargos financeiros ter sido muito superior ao incremento registado na cobrança de portagens. A receita de portagem nas subconcessões passou de cerca de 28M€ em 2013 para cerca de 34M€ em 2014.

	(M€)			
	2014	2013	% 2014	% 2013
<b>Ativo</b>	<b>20.448</b>	<b>19.721</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Operação e Manutenção	9.010	9.174	44,1	46,5
Concessões	6.667	6.080	32,6	30,8
Subconcessões	3.301	3.269	16,1	16,6
Construção Própria	288	252	1,4	1,3
Não alocado	1.182	944	5,8	4,8
<b>Passivo</b>	<b>17.937</b>	<b>18.748</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Operação e Manutenção	9.125	9.115	50,9	48,6
Concessões	4.964	5.638	27,7	30,1
Subconcessões	3.614	3.831	20,1	20,4
Construção Própria	195	113	1,1	0,6
Não alocado	39	51	0,2	0,3

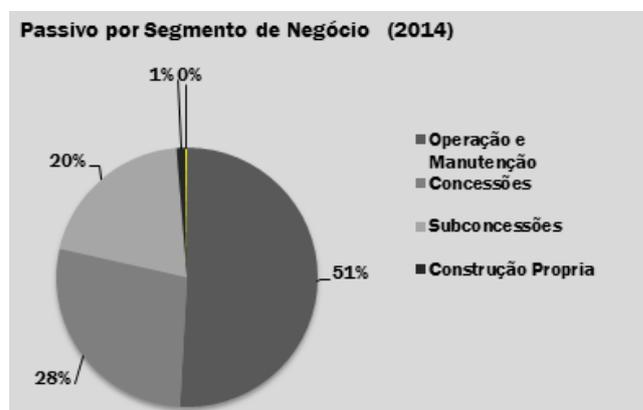
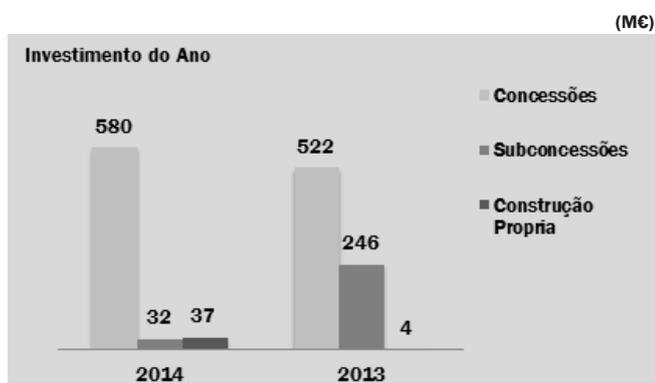
## Ativo

A 31 de dezembro de 2014, o ativo líquido total da EP ascendeu a 20.448M€. Numa análise ao Ativo por segmento de

negócio da empresa verifica-se que os ativos do segmento Operação e Manutenção de vias e obras de arte representam cerca de 44% dos Ativos da EP. O principal ativo deste segmento, como nos restantes, é a sua parcela no Direito de Concessão que foi atribuído à EP aquando da assinatura do Contrato de Concessão com o Estado, que na sua globalidade representa 94% do total dos ativos da EP.



Do volume de investimento anual registado no ativo destacam-se as concessões que representam a maior fatia do investimento da EP. Comparativamente com o período homólogo as subconcessões apresentam uma redução significativa na sequência da fase da respetiva construção e as concessões apresentam um aumento em resultado de em 2013 já se terem sentido os efeitos da redução de pagamentos por via das renegociações destes contratos. Em 2014 ocorreram aumentos dos pagamentos que foram parcialmente compensados pelo melhor desempenho da receita de portagens destas concessões e de uma menor capitalização de encargos financeiros.



## Passivo

Na distribuição do Passivo por segmento, a Operação e Manutenção apresenta um peso semelhante ao do Ativo que é explicado pela alocação a este segmento dos subsídios ao investimento contabilizados em passivo não corrente.

O endividamento financeiro da EP foi contraído em anos anteriores para financiamento do investimento realizado em concessões apresentou uma redução uma vez que o investimento do ano foi financiado por aumentos de capital e os suprimentos vencidos no período foram igualmente convertidos em capital.

O passivo alocado às subconcessões representa as responsabilidades assumidas pela EP decorrentes da execução da construção das diferentes subconcessões, tendo presente que estes contratos têm um período de carência de cinco anos para o início dos pagamentos e que os mesmos se iniciaram em 2014, o que resulta numa diminuição gradual do peso desta área de negócio no total dos passivos nesta fase, ao contrário do que aconteceu na fase inicial dos contratos.

Incluído neste passivo encontram-se provisões de valor significativo conforme descrito na nota 18, que se apresentam a seguinte repartição por segmento de negócio:

(M€)

	2014	2013	% 2014	% 2013
Provisões	859	830	100,0	100,0
Operação e Manutenção	733	712	85,4	85,7
Concessões	0	0	0,0	0,0
Subconcessões	0	0	0,0	0,0
Construção Própria	122	113	14,2	13,6
Não alocado	4	6	0,4	0,8

## 8. Ativos fixos tangíveis

Durante os períodos apresentados os movimentos registrados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equip. básico	Equip. transporte	Ferramentas e outros	Equip. administrativo	Ativos em curso	Total
<b>1 de janeiro de 2013</b>								
Custo de aquisição	992	37.821	4.207	5.735	10.908	24.003	1.390	85.057
Depreciações acumuladas	-	(16.923)	(1.685)	(5.628)	(10.873)	(23.642)	-	(58.750)
Valor líquido	992	20.899	2.522	107	36	361	1.390	26.308
<b>31 de dezembro de 2013</b>								
Adições	-	-	14	-	53	6	609	682
Alienações	-	795	-	(67)	-	-	-	728
Transferências e abates	-	-	1.159	(1.482)	(4.147)	(13.582)	(1.928)	(19.980)
Depreciação - exercício	-	(772)	(828)	(42)	(26)	(143)	-	(1.810)
Depreciação - alienações	-	-	-	67	-	-	-	67
Depreciação- transf. e abates	-	-	68	1.482	4.147	13.570	-	19.267
Valor líquido	992	20.921	2.935	66	63	212	71	25.260
<b>31 de dezembro de 2013</b>								
Custo de aquisição	992	38.616	5.380	4.186	6.814	10.427	71	66.486
Depreciações acumuladas	-	(17.695)	(2.445)	(4.120)	(6.751)	(10.215)	-	(41.226)
Valor líquido	992	20.921	2.935	66	63	212	71	25.260

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equip. básico	Equip. transporte	Ferramentas e outros	Equip. administrativo	Ativos em curso	Total
<b>1 de janeiro de 2014</b>								
Custo de aquisição	992	38.616	5.380	4.186	6.814	10.427	71	66.486
Depreciações acumuladas	-	(17.695)	(2.445)	(4.120)	(6.751)	(10.215)	-	(41.226)
Valor líquido	992	20.921	2.935	66	63	212	71	25.260
<b>31 de dezembro de 2014</b>								
Adições	-	-	997	-	34	10	57	1.099
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências e abates	-	-	-	-	-	(36)	-	(36)
Depreciação - exercício	-	(764)	(971)	(32)	(39)	(120)	-	(1.927)
Depreciação - alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação- transf. e abates	-	-	-	-	-	36	-	36
Valor líquido	992	20.157	2.961	33	58	103	128	24.433
<b>31 de dezembro de 2014</b>								
Custo de aquisição	992	38.616	6.377	4.186	6.848	10.401	128	67.548
Depreciações acumuladas	-	(18.459)	(3.416)	(4.153)	(6.790)	(10.298)	-	(43.116)
Valor líquido	992	20.157	2.961	33	58	103	128	24.432

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica “Gastos/(reversões) de Depreciações e amortizações do exercício” da Demonstração do rendimento integral pela sua totalidade.

A EP detém diversas parcelas sobrantes resultantes dos seus processos de expropriação decorrentes da atividade de construção da RRN. Uma vez que a possibilidade de utilização ou comercialização das mesmas está dependente de diversas contingências legais e/ou comerciais, a EP considera que estas parcelas sobrantes representam ativos contingentes e não os regista ou divulga até que seja provável que venham a gerar um influxo de benefícios económicos para a empresa, momento em que são registadas como Ativos Detidos para Venda ou Propriedades de Investimento, consoante o destino dado às mesmas.

## 9. Ativos Intangíveis

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o detalhe de ativos intangíveis é como segue:

	Direito de Concessão	Software	Outros	Total
<b>A 1 de janeiro de 2013</b>				
Custo de aquisição	19.292.477	8.138	80	19.300.696
Imparidade acumulada	-	-	-	-
Amortizações acumuladas	(1.140.599)	(6.938)	(50)	(1.147.586)
Valor líquido	18.151.879	1.201	30	18.153.109
Adições	773.050	503	-	773.553
Alienações	-	(3.989)	-	(3.989)
Transferências e abates	-	204	-	204
Amortização - exercício	(200.676)	(795)	-	(201.470)
Amortização - abates e alienações	-	3.989	-	3.989
Valor líquido	18.724.253	1.113	30	18.725.396
<b>A 31 de dezembro de 2013</b>				
Custo de aquisição	20.065.527	4.856	80	20.070.463
Imparidade acumulada	-	-	-	-
Amortizações acumuladas	(1.341.274)	(3.743)	(50)	(1.345.068)
Valor líquido	18.724.253	1.113	30	18.725.396

	Direito de Concessão	Software	Outros	Total
<b>A 1 de janeiro de 2014</b>				
Custo de aquisição	20.065.527	4.856	80	20.070.463
Imparidade acumulada	-	-	-	-
Amortizações acumuladas	(1.341.274)	(3.743)	(50)	(1.345.068)
Valor líquido	18.724.253	1.113	30	18.725.396
Adições	651.972	519	32	652.523
Alienações	-	-	-	-
Transferências e abates	-	-	-	-
Amortização - exercício	(179.969)	(899)	(11)	(180.879)
Amortização - abates e alienações	-	-	-	-
Valor líquido	19.196.255	733	51	19.197.040
<b>A 31 de dezembro de 2014</b>				
Custo de aquisição	20.717.498	5.375	112	20.722.986
Imparidade acumulada	-	-	-	-
Amortizações acumuladas	(1.521.243)	(4.642)	(61)	(1.525.946)
Valor líquido	19.196.255	733	51	19.197.040

O valor dos intangíveis refere-se essencialmente ao direito resultante do Contrato de Concessão, o qual foi inicialmente reconhecido pelo valor acordado entre a EP e o Estado. O valor deste direito é incrementado mediante investimentos realizados no âmbito do Contrato.

O ativo é constituído mediante a percentagem de acabamento de cada obra, independentemente de essa construção ser efetuada diretamente pela EP ou em regime de Parcerias Público-Privadas (PPP).

Dos 652M€ de investimentos no período, cerca de 32M€ correspondem à construção de subconcessões, 580M€ a pagamentos líquidos de recebimentos de concessões do Estado e 40M€ a obra própria da EP.

Nestes valores estão incluídos encargos financeiros capitalizados no valor de 93M€ em 2014 (144M€ em 2013). Ver nota 23. As amortizações do exercício são calculadas ao abrigo da IFRIC

12 pelo método das unidades equivalentes e incidem sobre o valor do investimento total, já realizado ou a realizar no futuro, no âmbito da Concessão entre a EP e o Estado, com base nos fluxos económico-financeiros estimados para o período da Concessão. Estes valores foram revistos e aprovados pelo Conselho de Administração em julho de 2014, tendo a mesma base do modelo financeiro plurianual do plano K16 com as alterações referidas na nota 4.1.

A estimativa do investimento total da Concessão teve por base os seguintes principais pressupostos:

- Os encargos anuais com as concessões ex-SCUT têm efeito até 2032, e representam a melhor estimativa com base nos resultados dos acordos preliminares obtidos entre a Comissão de Negociação e as Concessionárias;
- Os encargos com a construção presente nos Contratos de Subconcessão, valorizada ao custo de cada caso base, incorporando já as alterações resultantes dos Memorandos de Entendimento;
- Investimento direto da EP na modernização da rede viária, o qual se divide em investimento de requalificação e construção de variantes;
- Os restantes investimentos da EP consistem em instalação e melhoria de equipamentos e estudos, projetos, fiscalização e assistência;
- Os encargos com conservação periódica refletem as novas diretrizes resultantes da implementação do novo plano estratégico conforme detalhado na nota 25;
- O Plano Rodoviário Nacional 2000 é realizado até 2040.

O valor do investimento total é amortizado em função da melhor estimativa das receitas a gerar no período da concessão.

A estimativa das receitas anuais teve por base os seguintes principais pressupostos:

- Contribuição do Serviço Rodoviário (CSR), até 2015, assume o expresso no orçamento 2014 da EP. De 2016 a 2020 foram considerados a evolução dos consumos de combustíveis de acordo com a Direção Geral de Energia e Geologia e uma taxa de crescimento das tarifas de 2%/ano. A partir de 2021, a CSR evolui com base num pressuposto de crescimento anual dos consumos de gasolina e gasóleo rodoviário de 0% e de evolução dos valores unitários por litro consumido, de acordo com o IPC

(2%/ano). Adicionalmente, não foram consideradas as isenções sobre os consumos de biogasolina e biogasóleo a partir de 2016;

- Receitas de portagens das subconcessões baseiam-se nos casos base, ou em estudos de tráfego efetuados por consultores especializados mais recentes, disponíveis à data da revisão e aprovação dos fluxos económico-financeiros para o período da Concessão. Após a reversão das subconcessões para a EP, considera-se um crescimento de acordo com o IPC, com base no último ano destes estudos e casos base;
- Após a reversão das ex-SCUT para a EP, considera-se um crescimento de acordo com o IPC, com base em estudos de tráfego efetuados por consultores especializados mais recentes disponíveis à data;
- Nas Concessões do Estado em regime de portagem real, após a reversão das concessões para a EP, considera-se um crescimento de acordo com o IPC, com base no último ano dos respetivos casos base ou em estudos de tráfego efetuados por consultores especializados mais recentes disponíveis à data;
- Em geral, as restantes receitas operacionais (receitas de áreas de serviço, telemática e outras) foram estimadas em 2014, no âmbito da revisão do modelo económico-financeiro para o período do Concessão.

Com base nestes pressupostos, a amortização registada no exercício de 2014 ascendeu a 180M€.

## 10. Ativos e passivos por Impostos Diferidos

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os saldos reconhecidos relativamente a impostos diferidos são apresentados na Demonstração da posição financeira pelo seu valor bruto.

É convicção do Conselho de Administração que os resultados fiscais gerados no futuro permitirão a reversão da totalidade dos ativos por impostos diferidos registados.

Os ativos e passivos por impostos diferidos foram valorizados à taxa nominal de IRC que é expectável que sejam revertidos, tendo sido utilizada uma taxa nominal de 29.5% que corresponde à taxa nominal de 21%, derrama de 1,5% e derrama estadual de 7% uma vez que está previsto para os anos futuros que a EP tenha resultados fiscais significativamente superiores ao limite de aplicação dessa derrama estadual.

O impacto dos movimentos nas rubricas de impostos diferidos,

ocorrido para os exercícios apresentados, foi como se segue:

#### Impacto dos movimentos nas rubricas de Impostos diferidos

	31.12.2014	31.12.2013
<b>Impacto na demonstração dos resultados</b>		
Ativos por impostos diferidos	13.467	11.517
Passivos por impostos diferidos	3.705	3.894
	17.172	15.410
<b>Impactos no capital próprio</b>		
Cativos por impostos diferidos	-	-
Passivos por impostos diferidos	-	-
Impacto líquido dos impostos diferidos	17.172	15.410

Os movimentos ocorridos nas rubricas de ativos e passivos por impostos diferidos para os exercícios apresentados são como se segue:

#### Ativos por impostos diferidos - Movimentos do ano

	Provisões Plano Social	Provisão Estradas Desclassificadas	Provisão IVA	Conservação Periódica	Benefícios aos colaboradores	Ajustamento clientes	Outros	Total
<b>A 1 de janeiro de 2013</b>	1.959	1.967	40.852	29.547	821	129	1.735	77.009
Alterações no período								
Constituição/reversão por capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversão por resultados	(613)	-	-	-	(174)	-	-	(787)
Efeito alteração de taxa de imposto	(85)	(125)	(3.006)	653	(41)	(11)	30	(2.586)
Constituição por resultados	-	-	6.500	8.339	-	50	-	14.890
Movimento do período	(698)	(125)	3.494	8.992	(215)	39	30	11.517
<b>A 31 de dezembro de 2013</b>	1.261	1.842	44.346	38.540	606	168	1.765	88.526

	Provisões Plano Social	Provisão Estradas Desclassificadas	Provisão IVA	Conservação Periódica	Benefícios aos colaboradores	Ajustamento clientes	Outros	Total
<b>A 1 de janeiro de 2014</b>	1.261	1.842	44.346	38.540	606	168	1.765	88.526
Alterações no período								
Constituição/reversão por capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversão por resultados	(694)	-	-	-	(133)	(127)	-	(954)
Efeito alteração de taxa de imposto	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição por resultados	-	-	4.907	9.514	-	-	-	14.421
Movimento do período	(694)	-	4.907	9.514	(133)	(127)	-	13.467
<b>A 31 de dezembro de 2014</b>	567	1.842	49.252	48.054	472	41	1.765	101.993

As principais variações registadas nos impostos diferidos ativos resultam de movimentações de provisões não fiscalmente aceites. Para mais informação ver nota 18.

## Passivos por impostos diferidos – Movimentos do ano

	Transição de normativo	Total
A 1 de janeiro de 2013	7.599	7.599
Alterações no período		
Constituição/reversão por capital	-	-
Constituição por resultados	-	-
Efeito de alteração de taxa de imposto	63	63
Reversão por resultados	(3.956)	(3.956)
Movimentos do período	(3.894)	(3.894)
A 31 de dezembro de 2013	3.705	3.705
	Transição de normativo	Total
A 1 de janeiro de 2014	3.705	3.705
Alterações no período		
Constituição/reversão por capital	-	-
Constituição por resultados	-	-
Efeito de alteração de taxa de imposto	-	-
Reversão por resultados	(3.705)	(3.705)
Movimentos do período	(3.705)	(3.705)
A 31 de dezembro de 2014	-	-

## 11. Clientes e Outras Contas a Receber

No período findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a decomposição das rubricas de Clientes e Outras contas a receber, é como segue:

	31.12.2014			31.12.2013		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Clientes	40.570	-	40.570	36.004	-	36.004
Clientes Cobrança Duvidosa	3.050	-	3.050	3.349	-	3.349
	43.620	-	43.620	39.353	-	39.353
Imparidade clientes	(3.050)	-	(3.050)	(3.349)	-	(3.349)
Total Clientes	40.570	-	40.570	36.004	-	36.004
Acréscimo Rendimentos CSR	90.052	-	90.052	85.921	-	85.921
Fundos Comunitários	965	-	965	965	-	965
Outros	28.915	-	28.915	26.602	-	26.602
	119.933	-	119.933	113.488	-	113.488
Imparidade de outras contas a receber	(5.982)	-	(5.982)	(5.982)	-	(5.982)
Total Outras contas a Receber	113.950	-	113.950	107.505	-	107.505

Acréscimo de Rendimentos CSR corresponde ao reconhecimento do proveito dos dois últimos meses do período contabilístico uma vez que a CSR é faturada e cobrada com esse mesmo desfasamento de tempo.

O saldo da rubrica de Fundos Comunitários corresponde aos valores de fundos comunitários de subsídios ao investimento a receber, considerando a despesa já incorrida e os pedidos de reembolso correspondentes efetuados.

Dos 40.570€ de clientes a 31 de dezembro de 2014, 24.984m€ são referentes a valores a receber de portagens, apenas cobrados em 2015 ou já cobradas a 31 de dezembro de 2014 mas ainda não entregues à EP.

A rubrica outros inclui valores correspondentes a notas de crédito de fornecedores de concessões do Estado no montante de 17,9M€ ainda não descontadas nos pagamentos de disponibilidade em consequência das negociações em curso.

## Antiguidade de saldos a receber de clientes

31.12.2013	Total em dívida	até 30 dias	de 30 a 180 dias	de 181 a 360 dias	mais de 361 dias
Clientes	36.004	23.894	9.235	814	2.061
Clientes Cobrança Duvidosa	3.349	-	-	391	2.958
<b>Total</b>	<b>39.353</b>	<b>23.894</b>	<b>9.235</b>	<b>1.205</b>	<b>5.019</b>

31.12.2014	Total em dívida	até 30 dias	de 30 a 180 dias	de 181 a 360 dias	mais de 361 dias
Clientes	40.570	30.140	1.209	2.303	6.918
Clientes Cobrança Duvidosa	3.050	-	-	62	2.988
<b>Total</b>	<b>43.620</b>	<b>30.140</b>	<b>1.209</b>	<b>2.365</b>	<b>9.906</b>

Os saldos com antiguidade elevada e não considerados de cobrança duvidosa referem-se principalmente a saldos de entidades públicas, no âmbito da execução de obras na RRN.

## Imparidade de Clientes

	31.12.2014	31.12.2013
Início Período	3.349	3.256
Aumentos	-	94
Utilizações	-	-
Reduções	(299)	-
<b>Fecho Período</b>	<b>3.050</b>	<b>3.349</b>

O ajustamento de clientes resulta de saldos de clientes, que, com base na análise efetuada às contas correntes foram considerados como de recuperabilidade duvidosa.

## Imparidade de Outras contas a receber

	31.12.2014	31.12.2013
Início Período	5.982	5.982
Aumentos	-	-
Utilizações	-	-
Reduções	-	-
<b>Fecho Período</b>	<b>5.982</b>	<b>5.982</b>

A EP analisa periodicamente a qualidade dos seus saldos a receber, não tendo considerado necessário qualquer imparidade adicional no período aos já registados, e não existiu adicionalmente qualquer alteração à situação dos saldos ajustados em períodos anteriores. Todos os saldos em imparidade resultam da execução de obras na RRN.

## 12. Estado e outros entes públicos

No período findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os saldos devedores e credores com o Estado são:

		31.12.2014		31.12.2013	
		Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto s/ rendimento	i)	93	-	533	-
Total Ativos/Passivos para imposto corrente		93	-	533	-
Retenção Imposto s/ Rendimento		-	446	-	477
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	ii)	848.045	-	682.722	-
Contribuições p/ SS, CGA e ADSE		-	1.543	-	1.534
Outros impostos		-	4	-	4
<b>Total Estado e outros entes públicos</b>		<b>848.045</b>	<b>1.993</b>	<b>682.722</b>	<b>2.015</b>

i) Para os períodos apresentados o saldo credor/devedor de IRC tem a seguinte decomposição:

	31.12.2014	31.12.2013
Pagamentos por conta	24.956	27.465
Retenções na fonte	114	71
Estimativa de IRC	(24.977)	(27.002)
<b>Total</b>	<b>93</b>	<b>533</b>

ii) Como referido nesta nota, na rubrica de Estado e outros entes públicos consta um saldo a receber de IVA no montante de 848.045€, dos quais já foram efetuados pedidos de reembolso no valor de 227.562m€. Este saldo a recuperar resulta fundamentalmente do IVA deduzido pela EP na sua atividade, considerando que a EP tem direito a esta dedução devido ao facto do Estado ter arrecadado IVA sobre uma receita própria da EP - Contribuição de Serviço Rodoviário - o qual, segundo os mecanismos legalmente estabelecidos para a sua liquidação e cobrança, lhe foi entregue pelas distribuidoras de combustível.

A EP tem dois processos a correr, sendo o primeiro relativo ao pedido de reembolso de IVA até junho de 2009 e o segundo relativo ao pedido de reembolso de IVA de julho a setembro e dedução de outubro de 2009.

O primeiro processo, relativo ao pedido de reembolso de IVA até junho de 2009, veio a ser indeferido pela Autoridade Tributária e Aduaneira que emitiu notificações de liquidações adicionais de IVA e juros no montante de 277.124m€ e 11.697m€, respetivamente.

Não concordando com aquelas liquidações por as considerar indevidas, em 30 de novembro de 2010 a EP apresentou no Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada impugnação judicial do indeferimento ao Recurso Hierárquico, tendo o pedido da EP sido considerado improcedente em primeira instância já em janeiro de 2013. A EP, não concordando com a decisão, apresentou recurso da mesma em 6 de março de 2013.

O segundo processo, referente ao pedido de reembolso de IVA de julho a setembro e dedução de outubro de 2009, que também veio a ser indeferido pela AT, foram emitidas notificações de liquidações adicionais de IVA e juros no montante de 64.506m€ e 763m€ respetivamente. Em 29 de julho de 2011, a EP apresentou no Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada impugnação judicial do indeferimento ao Recurso Hierárquico, tendo o pedido da EP sido considerado improcedente em primeira instância já em janeiro de 2013. A EP, não concordando com a decisão, apresentou recurso da mesma em 11 de março de 2013.

Em resultado da evolução descrita do processo do IVA, a EP reforçou em 2014 a provisão no valor de 20.388m€, ascendendo o seu valor acumulado em 31 de dezembro de 2014 a 301.846m€, o que corresponde ao IVA que a EP estima que deixaria de receber da AT caso fosse considerado que a CSR não é uma receita sujeita a IVA. Ver Nota 18.

### 13. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a empresa tem registado na rubrica de diferimentos os seguintes saldos:

	31.12.2014	31.12.2013
Seguros	20	20
Trabalhos especializados	159	13
Outros serviços	559	371
Gastos a reconhecer	737	404
Subsídios ao Investimento	10.266.557	10.313.014
Fee Assinatura Concessão Grande Lisboa	24.500	25.666
Fee Assinatura Concessão Douro Litoral	146.061	153.749
Venda Prazo Concessão Brisa	152.300	152.300
Rendimentos não correntes a reconhecer	10.589.418	10.644.729
Fee Assinatura Concessão Grande Lisboa	1.167	1.167
Fee Assinatura Concessão Douro Litoral	7.687	7.687
Contratos Promessa Compra e Venda - Imóveis	140	140
Outros rendimentos	1.121	1.228
Rendimentos correntes a reconhecer	10.116	10.222

Os gastos a reconhecer referem-se a pré-pagamentos de serviços contratados e ainda não prestados.

Os rendimentos a reconhecer resultam essencialmente de subsídios ao investimento no valor de 10.267M€ (ver nota 17), de recebimentos antecipados de rendimentos de concessões no valor de 331,7M€ e de valores de vendas de imóveis já faturados aquando do contrato de promessa de compra e venda que apenas serão reconhecidos como rendimentos no momento da escritura e de valores de rendimentos referentes ao Canal Técnico Rodoviário.

### 14. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2014, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresentam os seguintes valores:

	31.12.2014	31.12.2013
Caixa	56	106
Depósitos bancários	75.690	17.609
Subtotal (Demonstração da Posição Financeira)	75.746	17.715
Descobertos bancários	(163)	(834)
<b>Total (demonstração de fluxos de caixa)</b>	<b>75.583</b>	<b>16.881</b>

De referir que não existem quaisquer restrições à movimentação

ção destes valores.

Os descobertos bancários na Demonstração da Posição Financeira são apresentados no Passivo Corrente na rubrica de Financiamentos Obtidos conforme explicitado na Nota 19.

## 15. Capital

Em dezembro de 2014 ocorreram aumentos de capital no valor de 1.521.595m€ através da emissão de 304.319 novas ações nominativas, de 5.000€ cada, subscritas ao par pelo acionista Estado Português já integralmente realizadas:

- Aumento do capital social em 793.210.000€, através da emissão de 158.642 novas ações nominativas, no valor de 5.000€ cada, totalmente subscrito e realizado em dinheiro pelo Estado;
- Aumento do capital social em 728.385.000€, através da emissão de 145.677 novas ações nominativas, no valor de 5.000€ cada, totalmente subscrito e realizado pelo Estado, pela conversão de créditos detidos por este, resultantes do serviço da dívida.

O capital social da EP — Estradas de Portugal, S. A., à data de 31 de dezembro de 2014 é composto por 398.917 ações nominativas escriturais de 5m€ cada representativas do capital social no valor de 1.994.585m€ e encontra-se integralmente subscrito e realizado pelo Estado, sendo detidas pela Direcção-Geral do Tesouro e Finanças através do qual são exercidos os direitos do Estado como acionista.

## 16. Reservas

As rubricas “Reservas” registaram os seguintes movimentos durante o período findo em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013:

	Reserva Estatutária - Geral	Reserva Estatutária - Investimento	Reserva de Transição	Total Outras Reservas	Reserva Legal	Total
1 de Janeiro de 2013	37.403	150.961	55.203	243.566	63.454	307.020
Adições	3.669	31.185	-	34.853	1.834	36.688
Regularização por resultados	-	-	3.894	3.894	-	3.894
Alienações	-	-	-	-	-	-
31 de Dezembro de 2013	41.071	182.145	59.097	282.313	65.288	347.601
Adições	1.476	12.549	-	14.026	738	14.764
Regularização por resultados	-	-	3.705	3.705	-	3.705
Alienações	-	-	-	-	-	-
31 de dezembro de 2014	42.548	194.695	62.802	300.044	66.026	366.071

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que este represente pelo menos 20% do Capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas ou incorporada no capital.

De acordo com o art.º 22º do Decreto-Lei nº 374/2007 de 7 de novembro a EP deve constituir anualmente as seguintes reservas:

- a) Reserva geral - Uma percentagem não inferior a 10% dos resultados de cada exercício, apurados de acordo com as normas contabilísticas vigentes, é destinada à constituição da reserva geral.

Esta reserva pode ser utilizada para cobrir eventuais prejuízos do exercício.

- b) Reserva para investimentos:

- i) A parte dos resultados apurados em cada exercício que lhe seja anualmente destinada;
- ii) As receitas provenientes de participações, subsídios, subvenções ou quaisquer compensações financeiras de que a empresa seja beneficiária e destinadas a esse fim;
- iii) Os rendimentos especialmente afetos a investimentos.

## 17. Subsídios ao Investimento

A rubrica do Passivo Não Corrente “Diferimentos” incorpora os subsídios ao investimento recebidos pela EP para financiar o ativo intangível referente ao Direito de Concessão e ainda não reconhecidos por via de resultados. Estes subsídios são amortizações ao longo do período da concessão à taxa do referido ativo intangível. Estes subsídios registam os seguintes movimentos durante o período findo em 31 de dezembro de 2014:

	Subsídios ao Investimento
A 31 de dezembro de 2012	10.357.212
Aumentos	6.810
Abates	-
Amortizações	(51.008)
A 31 de dezembro de 2013	10.313.014

	Subsídios ao Investimento
A 31 de dezembro de 2013	10.313.014
Aumentos	3.795
Abates	(22)
Amortizações	(50.230)
31 de dezembro de 2014	10.266.557

## 18. Provisões

A evolução das provisões para Outros riscos e encargos nos exercícios de 2014 e 2013 é como segue:

	Riscos Gerais	Expropri.	Empreitadas	Benefícios aos colaboradores	Estradas Desclas.	Plano Social	Emp. Fase Negocial	Processo IVA	Total
1 de janeiro de 2013	16.128	73.989	53.211	2.622	412.354	6.218	587	259.260	824.370
Dotação	5.986	5.823	6.484	-	-	773	-	22.198	41.264
Redução	(3.467)	(12.993)	(14.530)	(569)	(878)	(2.718)	(25)	-	(35.180)
31 de dezembro de 2013	18.647	66.819	45.165	2.052	411.476	4.273	562	281.459	830.453
Saldo corrente	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo não corrente	18.647	66.819	45.165	2.052	411.476	4.273	562	281.459	830.453
	18.647	66.819	45.165	2.052	411.476	4.273	562	281.459	830.453

	Riscos Gerais	Expropri.	Empreitadas	Benefícios aos colaboradores	Estradas Desclas.	Plano Social	Emp. Fase Negocial	Processo IVA	Total
1 de janeiro de 2014	18.647	66.819	45.165	2.052	411.476	4.273	562	281.459	830.453
Dotação	3.575	103	17.937	-	-	1.721	-	20.388	43.723
Redução	(1.672)	(4.348)	(4.008)	(451)	(950)	(4.073)	-	-	(15.501)
31 de dezembro de 2014	20.551	62.574	59.094	1.601	410.526	1.920	562	301.846	858.676
Saldo corrente	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo não corrente	20.551	62.574	59.094	1.601	410.526	1.920	562	301.846	858.676
	20.551	62.574	59.094	1.601	410.526	1.920	562	301.846	858.676

### Provisões para Processos judiciais em curso

- **Riscos gerais:**

Da análise realizada pelo Gabinete Jurídico foi admitido um risco de 20.551m€ reportado a 31 de dezembro 2014 inerente a responsabilidades potenciais de processos de contencioso geral sem conexão com empreitadas.

- **Expropriações:**

Esta provisão foi constituída para fazer face ao risco da EP vir a efetuar pagamentos adicionais relativos aos processos de expropriação que se encontram em litígio. Esta resulta da consulta realizada pelo Gabinete de Contencioso geral, aos advogados externos e internos dos processos.

Do total de 4.348m€ reduzidos a esta provisão, 3.344m€ são respeitantes a pagamentos de processos findos no exercício, dos quais 2.363m€ são correspondentes a processos expropriativos de concessões do Estado e apenas 981m€ a obra própria da EP. É de referir que pela sua natureza a totalidade dos reforços e reduções desta provisão tem como contrapartida ativos intangíveis em curso.

- **Empreitadas:**

No caso dos Processos de Contencioso Geral Com Conexão com Empreitada, da análise efetuada pelos advogados externos e internos aos processos, foi estimado um risco de 59.094m€. Este valor é influenciado pela redução desta provisão no período em cerca de 4.008m€ dos quais 3.916m€ correspondem a libertação de provisões resultantes de processos findos em que o encargo suportado pela EP foi inferior ao valor de risco provisionado e de um aumento de 17.937m€ correspondente ao risco associado a novos processos abertos e não encerrados no decorrer do ano. É de referir que pela sua natureza a totalidade dos reforços e reduções desta provisão tem como contrapartida ativos intangíveis.

- **Processo IVA:**

Foi decidido em 2010, por uma questão de prudência e em resultado da evolução do processo do IVA descrito na nota 12, a constituição de uma provisão para o processo do IVA que se estima ser o impacto de uma decisão desfavorável à EP.

Uma vez que a questão que originou o diferendo entre a EP e a AT foi a aceitação ou não da CSR como uma receita sujeita a IVA, foi constituída uma provisão que equivale à totalidade do IVA deduzido pela EP em atividades financiadas pela CSR. De referir ainda que a contrapartida desta provisão foi efetuada com base na classificação contabilística da despesa que originou o IVA dedutível, ou seja, IVA deduzido relativo a gastos do exercício foi provisionado por contrapartida de gastos

(16.633m€) e o IVA deduzido relativo à aquisição ou construção de ativos foi provisionado por contrapartida de ativo intangível (3.755m€).

### **Provisões para outras situações não Contenciosas**

- **Provisão para Estradas Desclassificadas:**

A concretização dos Protocolos de Transferência para a tutela das Autarquias originou a utilização desta provisão no valor de 950m€. Não ocorreram alterações significativas em 2014 na quantidade de estradas desclassificadas ainda por transferir, pelo que a EP considera que a provisão registada reflete a melhor estimativa para cumprir com as obrigações de requalificação das estradas desclassificadas, ainda a cargo da empresa.

- **Provisão para Plano Social:**

Esta provisão destina-se a fazer face aos compromissos com o Plano Social de Racionalização de Quadros já assumidos pela EP a 31 de dezembro de 2014. Este consiste num plano de rescisões por mútuo acordo desenvolvido no sentido de adaptar a organização ao Plano Estratégico o que implica, na sequência da reestruturação orgânica, a revisão dos perfis funcionais, particularmente em áreas de maior transformação organizacional, e consequente ajustamento dessas equipas.

O valor provisionado corresponde à melhor estimativa da Gestão para os valores das compensações a pagar aos colaboradores abrangidos por este plano.

- **Provisão para Empreitadas em fase negocial:**

De acordo com a informação recebida dos serviços competentes, a melhor estimativa de risco associada a estes processos ascende a 562m€.

- **Benefícios aos colaboradores:**

A EP tem atribuído benefícios de pensões de reforma antecipada temporária e complementos de pensões de reforma e sobrevivência, que a 31 de dezembro de 2014 apresenta o valor de 1.601m€.

Os complementos de reforma e sobrevivência atribuídos aos empregados constituem um plano de benefícios definidos, em que a EP efetua pagamentos de reforma antecipada a um grupo

fechado de colaboradores que estão abrangidos por este programa até ao momento da sua reforma pela Caixa Geral de Aposentações.

Esta provisão é referente a responsabilidades sobre benefícios atribuídos a um grupo já reduzido de beneficiários, cerca de 48, por um período de tempo limitado, pelo que foi opinião do Conselho de Administração que não era necessária a avaliação anual sobre estas responsabilidades por empresa especializada, tendo esta responsabilidade sido avaliada por meios internos.

## 19. Financiamentos Obtidos

O detalhe dos financiamentos obtidos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e por natureza de empréstimo, no final do exercício, é como segue:

	31.12.2014			31.12.2013		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos Obrigacionistas	-	125.000	125.000	-	125.000	125.000
Empr. Banc. em Conta Corrente	13.377	180.593	193.970	6.689	193.970	200.659
Descobertos Bancários	163	-	163	834	-	834
	13.540	305.593	319.133	7.523	318.970	326.493
Gastos com financiamento - especialização	(4.264)	-	(4.264)	(4.337)	-	(4.337)
Gastos com financiamento (antecipação)	3.966	-	3.966	3.945	-	3.945
	13.242	305.593	318.835	7.130	318.970	326.101

Considerando a atual conjuntura dos mercados financeiros, o acionista deverá manter o seu apoio à empresa, dotando-a dos meios necessários para suprir as necessidades de financiamento, nomeadamente no curto prazo. Ver adicionalmente nota 20. A totalidade dos financiamentos contratados tem taxa de juro fixa.

No que respeita à maturidade dos empréstimos não correntes, esta decompõe-se da seguinte forma:

	31.12.2014	31.12.2013
Entre 2 e 5 anos	53.509	53.509
Superior a 5 anos	252.084	265.461
	305.593	318.970

Estes financiamentos têm uma taxa média de financiamento de 4,05% (4,17% em 2013).

A 31 de dezembro de 2014, a EP possuía ainda linhas de crédito contratadas e não utilizadas no valor de cerca de 100M€.

## 20. Suprimentos

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o detalhe da rubrica de Suprimentos é como segue:

	31.12.2014			31.12.2013		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Contrato de Suprimentos	763.505	1.452.073	2.215.578	646.400	2.215.578	2.861.978
Gastos com suprimentos (antecipação)	5.076	-	5.076	15.015	-	15.015
	768.581	1.452.073	2.220.654	661.415	2.215.578	2.876.993

Estes contratos de suprimentos tiveram como objetivo permitir à EP reembolsar algumas linhas de crédito e satisfazer necessidade de financiamento da empresa até 2013. Em 2014 não foram efetuados novos suprimentos, tendo o acionista suprido as necessidades de financiamento da EP através de aumentos de capital. Ver nota 15.

A redução dos suprimentos resulta da conversão em capital da parcela dos suprimentos vencidos no período. Para mais informação ver nota 15.

Estes financiamentos são remunerados a diferentes taxas fixas nominais anuais, acordadas com a DGTF, em função dos valores e datas dos respetivos desembolsos financeiros.

No que respeita à maturidade dos suprimentos não correntes, esta decompõe-se da seguinte forma:

	31.12.2014	31.12.2013
Entre 1 e 5 anos	1.334.969	1.981.369
Superior a 5 anos	117.105	234.209
	1.452.073	2.215.578

Estes suprimentos têm uma taxa média de financiamento de 2,69% (2,76% em 2013).

## 21. Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o detalhe da rubrica de Outras contas a pagar é como segue:

	31.12.2014			31.12.2013			
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total	
<b>Fornecedores investimentos</b>							
Fornecedores gerais	i)	89.681	-	89.681	17.391	-	17.391
Outros credores							
Credores diversos		1.643	-	1.643	1.644	-	1.644
<b>Acréscimos de gastos</b>							
Subconcessões	ii)	364.667	3.248.943	3.613.609	554.455	3.276.886	3.831.340
Conservação Periódica de Estradas	iii)	162.895	-	162.895	130.643	-	130.643
Férias e sub. férias		3.419	-	3.419	3.317	-	3.317
Outros	iv)	36.456	-	36.456	33.015	-	33.015
Outras contas a pagar		658.759	3.248.943	3.907.702	740.464	3.276.886	4.017.350

i) Fornecedores de investimentos – esta rubrica refere maioritariamente aos valores faturados pela execução de empreitadas em obras próprias e o valor a pagar referente a Concessões do Estado. O aumento registado nesta rubrica é resultado principalmente de faturação relativa a concessões do Estado.

ii) Nesta rubrica está registada a responsabilidade da EP para com as subconcessionárias pelos serviços de construção e operação e manutenção já efetuados por estas e ainda não pagas no valor de 3.607.483m€, remuneradas contabilisticamente a taxas entre os 5% e os 9%, dos quais 364.667m€ a pagar no ano de 2015. A redução registada nesta rubrica resulta do pagamento em 2014 referente às responsabilidades resultantes da transferência da A21 para a EP ocorrida em 2010, que ascendeu a 244,7M€.

iii) Esta conta representa a responsabilidade da EP de manter ou repor a infraestrutura em determinados níveis de serviço e é constituída ao longo do período que decorre até à data prevista de execução dos trabalhos.

iv) A rubrica Outros inclui fundamentalmente valores a pagar pela EP referentes ao seu Contrato de Concessão com o Estado no valor de 24.037m€.

## 22. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os saldos de fornecedores correspondem a:

	31.12.2014	31.12.2013
Fornecedores conta corrente	17.174	25.703
Total saldo fornecedores - correntes	17.174	25.703
Adiantamentos a fornecedores (saldo devedor)	(45.158)	(36.534)
Total saldo adiantamentos fornecedores	(45.158)	(36.534)

A redução registada na rubrica de fornecedores é resultado do investimento significativo da EP no final de 2013 em intervenções de resposta a intempéries parcialmente pagas em 2014.

A variação significativa registada na conta de adiantamentos a fornecedores é resultado da aplicação do regime transitório dos

contratos de cobrança de portagens nas Concessões Algarve, Beira Litoral e Alta, Beira Interior e Interior Norte, em que os operadores se encontram a reter receitas de portagens da EP como acordado para o desenvolvimento da atividade de cobrança de portagens até à finalização da formalização do respetivo contrato de prestação de serviços.

## 23. Vendas e serviços prestados

O montante de vendas e serviços prestados reconhecido na Demonstração do rendimento integral, é detalhado como segue:

		31.12.2014	31.12.2013
<b>Prestações de Serviços</b>			
Contratos de Construção	i)	141.861	343.582
Contribuição de Serviço Rodoviário	ii)	531.387	508.580
Portagens	iii)	261.717	240.152
Licenciamentos		1.854	4.799
Outros		4.535	2.889
Vendas e prestações de serviços		941.354	1.100.003

### i) Contratos de construção

Esta conta representa os rendimentos da EP com a sua atividade de construção da RRN de acordo com o definido no seu Contrato de Concessão. Esta inclui a totalidade das atividades de construção da EP por via direta ou subconcessão.

O detalhe de contratos de construção, nos períodos relatados, é como segue:

	31.12.2014	31.12.2013
Construção de Novas Infraestruturas	24.843	3.637
Rede Subconcessionada - Construção	24.025	195.612
Encargos Financeiros Capitalizados	92.992	144.333
	141.861	343.582

Os valores correspondentes à construção de Novas Infraestruturas são atividades de construção de gestão direta da EP e são apurados com base nos autos de acompanhamento das obras mensais pelo que refletem a evolução física das obras em curso, acrescidos dos gastos diretamente atribuíveis à preparação do

ativo, para o seu uso pretendido.

A construção da Rede Subconcessionada é apurada tendo por base os valores de construção contratados para cada subconcessão e a percentagem de acabamento reportada à EP por cada subconcessionária, pelo que reflete a evolução física da obra e é assim independente do fluxo de faturação.

Os encargos financeiros capitalizados correspondem aos encargos financeiros da EP no decorrer da fase de construção e são compostos quer por encargos financeiros bancários utilizados para o financiamento da aquisição da Rede Concessionada do Estado e que correspondem à totalidade dos encargos com este tipo de financiamento uma vez que o investimento efetuado nesta rede foi superior ao incremento do endividamento anual, quer pela remuneração contabilística da dívida das subconcessionárias correspondente aos troços ainda em construção à qual é aplicada a taxa implícita no caso base de cada contrato, resultante de os fluxos financeiros não acompanharem a evolução física das obras, sendo que estas taxas teóricas variam entre os 5% e os 9%.

#### ii) Contribuição do Serviço Rodoviário (CSR)

O valor da contribuição de serviço rodoviário para 2014 é de 67€/1.000 litros para a gasolina e de 91€/1.000 litros para o gasóleo rodoviário e de 103€/1000Kg para o GPL auto.

A contribuição do serviço rodoviário apresentou no exercício de 2014 uma variação de cerca de 23M€ o que representa um crescimento de cerca de 4,5% face ao exercício de 2013. Este aumento é resultado de um aumento de consumo de combustíveis no ano de 2013 e da subida das tarifas.

#### iii) Portagens

Os proveitos de portagem registaram um aumento de 9% face a 2013. Este crescimento deve-se principalmente ao facto de o tráfego nas concessões Algarve, Beira Interior, Interior Norte e Beiras Litoral e Alta ter registado aumentos significativos face a 2013.

Outro impacto significativo foi o aumento das receitas de portagens nas subconcessões da EP, onde se destaca a subconcessão

Pinhal Interior com a abertura de novos troços.

## 24. Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Esta conta representa os gastos da EP com a sua atividade de construção da RRN de acordo com o definido no seu Contrato de Concessão. Esta inclui a totalidade das atividades de construção da EP por via direta ou subconcessão.

		31.12.2014	31.12.2013
Construção de Novas Infra-estruturas	i)	23.864	2.456
Rede Subconcessionada - Construção	ii)	23.425	194.733
Capitalização Portagens Concessões	iii)	208.149	191.395
		255.438	388.584

i) Os valores correspondentes à construção de Novas Infraestruturas são atividades de construção de gestão direta da EP e são apurados com base nos autos de acompanhamento das obras mensais pelo que refletem a evolução física das obras em curso.

ii) A construção da Rede Subconcessionada é apurada tendo por base os valores de construção contratados para cada subconcessão e a percentagem de acabamento reportada à EP por cada subconcessionária, pelo que reflete a evolução física da obra e é assim independente do fluxo de faturação. A redução significativa registada nesta rubrica é resultado de a construção das subconcessões estar próxima do seu final e de as renegociações das subconcessões terem reduzido significativamente o âmbito da construção a realizar.

iii) Assim como referido na nota 3.18 (iv) os valores recebidos pela EP relativos a portagens em concessões do Estado (líquidos dos gastos de cobrança) são deduzidos ao investimento da EP na aquisição dos direitos sobre esta mesma rede Concessionada. A contrapartida dessa dedução é registada nesta rubrica.

## 25. Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

		31.12.2014	31.12.2013
Conservação Periódica de Estradas	i)	53.000	53.000
Conservação Corrente e Segurança	ii)	44.895	55.311
Encargos Cobrança Portagens		20.010	21.728
Operação e Manutenção Subconcessões	iii)	18.760	12.391
Encargos Cobrança CSR	iv)	10.628	10.172
Rendas e Alugueres		1.959	2.270
Outros		8.590	8.241
Fornecimentos e serviços externos		157.841	163.113

i) Conservação Periódica de Estradas – Este custo corresponde ao reconhecimento do acréscimo de responsabilidade da EP dos gastos necessários à manutenção do nível de serviço das vias e obras de arte que lhe é imposto pelo seu Contrato de Concessão. Este valor não corresponde a uma necessidade de investimento em conservação no próprio período mas sim ao valor correspondente ao período do registo da responsabilidade de efetuar a intervenção conforme descrito na nota 21 iii).

No âmbito da implementação do novo plano estratégico em 2013 foi estudado um novo modelo de gestão de conservação da rede sob jurisdição da EP que traduza uma otimização dos investimentos numa lógica de atuação/serviços. Com esta base de análise, o valor de conservação periódica anual foi revisto para um valor médio de investimento anual de 53M€. Dado que o estudo efetuado é recente e não ocorreram alterações significativas que o justifiquem, a EP considera que o mesmo ainda reflete a sua melhor estimativa para as necessidades da rede.

ii) Conservação Corrente e Segurança – Nesta conta estão contabilizados os gastos do exercício com intervenções de conservação corrente de vias e obras de arte e com segurança rodoviária.

iii) Os encargos com operação e manutenção de subconcessões

do reconhecimento contabilístico da operação e manutenção efetuada pelas subconcessionárias no âmbito dos contratos de subconcessão em vigor. O pagamento destes valores teve início em 2014, conforme contratado. Os encargos de Operação e Manutenção de Subconcessões registam um aumento no ano em resultado da entrada em serviços de diversos troços de subconcessões.

iv) Os encargos de cobrança da CSR correspondem a 2% da CSR retido pela AT pela prestação do serviço de apuramento e cobrança da CSR. Os encargos de cobrança da CSR são uma percentagem do valor cobrado pelo que a sua evolução é exatamente a mesma verificada nos proveitos.

## 26. Gastos com o pessoal

Os gastos com o pessoal, incorridos durante 2014, foram como segue:

	31.12.2014	31.12.2013
Remunerações		
Órgãos sociais	257	331
Pessoal	26.332	27.588
	26.588	27.919
Encargos sociais		
Encargos sobre remunerações	6.036	6.057
Custos de Ação social	436	446
Outros	229	269
Subtotal	6.700	6.772
Custos com o pessoal	33.289	34.691

Em 2014 o efetivo médio acrescido dos membros do órgão de gestão da empresa situou-se em 1.054 (sendo que no ano anterior se apurava em 1.128).

Em linha com a diminuição do efetivo da empresa na comparação do ano de 2014 com o ano de 2013, de 1.087 para 1.025 colaboradores, regista-se uma redução em 4% dos encargos com pessoal no mesmo período.

## 27. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos pode ser apresentada como segue:

		31.12.2014	31.12.2013
Amortização de subsídios ao investimento	i)	50.230	51.008
Proveitos com Fees Assinatura Concessões	ii)	8.854	8.854
Sinistros	iii)	2.548	1.231
Ganhos na venda ativos tangíveis	iv)	1.352	736
Outros (inferiores a 1.000 m€)	v)	1.747	6.279
		64.731	68.107

i) Rendimento reconhecido pela amortização dos subsídios ao investimento não reembolsáveis reconhecidos no Passivo, em rendimentos a reconhecer.

ii) Este proveito resulta do reconhecimento no ano da parcela correspondente do valor recebido aquando da assinatura das Concessões Grande Lisboa e Douro Litoral.

iii) A rubrica Sinistros corresponde ao proveito resultante do reembolso à EP de danos provocados na Rede Rodoviária Nacional, nomeadamente em resultado de sinistros.

iv) Mais-valias resultantes das vendas de imóveis e parcelas sobrantes.

v) A rubrica Outros inclui em 2013 cerca de 4.600m€ de reembolso à EP pela REFER de obras de conservação e manutenção realizadas na Ponte 25 de Abril, não repetível em 2014 o que justifica a significativa redução desta rubrica.

## 28. Outros gastos e perdas

O detalhe da rubrica de Outros gastos e perdas é apresentado no quadro seguinte:

	31.12.2014	31.12.2013
Taxa de Regulação das Infra-Estruturas Rodoviárias (TRIR)	2.837	2.701
Impostos	127	181
Correções relativas a anos anteriores	123	78
Indemnizações a Terceiros	387	321
Outros	166	112
	3.641	3.393

## 29. Gastos e rendimentos financeiros

O detalhe dos gastos e rendimentos financeiros nos exercícios de 2014 e 2013 é como segue:

		31.12.2014	31.12.2013
<b>Gastos Financeiros</b>			
Gastos de financiamento		84.535	93.406
Gastos financeiros Contratos Subconcessão	i)	239.570	225.762
Serviços bancários		700	714
Gastos financeiros outras dívidas Médio Longo Prazo	ii)	5.196	7.250
Outros gastos financeiros		3.067	3.003
		333.068	330.134
<b>Rendimentos financeiros</b>			
Varição justo valor do swap	iii)	-	5.207
Juros obtidos		596	305
		596	5.512

i) Os gastos financeiros Contratos Subconcessão englobam os gastos com a atualização financeira da dívida às subconcessionárias pela obra / serviços prestados que apenas serão faturados no futuro de acordo com os termos estipulados nos Contratos de Subconcessão.

ii) Os gastos financeiros de outras dívidas de médio e longo prazo correspondem aos encargos do presente exercício com as responsabilidades assumidas relativas à transferência da A21.

iii) Nesta linha encontra-se registado em 2013 o rendimento com a variação do justo valor de um instrumento financeiro derivado, SWAP taxa de juro com maturidade de 15 de julho

de 2030 e que tem como montante subjacente 125M€, que se destinou a minimizar o risco de exposição a variação de taxa de juro. Este swap foi liquidado antecipadamente pelo valor de 8.988m€, 5.207m€ abaixo do seu justo valor de 31 de dezembro de 2012, originando o proveito correspondente no ano de 2013.

Do total de 333.068m€ de gastos financeiros, 72.049€ correspondem aos gastos financeiros dos suprimentos.

### 30. Imposto sobre o rendimento

A decomposição do montante de imposto do exercício reconhecido nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	31.12.2014	31.12.2013
Imposto s/ rendimento corrente	24.080	26.726
Imposto s/ rendimento diferido	(17.172)	(15.410)
<b>Imposto sobre o rendimento</b>	<b>6.908</b>	<b>11.315</b>

A taxa de imposto adotada na determinação do montante de imposto do exercício nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	31.12.2014	31.12.2013
Taxa de imposto	23,00%	25,00%
Derrama	1,50%	1,50%
Derrama Estadual	7,00%(1)	5,00%(2)
<b>Imposto sobre o rendimento</b>	<b>31,50%</b>	<b>31,50%</b>

(1) 3% sobre os resultados entre 1.5M€ e 7.5M€ e 5% sobre os resultados entre 7.5M€ e 35M€ e 7% na parcela que excede os 35M€

(2) 3% sobre os resultados entre 1.5M€ e 7.5M€ e 5% na parcela que excede os 7.5M€

A reconciliação do montante de imposto do exercício é conforme segue:

	31.12.2014	31.12.2013
Resultado antes de Imposto	24.419	26.079
Taxa nominal de Imposto	24,5%	26,5%
	5.738	6.911
Gastos contabilísticos não dedutíveis fiscalmente no ano	11.610	13.356
Gastos fiscais não contabilísticos	(395)	(871)
Proveitos contabilísticos não fiscalmente relevantes no ano	(897)	(277)
Imputação variações patrimoniais de transição	3.077	3.328
Efeito correção imposto diferido do exercício	(17.172)	(15.410)
Derrama Estadual	4.828	4.108
Tributação autónoma	120	170
	6.908	11.315
<b>Taxa efetiva de imposto</b>	<b>29,5%</b>	<b>43,4%</b>

A redução da taxa efetiva de imposto é resultado da redução, em 2013, da taxa pela qual são apurados os impostos diferidos pela redução previsível do IRC, o que resulta num impacto adicional de cerca de 2.500m€ de encargo fiscal para a EP por a taxa de imposto do ano em que foram constituídos os impostos diferidos ser superior à taxa de imposto do ano em que os mesmos serão previsivelmente revertidos.

Em 2014 não ocorreu esse efeito pela manutenção da taxa nominal marginal de imposto futuro considerado se manter nos 29,5%.

### 31. Ativos e passivos financeiros por categoria

A decomposição de ativos e passivos financeiros por categoria é a seguinte:

31.12.2013	Créditos e valores a receber	Ativos financeiros disponíveis para venda	Ativos/ Passivos ao justo valor por via resultados	Outros passivos financeiros	Ativos/ passivos não financeiros	Total
<b>Ativos</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	17.715	-	-	-	-	17.715
Clientes e outras contas a receber	36.004	-	-	-	-	36.004
Outras contas a receber	107.505	-	-	-	-	107.505
<b>Total ativos financeiros</b>	<b>161.224</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>161.224</b>
<b>Passivos</b>						
Financiamentos obtidos	-	-	-	326.101	-	326.101
Suprimentos	-	-	-	2.876.993	-	2.876.993
Outros passivos não correntes	-	-	-	-	-	-
Fornecedores	-	-	-	25.703	-	25.703
Outras contas a pagar	-	-	-	4.014.033	3.317	4.017.350
<b>Total passivos financeiros</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>7.242.830</b>	<b>3.317</b>	<b>7.246.146</b>

31.12.2014	Créditos e valores a receber	Ativos financeiros disponíveis para venda	Ativos/ Passivos ao justo valor por via resultados	Outros passivos financeiros	Ativos/ passivos não financeiros	Total
<b>Ativos</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	75.746	-	-	-	-	75.746
Clientes e outras contas a receber	40.570	-	-	-	-	40.570
Outras contas a receber	113.950	-	-	-	-	113.950
<b>Total ativos financeiros</b>	<b>230.266</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>230.266</b>
<b>Passivos</b>						
Financiamentos obtidos	-	-	-	318.835	-	318.835
Suprimentos	-	-	-	2.220.654	-	2.220.654
Outros passivos não correntes	-	-	-	-	-	-
Fornecedores	-	-	-	17.174	-	17.174
Outras contas a pagar	-	-	-	3.904.283	3.419	3.907.702
<b>Total passivos financeiros</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6.460.947</b>	<b>3.419</b>	<b>6.464.365</b>

Em 31 de dezembro de 2013 e 2014 não existem ativos ou passivos na Demonstração da Posição Financeira medidos ao justo valor.

### 32. Contingências

A empresa tem os seguintes passivos contingentes decorrentes das garantias bancárias prestadas, conforme segue:

Banco	Objecto	31.12.2014	31.12.2013
Novo Banco	Processo IVA	148.593	148.593
Novo Banco	Processo Expropriativo	1	1
BPI	Processo Expropriativo	964	1.608
Totta	Processo Expropriativo	92	92
		149.650	150.295

As garantias relativas ao processo do IVA, prestadas em 2010, resultam da necessidade do cumprimento de uma exigência legal da AT para poder suspender o procedimento executivo do valor considerado por esta em dívida pela EP resultante do processo descrito na nota 12.

### 33. Compromissos

Os compromissos da EP resultam fundamentalmente da sua obrigação de cumprir com os compromissos assumidos relativos aos Contratos de Subconcessão e à substituição do Estado nos seus pagamentos e recebimentos da Rede Concessionada.

Os encargos líquidos da EP com Concessões Rodoviárias do Estado e Subconcessões, incluindo as receitas de portagem após o término dos Contratos de Concessão do Estado com os parceiros privados, que são receitas da EP, de acordo com o seu Contrato de Concessão, a preços constantes e com IVA, conforme os valores enviados à Direção Geral do Tesouro e Finanças que serviram de base aos valores apresentados no quadro correspondente no Relatório do Orçamento de Estado para 2015, resumem-se aos apresentados no quadro seguinte:

	(M€)										
Encargos Concessões	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Encargos Brutos	1.483	1.404	1.376	1.325	1.355	1.290	1.268	1.138	1.076	1.062	939
Receitas	(358)	(386)	(393)	(399)	(415)	(421)	(425)	(431)	(439)	(632)	(540)
Encargos Líquidos	1.125	1.018	983	926	940	869	844	707	637	430	399

	(M€)										
Encargos Concessões	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037
Encargos Brutos	841	773	737	619	572	427	370	374	350	337	329
Receitas	(549)	(555)	(703)	(796)	(839)	(859)	(892)	(919)	(1.123)	(1.895)	(1.908)
Encargos Líquidos	292	218	34	(177)	(267)	(432)	(522)	(545)	(773)	(1.559)	(1.578)

	(M€)										
Encargos Concessões	2038	2039	2040	2041	2042	2043	2044	2045	2046	2047	2048
Encargos Brutos	336	103	98	96	96	96	96	96	96	96	96
Receitas	(1.932)	(1.870)	(1.871)	(1.871)	(1.871)	(1.871)	(1.871)	(1.871)	(1.870)	(1.870)	(1.870)
Encargos Líquidos	(1.597)	(1.767)	(1.773)	(1.775)	(1.775)	(1.775)	(1.775)	(1.775)	(1.774)	(1.774)	(1.774)

	(M€)	
Encargos Concessões	2049	2050
Encargos Brutos	96	96
Receitas	(1.870)	(1.870)
Encargos Líquidos	(1.774)	(1.774)

### 34. Informações exigidas por diplomas legais

a) Nos termos do nº 1 do art.º 21º do Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de outubro, a empresa confirma não ser devedora de quaisquer contribuições vencidas à Segurança Social; mais informa não ser devedora de qualquer dívida perante a Administração Fiscal.

b) Impacto da atividade da EP nas Contas Nacionais e Contas Públicas (Base 12, número 3, alínea c) do Decreto-Lei nº 110/2009 de 18 maio).

#### a. Contas Nacionais:

Após consulta ao Instituto Nacional de Estatística (INE) entende-se que todas as rubricas contabilísticas da EP têm impacto direto nas contas nacionais. Os fluxos que a EP estabelece com unidades fora do perímetro das Administrações Públicas terão efeito direto nos agregados das administrações públicas (défice e/ou dívida), impacto cujo efeito e magnitude dependerá das operações em causa. Assim, exemplificando: quando a EP, SA recebe juros de aplicações financeiras, contribui positivamente para o saldo das Administrações Públicas; quando a EP paga serviços prestados por Sociedades está a aumentar a despesa pública e o défice; se a EP se financiar junto do sector financeiro ou do Resto do Mundo, está a aumentar a dívida pública.

Pela própria natureza do sistema de contas nacionais, a estimativa do impacto de uma única unidade deve ser tomada como meramente indicativa. Consistindo num sistema integrado, para evidenciar as relações económicas subjacentes de forma mais explícita, a metodologia das contas nacionais estabelece que as operações de uma unidade ou conjunto de unidades, por vezes, sejam objeto de transformações cujo efeito analítico só faz sentido no conjunto mais alargado do sistema de contas.

#### b. Contas Públicas:

A prestação de contas numa ótica de contabilidade pública adota a denominada base de caixa, em que se procede ao registo de fluxos financeiros – pagamentos e recebimentos.

Na ótica de contabilidade pública, até final de 2011, a EP não fez parte do perímetro de consolidação das Administrações Públicas. Nesta medida, as contas da EP não eram consideradas para efeitos do apuramento do saldo e das contas das Administrações Públicas.

De referir que em meados de 2011, a EP foi integrada nas Entidades Públicas Reclassificadas passando a ser equiparada a Serviços e Fundos Autónomos, sendo assim integrada no universo do Orçamento de Estado com efeitos a partir da elaboração do Orçamento para 2012 e execução do ano de 2012.

c) Informação financeira prospetiva - compromissos assumidos, informação previsional de carácter plurianual, para o período da concessão, sobre a atividade da concessionária, nomeadamente quanto a resultados, necessidades de financiamento, dividendos a pagar ao acionista e impostos sobre os resultados (Base 12, número 4, alínea b) do Decreto-Lei nº 110/2009 de 18 maio):

#### Informação Previsional - Compromissos assumidos até 31-12-2014

A tabela I diz respeito à Informação Previsional dos fluxos financeiros futuros para a EP à data de 31 de dezembro de 2014, tendo presente os compromissos já assumidos pela empresa. De referir que serão necessários efetuar investimentos no decorrer do Contrato de Concessão da EP por forma a cumprir o PRN 2000 cujos fluxos financeiros de despesa e receita não se encontram contemplados nos valores presentes no quadro seguinte. Os valores apurados incluem já a estimativa dos impactos das renegociações dos Contratos de Concessão e subconcessão em curso. Foram projetados os resultados líquidos anuais, as necessidades de financiamento anuais, os dividendos a pagar e os impostos sobre o rendimento (IRC).

Valores a preços correntes (m€)

INFORMAÇÃO PREVISIONAL - COMPROMISSOS ASSUMIDOS ATÉ 31.12.2014																		
Encargos Concessões	2015	2016	2017	2018	...	2025	...	2035	...	2045	...	2055	...	2065	...	2075	...	2082
Resultado Líquido	88.912	97.266	109.683	129.130	...	327.332	...	838.159	...	1.991.656	...	2.536.787	...	3.193.927	...	4.002.252	...	4.672.252
Necessidades de Financiamento Anuais	(780.539)	894.791	30.293	535.869	...	291.828	...	(1.014.223)	...	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos a pagar (a)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.843.102	...	2.354.170	...	2.960.711	...	3.711.506	...	4.347.914
Impostos sobre o rendimento (IRC) (b)	(18.539)	(70.535)	(50.080)	(58.218)	...	(136.969)	...	(350.719)	...	(833.388)	...	(1.061.492)	...	(1.336.466)	...	(1.674.701)	...	(1.955.056)
Fluxos financeiros com o Estado (c)	688.361	636.365	578.300	576.888	...	639.632	...	846.960	...	(1.185.637)	...	(1.598.321)	...	(2.081.848)	...	(2.685.733)	...	(3.200.974)

Valores a preços constantes (m€)

INFORMAÇÃO PREVISIONAL - COMPROMISSOS ASSUMIDOS ATÉ 31.12.2014																		
Encargos Concessões	2015	2016	2017	2018	...	2025	...	2035	...	2045	...	2055	...	2065	...	2075	...	2082
Resultado Líquido	88.294	95.634	105.728	122.033	...	269.300	...	565.682	...	1.102.703	...	1.152.196	...	1.190.051	...	1.223.330	...	1.243.266
Necessidades de Financiamento Anuais	(775.114)	879.773	29.201	506.416	...	240.090	...	(684.509)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos a pagar (a)	-	-	-	-	-	-	-	-	...	1.020.454	...	1.069.253	...	1.103.156	...	1.134.460	...	1.156.961
Impostos sobre o rendimento (IRC) (b)	(18.410)	(69.351)	(48.274)	(55.018)	...	(112.686)	...	(236.704)	...	(461.415)	...	(482.125)	...	(497.965)	...	(511.890)	...	(520.232)
Fluxos financeiros com o Estado (c)	683.576	625.685	557.445	545.180	...	526.233	...	571.622	...	(656.441)	...	(725.950)	...	(775.693)	...	(820.922)	...	(851.765)

(a) Para estas actividades em exclusivo e não tendo sido realizado o exercício de restrição de capital próprio, assume-se que o *cash flow* disponível, a partir de 2045, possa ser distribuído como dividendo não podendo ser superior ao resultado líquido do exercício.

(b) Para estas actividades em exclusivo e numa óptica de *cash-flow*.

(c) Na óptica da EP. Inclui *outflows*: IRC, Renda da Concessão EP e Dividendos e *inflows*: Redução do ISP (por criação da CSR), numa óptica de *cash-flow*.

### 35. Partes relacionadas

#### Saldos e transações significativas com entidades públicas:

A EP é detida na totalidade pelo Estado Português, sendo a função acionista desempenhada pela Direção Geral de Tesouro e Finanças e tendo tutela conjunta do Ministério da Economia e o Ministério de Estado e das Finanças. A EP não detém, direta ou indiretamente, qualquer participação nos capitais de qualquer outra entidade pública ou privada.

No quadro seguinte encontram-se os principais saldos e transações entre a EP e o Estado nos anos de 2013 e 2014:

31-dez-14		Nota	Ativo		Passivo		Rendimentos	Gastos
Natureza	Rubrica Contabilística		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente		
TRIR	Outros gastos e perdas	28	-	-	-	-	-	2.837
Custo cobrança CSR	Fornecimento e Serviços Externos	25	-	-	-	-	-	10.628
Acréscimo gastos CSR	Outras contas a pagar	21	-	-	1.801	-	-	-
Suprimentos	Suprimentos	20	-	-	768.581	1.452.073	-	-
Gastos financeiros	Gastos e rendimentos financeiros	29	-	-	-	-	-	72.049
			-	-	770.392	1.452.073	-	85.514

31-dez-13		Nota	Ativo		Passivo		Rendimentos	Gastos
Natureza	Rubrica Contabilística		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente		
TRIR	Outros gastos e perdas	28	-	-	-	-	-	2.701
Custo cobrança CSR	Fornecimento e Serviços Externos	25	-	-	-	-	-	10.172
Acréscimo gastos CSR	Outras contas a pagar	21	-	-	1.718	-	-	-
Suprimentos	Suprimentos	20	-	-	661.415	2.215.578	-	-
Gastos financeiros	Gastos e rendimentos financeiros	29	-	-	-	-	-	80.066
			-	-	663.133	2.215.578	-	92.939

Adicionalmente a EP teve aumentos de capital no valor de 1.521.595m€ em 2014.

## Remunerações dos Membros do Conselho de Administração:

(€)

Remunerações 2014	Presidente - Dr. António Ramalho	Vice presidente - Dr. José Serrano Gordo	Vogal – Eng.ª Vanda Nogueira	Vogal – Eng.º João Grade (a)
<b>Remuneração</b>				
(1) Remuneração	58.372	52.535	46.698	7.783
(2) Redução da Lei 12-A/2010	2.919	2.627	2.335	389
(3) Redução da LOE 2014 até 31 de maio e Lei 75/2014 a partir de 13 de setembro	4.436	3.993	3.549	887
(4) Remuneração ilíquida (=1-2-3)	51.017	45.915	40.814	6.507
(1) 40% Despesas de Representação	23.349	21.014	18.679	3.113
(2) Redução da Lei 12-A/2010	1.167	1.051	934	156
(3) Redução da LOE 2014 até 31 de maio e Lei 75/2014 a partir de 13 de setembro	1.775	1.597	1.420	355
(5) Abonos ilíquidos (=1-2-3)	20.407	18.366	16.325	2.603
(1) Subsídio de Natal	4.864	4.378	3.891	649
(2) Redução da Lei 12-A/2010	243	219	195	32
(3) Redução da LOE 2014 até 31 de maio e Lei 75/2014 a partir de 13 de setembro	370	333	287	74
(6) Subsídio de Natal (=1-2-3)	4.251	3.826	3.410	542
(1) Subsídio de Férias	4.864	4.378	3.891	3.891
(2) Redução da Lei 12-A/2010	243	219	195	195
(6) Subsídio de Férias (=1-2)	4.621	4.159	3.697	3.697
(7) Subsídio de Férias do ano seguinte	-	-	-	616
(8) Férias do ano não gozadas e do ano seguinte	-	-	-	3.450
(9) Redução da Lei Orçamento Estado 2014	-	-	-	414
(5) Abonos ilíquidos (=7+8-3)	-	-	-	3.653
<b>Total</b>	<b>80.297</b>	<b>72.267</b>	<b>64.246</b>	<b>17.001</b>

(1) - Remuneração fixada pelo Estatuto de Gestor Público.

(2) - Redução fixada pelo art. 12º da Lei n.º 12-A/2010.

(3) - Redução fixada pelo art. 33º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro e pelo art. 2º da Lei n.º 75/2014 de 12 de setembro.

(4) - Remuneração após a aplicação das reduções referidas em (2) e (3).

(5) - Abonos após a aplicação das reduções referidas em (2) e (3).

(6) - Subsídios após a aplicação da redução referida em (2) e (3).

(7) - Subsídio de férias do ano seguinte por efeito de renúncia ao mandato, incorporando a aplicação da redução fixada pelo art. 12º da Lei n.º 12-A/2010.

(8) - Férias não gozadas por efeito de renúncia ao mandato, incorporando a aplicação da redução fixada pelo art. 12º da Lei n.º 12-A/2010.

(9) - Aplicação da redução fixada pelo art. 33º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro às férias não gozadas.

(a) - Remunerações correspondentes ao período de 1 janeiro a 28 de fevereiro de 2014.

### 36. Outros factos relevantes

#### i) Compensações, reservas de direitos, pedidos de reposição de equilíbrio financeiro (REF) e impugnações de multas nas Subconcessões e Contratos de Prestação de Serviço

Nos termos dos Contratos das Subconcessões ainda antes da apresentação de qualquer pedido de reposição de equilíbrio financeiro (REF) em concreto, a contraparte da EP tem que formular aquilo que se designa como “reserva de direito”, ou seja, tem de informar a EP que entende que um determinado facto é elegível para efeitos de REF. Depois desta reserva, é que são ou podem ser apresentados os pedidos de REF. Cumpre igualmente notar que caso a reserva de direitos não seja formulada no prazo de 30 dias a contar da data da ocorrência do evento, o putativo e eventual direito a REF caduca.

Até 31 de dezembro de 2014 foram apresentados os seguintes pedidos de REF:

Subconcessão	Tipo de pedido efetuado	Facto Gerador do pedido	Ponto da Situação
Autoestrada Transmontana (AEXXI)	Reposição de equilíbrio financeiro	Atraso na recusa de visto	A SC renunciou ao pedido, por acordo. Guarda-se a formalização dessa renúncia.
Baixo Tejo (AEBT)	Reposição de equilíbrio financeiro	Alterações legislativas de carácter específico: DL n.º 112/2009, de 18/5; Portaria n.º 314-B/2010, de 14/6; DL n.º 111/2009, de 18/05; Portaria n.º 1033-C/2010, de 06/10.	Arbitragem. Aguarda-se fixação da base instrutória.
Litoral Oeste (AELO)	Reposição de equilíbrio financeiro	Alterações legislativas de carácter específico: DL n.º 112/2009, de 18/5; Portaria n.º 314-B/2010, de 14/6; DL n.º 111/2009, de 18/5; Portaria n.º 1033-C/2010 de 06/10.	Arbitragem. Aguarda-se fixação da base instrutória.
Litoral Oeste (AELO)	Impugnação de multa	A SC considera ilegal a aplicação da multa.	Ação de impugnação da multa em curso.
Pinhal Interior (Ascendi PI)	Reposição de equilíbrio financeiro	Alteração legislativa de carácter específico: Lei n.º 46/2010, de 07/9; Lei n.º 55-A/2010, de 31/12; Lei n.º 64-B/2011, de 31/12.	Análise efetuada. Aguarda decisão da Comissão de Negociação.
Pinhal Interior (Ascendi PI)	Reposição de equilíbrio financeiro	Vestígios Arqueológicos - Sra. Da Alegria	Valor acordado junto da Subconcessionária.
Pinhal Interior (Ascendi PI)	Reposição de equilíbrio financeiro	Construção do Nó do Peral, Alvaiázere e Almalaguês	
		Vestígios Arqueológicos - Nó do Peral	

Contrato de Prestação de Serviços	Tipo de pedido efetuado	Facto Gerador do pedido	Ponto da Situação
Ascendi O&M Costa de Prata e Grande Porto	Reposição de equilíbrio financeiro	Alteração legislativa de carácter específico: Lei n.º 55-A/2010, de 31/12 que introduziu alterações no Regime Sancionatório estabelecido pela Lei n.º 25/2006.	Rejeitado.
Ascendi O&M Costa de Prata e Grande Porto	Reposição de equilíbrio financeiro	<p>1 - Remoção de 4 Pontos de Cobrança (2 na Costa de Prata e 2 no Grande Porto).</p> <p>2 - Funcionalidade de conversão de transações VTC em ETC e suporte de DEM's virtuais</p> <p>3 - Funcionalidade de melhoria técnica do sistema de classificação dos veículos do sistema MLFF para suporte ao sistema de pós-pagamento (resultante da não aprovação do DEM obrigatório).</p> <p>4 - Funcionalidade de suporte ao Regime de Discriminação Positiva - Portaria n.º 1033-A/2010, de 06/10 (alteração legislativa de carácter específico).</p> <p>5 - Funcionalidade de suporte ao Regime de Discriminação para veículos de mercadorias: Portaria n.º 41/2012, de 10/02 (alteração legislativa de carácter específico).</p>	Os pedidos 1 a 4 foram rejeitados. O 5.º foi reconhecido e pago, salvo quanto à margem de 10% requerida pela Operadora.
ViaLivre - Norte Litoral	Reposição de equilíbrio financeiro	Alteração legislativa de carácter específico: Alteração da Lei n.º 25/2006, decorrente da Lei que aprovou o OE 2011; Lei n.º 55-A/2010, de 31/12.	A EP aceitou a elegibilidade das despesas apresentadas, que serão ou não aprovadas caso a caso. Custos incorridos têm sido submetidos regularmente e liquidados após validação e confronto com as condicionantes subjacentes à aprovação em CA da EP.
ViaLivre - Norte Litoral	Reposição de equilíbrio financeiro	Alteração legislativa de carácter específico: Portaria n.º 135-A/2011.	Rejeitado.
ViaLivre - Norte Litoral	Reposição de equilíbrio financeiro	Alteração legislativa de carácter específico: Portaria n.º 41/2012, de 10/2	Rejeitado.
ViaLivre - Norte Litoral	Reposição de equilíbrio financeiro	Despachos SEOPTC de 28/12/2012, 29/1/2013 e 12/2/2013.	Rejeitado.
ViaLivre - Norte Litoral	Reposição de equilíbrio financeiro	Alteração legislativa de carácter específico - Alteração da Lei n.º 25/2006, materializadas aquando da aprovação da Lei n.º 64-B/2011, de 30/10.	O CA aceitou a elegibilidade das despesas apresentadas, que serão ou não aprovadas caso a caso. Custos incorridos têm sido submetidos regularmente e liquidados após validação e confronto com as condicionantes subjacentes à aprovação em CA da EP.

## ii) Compensações, reservas de direitos e pedidos de reposição de equilíbrio financeiro (REF) nas Concessões do Estado

Estas concessões são concessões do Estado, e foram negociados pelo Estado, pelo que a EP desconhece quaisquer reservas de direito e/ou pedido de reequilíbrio das Concessões, uma vez que a existir estes não são apresentados à EP, uma vez que esta não é contraparte desses contratos. No âmbito do seu Contrato de Concessão com o Estado, a EP poderá eventualmente ser chamada a efetuar o pagamento destes REF, se o Concedente assim o entender.

Em 2014 a EP pagou cerca de 4,4M€ de participações, compensações e reequilíbrios, dos quais se destacam:

i) Na concessão Lusoponte o impacto do reequilíbrio financeiro IX, acrescido dos pagamentos de Monovolumes, TRIR e do recebi-

mento do DUF, saldou-se num fluxo financeiro negativo para a EP, no valor de 0,7M€;

ii) Pagamento à Autoestradas do Atlântico no valor de 3,5M€ referente à não transferência para a concessionária das garantias das obras realizadas nos lanços transferidos para a concessionária, tendo esta despendido montantes significativos na sua reparação.

### iii) Contratos ex-SCUT

Os “contratos ex-SCUT” foram assinados entre o Estado e os diferentes parceiros privados. Nos casos mais recentes de introdução de portagens, concessões do Algarve, Beira Interior e Interior Norte ainda não foram assinados os contratos que regulam a alteração do regime de remuneração de portagens virtuais para o regime de disponibilidade pelo que a EP continua a pagar às respetivas concessionárias sob a forma de renda.

### iv) Rescisão contrato concessão AE do Marão

A AE do Marão tem em dívida à EP um valor que ascende a 4,6 milhões de euros, que corresponde aos montantes de indisponibilidade apurados pelo IMT para os anos de 2012 e 2013, neste último caso até à data da rescisão, e reportados à EP que, em cumprimento dessas instruções, os faturou à concessionária.

O despacho nº 7841-C/2013, que decidiu a rescisão do contrato de concessão, também conferiu ao IMT os poderes necessários para representar o Estado em todos os atos necessários para a boa execução dessa decisão de rescisão.

Neste momento, existem diferendos que opõem a (ex-) concessionária da AE do Marão ao Estado Concedente, que é representado nesses processos pelo IMT. Existem reclamações das duas partes, não estando os processos arbitrais concluídos, e não tendo ainda a EP qualquer indicação sobre o possível resultado.

## 37. Eventos subsequentes

### i) Conselho de Administração

Por Resolução de Conselho de Ministros foi nomeado novo

Conselho de Administração da REFER e através de deliberação social unânime por escrito aprovado o Conselho de Administração da EP, estando assim designado um Conselho de Administração conjunto da Estradas de Portugal e da REFER.

Ambas as deliberações produzem efeito a partir do dia 1 de janeiro de 2015 e pelo exercício da administração das duas empresas não haverá lugar à acumulação de vencimentos.

Na sequência da aprovação a 3 de abril deste ano, do Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas (PETI3+), que consagra, entre outras matérias, a criação de uma única empresa de gestão de infraestruturas de transportes em Portugal, a composição do Conselho de Administração conjunto agora designado é a seguinte:

Para Presidente do C.A. conjunto das duas empresas, é nomeado o Dr. António Ramalho.

Para o cargo de Vice-Presidente da REFER é nomeado o Eng.º José Ribeiro dos Santos e como Vice-Presidente da Estradas de Portugal o Dr. José Serrano Gordo.

Como Vogais do Conselho de Administração são designados a Eng.ª Vanda Nogueira, o Dr. Alberto Diogo, o Dr. José Carlos Osório e o Dr. Adriano Rafael Moreira.

### ii) Alteração dos Estatutos da EP

Por deliberação social unânime por escrito, de 31 de dezembro de 2014, e com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2015, procedeu-se à alteração do n.º 1 do artigo 10.º dos Estatutos da EP, publicados em anexo ao Decreto-Lei n.º 374/2007, de 7 de novembro, que passa a ter a seguinte redação: “O Conselho de Administração é composto por um Presidente, um Vice-Presidente e por três a cinco Vogais, conforme for deliberado pela Assembleia Geral, e os seus membros são por esta eleitos.”.

### iii) Aumento de Capital

Deliberação social unânime por escrito, de 23 de janeiro de 2015, de aumento do capital social da EP em 306.275.000€, através da emissão de 61.255 novas ações nominativas, no valor

de 5.000€ cada, parcialmente subscrito e realizado pelo Estado, a 30 de janeiro de 2015 no montante de 54.470.000€. O restante montante foi realizado durante fevereiro de 2015.

**iv) Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional**

Publicação no Diário da Assembleia da República, II série A, n.º 57/XII/4 2015.01.09, da Proposta de Lei n.º 275/XII, que aprova o Novo Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional.

**v) Governo aprova fusão das empresas EP e REFER, criando a nova empresa “Infraestruturas de Portugal”**

De acordo com o Comunicado do Conselho de Ministros de 9 de abril de 2015, foi aprovado o “diploma que procede à fusão, por incorporação, da EP - Estradas de Portugal, S.A., na REFER - Rede Ferroviária Nacional, E.P.E., denominando a nova empresa Infraestruturas de Portugal, SA (IP, S.A.).”

Almada, 9 de abril de 2015

O Técnico Oficial de Contas,

**vi) Novas bases das Concessões Rodoviárias Interior Norte, Beira Litoral e Alta, Costa de Prata, Norte, Grande Lisboa e Grande Porto**

O Conselho de Ministros de 9 de abril de 2014 aprovou ainda as novas bases das Concessões Rodoviárias Interior Norte, Beira Litoral e Alta, Costa de Prata, Norte, Grande Lisboa e Grande Porto como parte integrante do processo de renegociação das parcerias público-privadas no âmbito das infraestruturas rodoviárias.

Conforme divulgado nos pontos 6.7 Subconcessões e 6.8. Renegociações das Parcerias Público-Privadas (do Relatório de Gestão), as poupanças das Concessões e Subconcessões apuradas através dos memorandos de entendimento celebrados e das Comissões de Negociação nomeadas pela UTAP, implementadas pelo Conselho de Administração da EP até 2014, tiveram já impacto nas Demonstrações Financeiras das EP – Estradas de Portugal, SA relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

O Conselho de Administração,

## **16. PARECERES**

**RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL**

**CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**

**RELATÓRIO DE AUDITORIA**